

Sábado, 8 de Abril de 1978



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE ABRIL DE 1978

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Alfredo Pinto da Silva

Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 40 minutos.

Antes da ordem do dia. — O Sr. Presidente assinalou a passagem do 47.º aniversário da revolta da Madeira, no que foi, depois, acompanhado pelos Srs. Deputados Olívio França (PSD), Raul Rego (PS), Carlos Brito (PCP) e Acácio Barreiros (UDP).

O Sr. Presidente deu conta também de uma sua diligência junto da Direcção-Geral da Contabilidade Pública sobre as pensões às famílias de antifascistas.

Ordem do dia. — Prosseguiu o debate na generalidade sobre as propostas de lei relativas ao Orçamento Geral do Estado e ao Plano para 1978, com intervenções dos Srs. Deputados Carlos Carvalhas (PCP), Furtado Fernandes (PSD), Mendes Godinho (PS), Simões de Aguiar (PSD), Vital Rodrigues (Indep.), Carlos Robalo (CDS), António Rebelo de Sousa (PSD), Alfa Nogueira (PCP), Lino Neto (PS) e Carvalho Cardoso (CDS) e do Sr. Secretário de Estado do Orçamento (Alberto Ramalheira).

Usaram ainda da palavra, a diverso título, designadamente para pedidos de esclarecimento e protestos ou para dar explicações, além do Sr. Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro (Almeida Santos), os Srs. Deputados António Guterres (PS), Carlos Robalo (CDS), Veiga de Oliveira (PCP), Carlos Brito (PCP), Magalhães Mota (PSD), Sérgio Simões (PS), Monteiro de Andrade (PSD), Ângelo Correia (PSD), António Rebelo de Sousa (PSD), Simões de Aguiar (PSD), Amaro da Costa (CDS), Dieter Dellingen (PS) e Carlos Carvalhas (PCP), respondendo-lhes os oradores interpelados.

O Sr. Presidente deu conhecimento da apresentação do projecto de lei n.º 111/1, relativo aos serviços de apoio do Conselho de Imprensa.

A sessão foi encerrada às 19 horas e 55 minutos.

Fez-se a chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
Agostinho Martins do Vale.
Alfredo Fernando de Carvalho.
Alfredo Pinto da Silva.
Álvaro Monteiro.
Amadeu da Silva Cruz.
António Alberto Monteiro de Aguiar.
António Barros dos Santos.
António Cândido Macedo.
António Jorge Moreira Portugal.
António Magalhães da Silva.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Aquilino Ribeiro Machado.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
David dos Santos Silva.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Fernando Gomes Vasco.
Fernando Jaime Pereira de Almeida.
Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
Fernando Reis Luís.
Fernando Tavares Loureiro.
Florêncio Joaquim Quintas Matias.
Florival da Silva Nobre.
Francisco António Marcos Barracosa.
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
Henrique Manuel Velez Marques dos Santos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

João Luís Duarte Fernandes.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Ferreira Dionísio.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís José Godinho Cid.
 Manuel Augusto de Jesus Lima.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Pereira Dias.
 Manuel Tito de Moraes.
 Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.
 Maria Margarida Ramos de Carvalho.
 Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Serafim Olindo Ramos Bastos.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD)

Alvaro Barroso Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo de Sequeira.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 Arnaldo Nunes Luís.
 Armando António Correia.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Casimiro Gomes Pereira.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Eduardo José Vieira.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João José dos Santos Rocha.
 João Manuel Ferreira.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.
 José Rui Sousa Fernandes.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Nuno Gil Pires.
 Olívio da Silva França.
 Ruben José de Almeida Martins Raposo.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Martins Robalo.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Francisco António Lucas Pires.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 José Cunha Simões.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Luis Esteves Ramires.
 Manuel A. de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rui Mendes Tavares.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Matos Zuzante.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Eduardo Sá Matos.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim S. Rocha Felgueiras.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Poppe Lopes Cardoso.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

No decurso da sessão tomaram lugar na bancada do Governo vários Ministros e Secretários de Estado.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 139 Srs. Deputados.

Está aberta a sessão.

Eram 10 horas e 40 minutos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, desculparão que lhes roube uns escassos minutos antes de entrarmos nos nossos trabalhos, mas entendo que é meu dever assinalar à Câmara uma data que hoje passa e que naturalmente, o que, aliás, se comprehende, não será do conhecimento da maior parte dos nossos colegas presentes neste momento, embora seja do conhecimento de alguns. Tenho quase a certeza de que também o País, de uma manifira geral, desconhece o facto. A maior parte dos portugueses decerto não darão conta desta data que eu considero extremamente importante na luta contra o fascismo.

Faz hoje nada mais nada menos que 47 anos que se deu a revolta contra a ditadura na ilha da Madeira e nos Açores com umas incidências, embora frustes, na Guiné e em Angola. Estávamos no ano de 1931, havia cinco anos que tinha sido instaurada em Portugal uma ditadura militar, estávamos já na véspera da sua conversão numa ditadura fascista, o que, depois, acabou por verificar-se, e uma parte do Exército português, de que se encontravam então muitos oficiais com residência fixa na ilha da Madeira e nas ilhas dos Açores, e um destacamento em missão de serviço numa dessas ilhas, revoltou-se contra a ditadura. A Madeira foi ocupada pelas tropas republicanas, foi um movimento extraordinariamente víril e interessantíssimo para a época e já nessa altura — é justo dizer-se, até porque muita gente o ignora — nem todo o Exército português esteve ao lado da ditadura ou comparticipou nas suas desgraças.

Antes disso, já se tinham dado os movimentos de 3 e 7 de Fevereiro, com o Exército e com os populares, mas este movimento começou por ser de características militares e acabou por se converter também num movimento popular nas próprias ilhas, que aderiram aos propósitos e aos designios revolucionários. Esse movimento foi vencido por circunstâncias perfeitamente naturais na época, dado que ainda não havia uma mentalização revolucionária neste país que fosse capaz de obrigar o continente — como era seu dever — a solidarizar-se com o movimento das ilhas, e a verdade é que os nossos — e alguns, felizmente, ainda estão vivos — não puderam triunfar, foram deportados para a ilha de S. Nicolau e foi nessa altura que pela primeira vez aí se fixaram, já em estilo de campo de concentração, embora sem as características do Tarrafal, onde estiveram longos anos da sua vida, e muitos lá morreram.

O chefe do movimento era o general Sousa Dias, que acabou também por morrer numa das ilhas de Cabo Verde.

Assinalo este facto à Assembleia porque me parece importante para todos nós recordar aqueles nossos maiores que desde tantos anos antes e já em épocas tão difíceis souberam marcar uma posição de dignidade cívica e política e souberam arriscar a sua vida na luta pelas liberdades deste país.

No entanto, quero lembrar outro facto — hão-de desculpar-me, mas, enfim, terão de ouvir-me, pois suponho que este facto também tem a sua importância. É que, entretanto, tinha-se constituído em Lisboa — pelo menos em Lisboa — um comité revolucio-

nário que se propunha secundar o movimento da Madeira. As suas figuras principais — e todos eles já falecidos, infelizmente — seriam o então oficial da aviação, herói nacional, Sarmento de Beires, César de Almeida, Nuno Cruz, João Soares (pai do nosso Primeiro-Ministro) e outras figuras que nessa altura conspiraram no sentido de derrubar a ditadura. Mas as forças revoltosas eram extremamente frágeis e não houve possibilidade de se estabelecer uma certa correspondência e solidariedade com esses amigos que se encontravam numa situação extremamente difícil. O Exército estava praticamente intacto e acabara por fazer o desembarque na ilha da Madeira em condições perfeitamente caricatas.

Fez-se o desembarque, muitos conseguiram fugir, outros foram deportados e até se deu um acontecimento que é muito triste recordar: é que alguns dos revolucionários que se refugiaram no barco de guerra inglês *London* foram entregues pelas autoridades inglesas à polícia política portuguesa. Aí está uma grande novidade que naturalmente estou a dar aos Srs. Deputados e ainda para a novidade ser mais completa digo-vos que nessa altura quem governava a Inglaterra era o Partido Trabalhista. Estou a falar com total imparcialidade. De resto, já critiquei este facto em Londres, em conversa com vários amigos ingleses. É uma página muito triste da história da Grã-Bretanha e do seu Governo.

Ninguém se opôs, o movimento acabou por ser vencido, mas — aqui é que está o ponto e isso é que me importa recordar com profunda saudade e com muita emoção — os únicos que secundaram o movimento fomos nós, os estudantes. É que foi em 1931, que se deu a revolta académica, para secundar o movimento da Madeira, propositadamente para isso há 47 anos! Tomámos de assalto a Faculdade de Direito de Lisboa, entrincheiramo-nos na Faculdade de Medicina, fomos cercados e espingardeados pela Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública, um dos nossos apanhou um tiro no pescoco (Roberto das Neves, que, felizmente ainda hoje é vivo e se encontra no Brasil) e começou aí a odisseia de alguns, a começar pela minha, porque fui dos poucos que a Polícia escolheu na «poda» que nessa altura fez. Cinco ou seis estudantes desse tempo foram por eles deportados, entre eles eu, que fui para Setúbal.

Já morreram: Mário de Lima Alves, Manuel Cutileiro, Florindo Madeira, eu sei lá ... tantos são os que já morreram!

Suponho que dos sobreviventes — e reparem na melancolia com que utilizo esta expressão —, dos sobreviventes desse grupo de Lisboa, se encontram nesta Assembleia, além de mim, Teófilo Carvalho dos Santos e Nuno Rodrigues dos Santos.

Esse movimento foi extremamente empolgante, um movimento de juventude, sem armas, suponho que apareceram umas pistolazinhas, mas que não chegaram a fazer fogo, até porque as pessoas não as sabiam utilizar, e acabámos por ser vencidos ...

Claro que antes disso já as Academias de Lisboa, Porto e Coimbra se tinham manifestado contra a ditadura, mas o grande impacte, o movimento mais violento foi aquele em que houve uma confrontação

efectiva com as tropas organizadas da ditadura e que teve lugar nessa altura em Lisboa, foi secundado no Porto, em Coimbra, e também, se me permitem a invocação, por algumas pessoas aqui presentes, como António Macedo, Álvaro Monteiro, Olívio França ...

(*Por avaria do sistema de gravação, não foi possível registar esta passagem das palavras do Sr. Presidente.*)

Há 47 anos, portanto, já havia gente que neste país se revoltava contra a ditadura ...

(*Por nova avaria do sistema de gravação, não foi possível registar esta passagem das palavras do Sr. Presidente.*)

Daqui para diante a coisa tomou aspectos mais frágeis, fizeram-se muitas prisões, e houve um certo movimento de tipo operário no Barreiro, em Setúbal e outros pontos do País. Mas é claro, faltava organização e não conseguimos prosseguir a nossa luta que só seria mais tarde — «vejam que estamos no ano de 1931 e o Tarrafal só apareceu em 1936 — secundada por jovens estudantes desse tempo, entre os quais me cumpre registar, por ser de perfeita justiça, a valentia, o denodo e a coragem do então estudante Álvaro Cunhal, que foi também nosso companheiro, já numa época posterior. A todos quero envolver neste momento com a minha consideração, o meu respeito pela sua persistência, pela sua tenacidade e até pelo seu heroísmo cívico.

Eu queria dizer-vos que esta história é uma história muito curta, e não tenho memória já para poder fixar com nitidez as actividades dessa altura. Reparem os meus colegas o que seria o Portugal em 1931, estávamos a seis anos de ditadura, a polícia política de então, que se chamava polícia de informações, que depois se transformou em PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) e para a qual, mais tarde, se arranjou o eufemismo de Polícia Internacional e de Defesa do Estado, era uma polícia extremamente feroz, espancou, maltratou ou levou ao suicídio muitos dos nossos companheiros que se encontravam nas cadeias. Era uma época extremamente difícil, com muito poucas esperanças, a despeito de já estar nesse momento em apoteose — chamaram-lhe assim — a República em Espanha no ano de 1931.

Esse pequeno grupo fixara residência pelo País fora: o António Maldonado de Freitas, de que já me ia esquecendo, o Júlio Adrião, todos já mortos, que fixaram, residência fora das suas terras e mercê disso todos perdemos três anos dos nossos cursos. Eu fui talvez dos mais prejudicados, por força das circunstâncias, em virtude de estar implicado no movimento do 26 de Agosto, e vi-me obrigado a exilar-me para Espanha, onde estive durante cerca de três anos.

Estas lutas académicas merecem efectivamente esta nota, naturalmente insuficiente, e não deixa de ser consolador, tantos anos depois — 47 anos! — ainda nos encontrarmos alguns de nós nesta Assembleia e outros fora dela. E queria que este momento fosse, não digo que de grandes reflexões, mas ao menos de uma nota sentimental — que me vão desculpar, com certeza —, que eu adianto na recordação dos meus companheiros que já morreram, que homenageio, como o merecem todos os companheiros vivos, aqueles que continuaram a persistir na luta comum

contra o fascismo neste país. Eram só estas palavras muito simples e muito sentidas que queria dizer.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Olívio França.

O Sr. Olívio França (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi deveras emocionado as palavras proferidas pelo Presidente desta Assembleia e meu caro amigo Vasco da Gama Fernandes.

Queria corrigir, talvez um pouco, algumas das suas afirmações, o que, em vez de diminuir a expressão daquilo que hoje nos trouxe a esta Assembleia, irá, pelo contrário, empolar o espírito de democracia e de republicanismo que nessa altura existia. V. Ex.^a deve lembrar-se que nessa altura se falava em democracia, mas que se falava principalmente em República, nos republicanos, porque os republicanos eram a grande massa concentrada neste país, que aspirava pela democracia, sob o cartaz magnífico da República com seu capacete frígido.

Queria lembrar-lhe que, ao contrário daquilo que disse, aqui em Portugal, nessa altura da revolta da Madeira, houve reflexos extraordinários e entre eles um a que eu assisti e que não foi referido por V. Ex.^a, naturalmente por qualquer lapso de memória, que foi o seguinte: em Portugal, havia nessa altura alguém que tinha acima das suas competências administrativas um sentido terrível de defesa do seu Estado, o seu Estado fascista, que era Oliveira Salazar. E V. Ex.^a, talvez chamando-lhe à recordação acontecimentos dessa época, saberia que, com a revolta da Madeira, Salazar despejou os quartéis, modificou todo o plano militar naquela altura, modificou comandos e houve uma concentração em Famalicão, fora da vila, como se porventura Portugal estivesse em perfeito estado de guerra. Os conspiradores dessa altura, incluindo os homens do Porto, tentaram mil negociações com esses homens que estavam em Famalicão e tiveram que se render à evidência. É que pela maneira como foi baralhado todo o Exército português nessa altura, era impossível que a revolução da Madeira fosse secundada em Portugal. Mas, no Porto, aconteceu isto, (o que mostrou, aliás, como seria talvez fácil nessa altura derrubar o regime): era o 1.º de Maio e, apesar de tudo, vieram trabalhadores para a rua fazer a manifestação juntamente com todas as massas republicanas, e alguém se lembrou de pôr um *placard* enorme no fundo da Rua de 31 de Janeiro onde se dizia assim: «O general Norton de Matos, à frente das suas tropas, acaba de tomar a cidade de Lisboa. Viva a República!» Então aconteceu esta coisa fantástica: o meu amigo e republicano dessa altura, que já morreu, Dr. Amílcar de Castro subiu às janelas da delegação de «O Século» e daí falou às turmas, dizendo: «Rapazes, povo do Porto, a ditadura está vencida!»

Estavam as tropas na rua, estava a Polícia na rua, havia uma multidão enorme e desataram todos num grito unânime: «Abaixo a ditadura!» E levantaram nos braços os oficiais da Polícia, os oficiais da Guarda Republicana e ergueram-nos nos braços, convencidos de que era verdadeiro aquilo que constava no *placard* da Rua de 31 de Janeiro. E a polícia fascista daquela altura erguia os braços no ar e dava também vivas connosco e dizia: estejam tranquilos, tudo se fará em paz. E as manifestações prosseguiram até à meia-

-noite. Ouvi passar na Rua da Cedofeita, perto do sítio onde morava, grossas colunas de povo descendo para a baixa e que, para além dos extraordinários vivas que davam à República, gritavam frases alusivas à morte da ditadura, dirigindo-as maiores injúrias, absolutamente justificadas, contra os que eram nessa altura o ditador Salazar e o Presidente Carmona. Ninguém lhes tocou, tudo se passou perfeitamente bem, sem outras violências que não as manifestações, e quando eu recolhi ao meu leito fui descansado e tranquilo, como se, porventura, ao outro dia, na madrugada que viesse a surgir, eu viesse a sentir também a confirmação absoluta de que era um facto a instauração da República democrática em Portugal. Saí de casa para o meu escritório, não sentia ruído nenhum especial, e ao chegar à Praça dos Leões estava lá um *placard* que dizia simplesmente isto: «As tropas republicanas rendem-se.»

Foi este o triste epílogo de uma noite tão alegre que eu tinha passado...

Era isto que eu gostava de juntar às palavras de V. Ex.^a.

Aplausos do PS, do PSD e dos membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Claro que cada um conta aquilo que viveu. Eu lembro-me perfeitamente de Olívio França e desse movimento do Porto, que não vivi porque estava nessa altura em Lisboa. Claro que foi assim mesmo e bastava ser dito por si. O meu propósito foi simplesmente o de uma invocação dos movimentos que eu próprio vivi.

Recordem-se que estávamos em 1931, portanto há 47 anos, ainda tivemos que esperar muito tempo, só em 1974 é que conseguimos a liberdade, a despeito dos nossos esforços, da nossa dignidade, da nossa compostura, da nossa luta persistente e desproporcionalada. O que se passou neste país depois disto é já do conhecimento das gerações subsequentes e é bom lembrar que não foram só os estudantes, como disse há pouco, mas que também muitos operários tomaram posição dentro das suas extremas dificuldades, como o caso já revolta da Marinha Grande, que também foi um episódio extremamente importante e tão pouco conhecido. Eu estava agora a tentar fazer uma reconstituição do 2.º volume das minhas memórias com mais precisão, por exemplo, sobre o que esse movimento da Marinha Grande representou depois para todos nós a seguir a este período tão triste e tão amargurado em que nós passámos quase a ser uma espécie de colecionadores de derrotas... Mas na verdade as derrotas nunca nos venceram.

A Câmara não pode ser indiferente, com certeza, a este facto e desculparão a este simples narrador de histórias — e tanta coisa tinha para contar do que foi este longo período —, mas talvez isto possa ter interesse sobretudo neste particular: lembremo-nos do que foi isto, do que se passou neste país durante tantos anos, e alimentar dentro de nós, a despeito das nossas divergências e, às vezes mais do que estas, das nossas dissonâncias, a ideia segura de que não podemos de maneira nenhuma regressar a esse passado com que acabámos — e estou certo que sim

pela consideração e respeito que tenho pelo patriotismo de todos — por sermos suficientemente fortes e coesos pelo menos neste ponto, de preservar as nossas liberdades, honrando a memória dos nossos mortos, que foram tantos e (recordo-me que, a seguir a isto, a ditadura entrou numa fase de extrema ferocidade, e a polícia política, sendo embora uma polícia que não tinha os aspectos científicos nem da Gestapo nem das polícias de Mussolini, pois era uma polícia, desculpem-me a expressão, um bocado de «carregar pela boca» era de uma extrema ferocidade) ...

Muitos foram abatidos, como disse há pouco, durante esse tempo. Vieram então as tragédias, as misérias do Tarrafal, o sofrimento do Partido Comunista que vivia na clandestinidade com grande esforço e com grande heroísmo, os sacrifícios que passou, e todas as misérias do Tarrafal, repito, que acabam de ser invocadas quando tivemos, comovidamente, oportunidade de receber os corpos daqueles que lá morreram e homenagear, porque também é justo fazê-lo, àqueles que ainda sobrevivem.

Era simplesmente este pequeno apontamento que queria fazer e vou tentar fazer hoje um artigo para o meu jornal *A Luta*, onde talvez com mais discernimento e com um pouco de esquematização eu possa explicar um pouco melhor o que se passou.

Era só isto que queria dizer.

Não sei se alguém pediu a palavra e se alguém o fizer estou disposto a concedê-la.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Raúl Rêgo, faça favor.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como membro do Partido Socialista, quero associar-me à homenagem que V. Ex.^a prestou aos revolucionários da Madeira, de 4 de Abril de 1931, que resistiram um mês e instauraram uma democracia que foi exemplar para a administração da ilha durante esse mês.

E quero lembrar também que a justiça é muito tardega em chegar a alguns homens, sendo um deles o general Sousa Dias, que não tem sido lembrado e que foi a alma das revoltas do Porto, em 13 de Fevereiro de 1927, e da ilha da Madeira, em 4 de Abril de 1931. O general Sousa Dias continuou a alimentar sempre o seu ideal democrático, sendo talvez a primeira vítima da ditadura que pareceu em Cabo Verde.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nem o seu nome está no mural de uma rua, nem uma homenagem pública lhe prestaram ainda aqueles que, mais de quarenta anos depois, lhe tomaram o ideal e o conseguiram tornar realidade.

Por isso mesmo me parece que os precursores não deveriam ser tão esquecidos como têm sido.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Lembro a memória do general Sousa Dias, lembro a memória de outros precursores que morreram na ilha da Madeira. Creio que o único que viu o 25 de Abril foi Sarmento de Beires, mas a memória deles não deve ser esquecida, pelo menos tanto como tem sido até agora.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS e dos membros do Governo.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou proferir umas breves palavras para nos associarmos à invocação da data histórica da Revolta da Madeira feita através das palavras do Sr. Presidente da Assembleia da República e também dos Srs. Deputados Olívio França e Raúl Rêgo, resistentes antifascistas conhecidos.

Na verdade, o significado desta invocação tomamo-lo nós num sentido pedagógico para o nosso povo, para a nossa juventude, e também no sentido de robustecer em todos nós a vontade férrea de impedir o regresso ao passado, a vontade férrea de isolar todos aqueles que sonham com esse regresso, a vontade férrea de derrotar todos os inimigos da República.

Aplausos do PCP, do PS, do PSD e dos membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Embora muito rapidamente, a União Democrática Popular não queria deixar de se associar também à invocação feita pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Deputados Olívio França e Raúl Rêgo.

Apenas podemos subscrever as palavras do Sr. Presidente e daqueles Srs. Deputados e os relatos vivos de quem viveu aqueles acontecimentos. Mas aqui fica a nossa homenagem àquelas que ousaram levantar-se contra a ditadura, que, mesmo quando derrotados, provaram que era possível lutar-se contra ela e vencê-la, como depois aconteceu.

Portanto, associamo-nos inteiramente às palavras dos Srs. Deputados Olívio França e Raúl Rêgo e do Sr. Presidente, e aqui fica também a homenagem da União Democrática Popular àqueles lutadores.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS e do PCP, dos Deputados independentes Vital Rodrigues, Lopes Cardoso e Carmelinda Pereira e dos membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Apenas mais um minuto, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Acácio Barreiros usou a palavra subscrever, e a propósito de subscrever queria dizer-vos uma coisa muito triste.

Efectivamente, publicou-se um decreto neste país que prescrevia a atribuição de pensões às famílias de

antifascistas, que estão em crise ou, cumulativamente, a familiares daqueles que, tendo lutado contra o fascismo, se encontram em situações extremamente difíceis. É absolutamente inacreditável que tenha passado já tanto tempo depois da publicação desse decreto e que muitas famílias de republicanos antifascistas continuem, neste país, a viver na miséria e que ainda se não tenham promovido e acelerado os respectivos processos.

Quero comunicar à Câmara que tomei uma iniciativa pessoal. Ontem tive uma conversa com o Sr. Director-Geral da Contabilidade Pública, onde os processos se encontram paralisados por causa de um formalismo que me parece perfeitamente criticável. Os requerimentos foram feitos pelos interessados. Não houve da parte daquela entidade oficial o cuidado de os notificar, como seria seu dever, para formalizarem as petições de acordo com o prescrito naquele decreto. O decreto diz que esses pedidos têm de ser dirigidos ao Governo e subscritos pelos Deputados.

Se eu não tivesse tomado a iniciativa que tomei, da qual não desisto, tenho a impressão de que só para as calendas gregas é que haveríamos de assistir ao pagamento de uma pensão à viúva de Jaime Cortesão, por exemplo, que ainda não recebeu meio tostão e que se encontra numa situação extremamente difícil, e de outros tantos.

Sugeri ao Sr. Director-Geral da Contabilidade Pública que me enviasse para a Assembleia da República todos os requerimentos que se encontram nesta altura pendentes — vejam esta coisa ridícula, parece que não chega a 100 as pessoas que requerem essa pensão — e fá-los-ei circular pelos Srs. Deputados para os subscreverem, cumprindo-se deste modo uma simples formalidade.

Espero que assim venha a acontecer e peço a atenção do membro do Governo que aqui se encontra — que é sensível a este problema, tendo a certeza que sim — para este facto. Não podemos continuar a praticar este acto vergonhoso de, por causa de uma formalidade que não se cumpriu, tantas e tantas famílias neste país estarem a viver a vida difícil que estão a ter nesta altura.

Portanto os Srs. Deputados preparem-se, porque os requerimentos devem estar a chegar. Não sei se chegam amanhã, nunca há pressa, mas espero que cheguem dentro de poucos dias, e então farei uma distribuição equitativa pelos partidos para os Srs. Deputados os referendarem com a sua assinatura e dar validade jurídica a essas petições.

Creio que mais ninguém deseja usar da palavra sobre este problema. Aqui fica este aviso e esta súplica para se remediar esta situação extremamente difícil das famílias dos nossos amigos.

Aplausos gerais.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Encerrado este pequeno parêntesis sentimental e evocativo, entramos na ordem do dia, de que consta a discussão na generalidade das propostas de lei n.º 159/I e 160/I, relativas ao Orçamento Geral do Estado e ao Plano anual para 1978.

Cada grupo parlamentar e o Governo dispõem de 180 minutos, cada um, a UDP de 40 e os Deputados independentes de 15.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas, para uma intervenção.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP) : — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: No debate de ontem, o meu grupo parlamentar teve a oportunidade de salientar algumas das formulações contidas no Plano para 1978, bem assim como algumas afirmações do Sr. Ministro das Finanças aquando da sua exposição.

Mas ao mesmo tempo manifestamos a nossa dúvida, fundamentada, sobre se não se trataria de meras questões de estilo, independentemente da bondade das mesmas.

Assim, logo na introdução do documento que fundamenta as grandes opções do Plano para 1978 pode ler-se que o Governo se propõe superar a crise pela via de um programa de estabilização para 1978, devidamente articulado com uma política de desenvolvimento económico e social a médio prazo que garanta condições de estabilidade e expansão às diferentes formações sócio-económicas existentes na organização da economia.

No entanto, como conciliar esta afirmação com a prática manifestada pelo Governo, que num curto espaço de tempo já procedeu a quatro desintervenções, passando inclusivamente por cima da vontade manifestada pelos trabalhadores e concedendo ao patronato largas dezenas de milhares de contos que antes negou aos trabalhadores, como no escandaloso caso da Torralta?

Como conciliar aquela afirmação quando o Plano prevê a continuação da desigualdade de tratamento na aprovação dos preços entre as empresas públicas e nacionalizadas e as empresas privadas, ou seja, a continuação dum sistema em que as primeiras têm um controlo *a priori* e as segundas um *pseudo-controlo a posteriori* ou o controlo de um hipotético código de preços que «nenhuma experiência histórica demonstra que resultasse»?

E tudo isto pese embora o reconhecimento de que a contenção administrativa dos preços «prejudicou sobretudo as empresas públicas e nacionalizadas», pese embora a aceitação expressa da «necessidade em regularizar gradualmente tais situações».

Só para referir um exemplo comparativo, vejamos o que se passa com os preços actuais sobre as empresas nacionalizadas. Do agravamento de preços em vigor desde 1 de Abril a subida de preço do Kilowatt-hora dá origem a um aumento de custo da produção na indústria de cimentos nacionalizada de cerca de 40\$ a tonelada, ou seja, um prejuízo de cerca de 12 000 contos por mês, sem que esta possa adaptar os seus preços aos novos custos existentes. Ao mesmo tempo a Facar, empresa monopolista desintervencionada pelo I Governo PS, durante a fase em que foi gerida pelos trabalhadores, manteve-se com os mesmos preços de venda. Agora, nas mãos do patronato, viu de imediato a aprovação das novas tabelas de preços cujo aumento é de 30 %, enquanto estudos técnicos

do Ministério os situavam, no máximo da razoabilidade, nos 15 %. E esta desigualdade de tratamento acaba por dar, ainda por cima, argumentos às forças reaccionárias sobre a rentabilidade das empresas nacionalizadas, nomeadamente aos arautos da desestabilização e do regresso ao capitalismo monopolista de estado.

Mas não é só na aprovação dos preços. Na verdade, o Programa nada refere quanto à reestruturação dos sectores nacionalizados, nem quanto, por exemplo, à política de escolha e substituição de gestores, em cujo arrolamento actual se encontra um elevado número cuja identificação com o 24 de Abril, com os ex-mopolistas, aliado a um profundo rancor contra as nacionalizações, é por de mais conhecido.

Ao mesmo tempo anuncia-se no Plano o agravamento das restrições do crédito e o aumento das taxas de juro, política essa que conjugada com a situação financeira herdada por muitas empresas, fez com que de 1975 a 1977, para o conjunto das principais empresas públicas industriais, enquanto os salários e demais encargos não chegaram a duplicar, os encargos financeiros aumentaram 4,6 vezes, passando de 2385 mil contos, em 1975, para 10 884 mil contos, em 1977.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mesma dúvida manifestamos quanto à possibilidade do cumprimento dos objectivos imediatos do Plano, tal como já o afirmámos ontem. Com o acentuar da mesma política económica do ano passado, a política económica dos pacotes — no essencial uma antecipação às exigências do FMI — e que a vida demonstrou em 1977 levarem ao agravamento do deficit de transacções correntes com o exterior (que quase triplicou em relação ao objectivo programado), bem assim como à taxa de inflação e volume de desemprego que foram largamente ultrapassados; nenhum dos objectivos programados para 1978 será atingido, não se podendo inclusivamente prever, com rigor, onde parará a quebra do produto interno bruto.

A nosso ver, com a insistência em tal política económica (no essencial medidas monetaristas) nenhum dos grandes objectivos fixados será atingido, ao mesmo tempo que se agravará a nossa independência e a situação financeira, económica e social. A ir-se para a frente com estas medidas, milhares de empresas desaparecerão (pela falência ou pela absorção), aumentando assim o cortejo do desemprego e diminuindo a produção...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não fomos nós que aplaudimos as medidas do 1.º e 2.º pacotes, como muitos o fizeram aqui efusivamente, ao mesmo tempo que afirmavam e reafirmavam levarem aqueles à redução do deficit da balança de transacções correntes e à contenção da inflação; nem fomos nós que uns meses atrás colámos nas ruas de Lisboa um cartaz onde em jeito de pensador grego um conhecido político perguntava: «Afinal onde está a prosperidade que nos prometeram?»

Nem somos nós que defendemos uma política restritiva com o 1.º pacote para agora defendermos uma política expansionista, sem qualquer fundamento económico, sem qualquer alicerce científico, com o objectivo único de contestar, desestabilizar e

pôr em causa as grandes conquistas da Revolução e o 25 de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Fomos os primeiros, sim, a chamar a atenção do país para a diferença entre a produção e o consumo, considerando como ponto nodal o *deficit* da balança de pagamentos. Desde o nosso VIII Congresso que vimos a aprofundar o estudo deste problema e a propor medidas concretas e quantificadas para a redução do *deficit* da balança comercial e de pagamentos, para a saída da crise e para a defesa e dinamização do sector nacionalizado, motor fundamental da economia portuguesa.

Nesse sentido realizámos já duas conferências cujas conclusões resultaram do debate aberto e empenhado de milhares de trabalhadores e técnicos, comunistas e não comunistas, interessados no futuro da sua Pátria. E é nesse sentido que interviremos neste debate, e é nesse sentido também que ainda antes da votação final proporemos ao Governo as nossas propostas alternativas.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro das Finanças e Plano reconheceu aqui ontem que o PCP tinha apresentado uma alternativa, mas que as suas medidas eram insuficientes, tal como o afirmara aquando da discussão do Programa do Governo. Só que a alternativa a que o Sr. Ministro se referiu e procurou rebater na discussão do Programa do Governo é uma deturpação e simplificação grosseira das teses do PCP, o que só poderá dever-se a uma insuficiente ou apressada leitura.

O que afirmámos na Conferência Económica em 1977 foi isto: «É que, a correcção do *deficit* da balança de pagamentos só é possível com a correcção das estruturas da economia portuguesa, no quadro de uma política de independência nacional. No entanto, a gravidade das consequências, que no imediato resultam do brutal agravamento da balança de pagamentos, pondo em causa toda a vida nacional, exige que se tomem desde já medidas de emergência, numa grande campanha nacional, visando reduzir a curto prazo os *deficits* externos do País.»

Para alcançar esse objectivo prioritário do momento e conjuntamente com o aumento da produção impõe-se medidas imediatas que permitam:

1.º Diminuir radicalmente as importações, nomeadamente através da contingentação de produtos supérfluos e não essenciais (eliminação de 11 milhões de contos em dois anos) e da produção nacional de produtos importados (que estimamos em 17 milhões de contos num curto prazo).

2.º Maximizar as exportações, nomeadamente através da diversificação de mercados e do recurso a acordos de compensação e à selecção de produtos que satisfaçam desde logo três condições:

a) Que exista capacidade de produção disponível ou que possa vir a ser instalada com pequenos investimentos;

- b) Que existam mercados;
- c) Que sejam competitivos.

3.º Desenvolver activamente iniciativas que conduzam ao incremento dos ingressos externos (turismo, remessas de emigrantes) e à redução da saída de divisas (frete e seguros, sub e sobrefacturação, despesas de turismo, saídas de capitais).

4.º Uma adequada política de crédito e políticas sectoriais, nomeadamente de apoio às pequenas e médias empresas cujas medidas se especificavam na Conferência Económica.

Com a conjugação dessas medidas e com os trabalhadores é possível reduzir o *deficit*, aumentar a produção e defender a independência nacional.

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo afirma, sem demonstração, concordando ou submetendo-se às exigências do Fundo Monetário Internacional, que não é possível reduzir o *deficit* das transacções correntes e aumentar a produção. Nós afirmamos que tal é possível, que a situação exige mesmo que se aumente a produção nacional, em particular nos sectores cujo processo produtivo depende menos das importações, que se utilize a capacidade de produção instalada, o capital variável existente, que se recorra a acordos de compensação.

Contrariamente ao que foi afirmado aqui ontem, os acordos e sistemas de compensação contribuem de facto para diminuir o *deficit* da balança de transacções correntes ao mesmo tempo que permitem o investimento. E aqui abrimos um parêntesis.

Um dos problemas que nós temos é que os «amigos», que alguns dizem estar connosco, não nos compram os nossos produtos, os produtos que temos em excesso. Ora, em primeiro lugar, nos acordos de compensação entram produtos e saem produtos obrigatoriamente. Em segundo lugar, é qualitativamente diferente pagar em produtos e pagar em divisas. Em terceiro lugar, há acordos de compensação que cobrem investimentos vultosos e que são pagos com produtos resultantes desses mesmos investimentos ao longo de vários anos. Há exemplos históricos, concretos e do nosso tempo.

Ainda quanto ao aumento de produção nacional estamos de acordo com o Governo que os sectores da agricultura e das pescas são sectores privilegiados. Só que tal não se consegue com o corte do crédito agrícola de emergência, nem com o estrangulamento da comercialização na zona da Reforma Agrária, nem com o congelamento dos projectos da beterraba-sacarina, da fabricação de maquinaria agrícola, da introdução de novas culturas, para nos submetermos à divisão capitalista europeia do trabalho, ao mesmo tempo que se acena com a miragem do Mercado Comum. Os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores lançaram-se na batalha patriótica das sementeiras, cabe por isso ao Governo apoiá-los e não combatê-los.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao aumento da produção agrícola no Norte, esta só se dará com o escoamento dos

produtos com preços de garantia, com o apoio técnico, com medidas e legislação que dêem estabilidade aos rendeiros e que permitam o arrendamento compulsivo das terras votadas ao abandono.

No que toca à contingentaçāo e ao controle das importações, só para citar dois exemplos, lembramos que os Estados Unidos são os campeões do protecionismo e lembramos ainda o que a CEE tem ditado a Portugal em relação aos nossos tēxteis...

O Governo afirmou que mantém o contingenteamento de alguns produtos. Nós afirmamos que é positivo, mas afirmamos também que além de insuficiente, se não for controlado nada significa. A Portaria n.º 99-A/77, de 28 de Fevereiro, fixava um conjunto de contingentamentos para 1977 que foram violados em 93,8%. Só para dar um exemplo, fixou-se em 300 000 contos o contingenteamento de frigoríficos até 200 Kg e, afinal, importaram-se 704 000 contos, quando ainda por cima estes estão a ser cá fabricados em empresas reconvertidas pelos trabalhadores!

Em relação às exportações, o Governo defende a diversificação de mercados. Nós estamos de acordo, mas não deixamos de recordar que já no ano passado tal se afirmava e os números do comércio externo com o Mercado Comum apresentam um novo agravamento e concentração do nosso comércio, em relação a 1976 e, ainda por cima, com o agravamento do deficit ...

Por último, o Governo em relação à balança de pagamentos procura ainda justificar a política das taxas de juro e da desvalorização do escudo com o objectivo de combater mais eficazmente a fuga de capitais. No entanto, sobre este domínio, como aliás em todo o Plano, nada se refere sobre o controle da sub e sobrefacturação, bem assim como ao papel positivo que aí podia desempenhar o controle de gestão...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Duas palavras apenas sobre o Orçamento Geral do Estado.

Não me vou referir a aspectos de pormenor e à rotina da sua elaboração onde, em 1978, ainda se apresenta como receita o produto do imposto «para a defesa e valorização do ultramar», o que pensamos não mais se deveria repetir. Queremos chamar a atenção somente para dois aspectos.

O primeiro é que de 1975 para 1978 os impostos quase triplicaram. O segundo é que a carga fiscal sobre o consumo se vem agravando em relação à carga fiscal sobre os lucros e propriedades, como aliás é demonstrado pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, podendo pois concluir-se que o projecto do Orçamento Geral do Estado para 1978, no que se refere à justiça tributária, mantém, no essencial, a injustiça da repartição da carga fiscal, sem que se avance com a implantação de um imposto único e progressivo sobre o rendimento.

E quando pesados sacrifícios são pedidos ao povo vem-se outra vez tentar justificar as indemnizações aos grandes capitalistas e agrários com o argumento de que assim há aumento de investimento:

1.º Com a mobilização vai entregar-se empresas e dinheiro (através de títulos) aos grandes capitalistas e agrários, dinheiro e crédito que escasseiam às

empresas nacionalizadas, às pequenas e médias empresas, aos subsídios para os produtos do «cabaz de compras», às pensões para os reformados.

2.º Com as indemnizações vai-se dar dinheiro às empresas, aos grandes exploradores do povo português, para fazerem (quando o fizerem) novos investimentos. Mas quem investe de facto é o Estado e quem fica titular do investimento são os ex-monopólistas.

3.º Há na verdade um contencioso com as nacionalizações. É que o 25 de Abril fez-se contra alguém, contra uma minoria, contra meia dúzia de famílias. É por isso estranho e bizarro aplicar aqui a falsa teoria de que mais vale dar os anéis e ficar com os dedos do que ficar sem a mão, esquecendo-se de que aqueles não só querem os anéis, como a mão, como o braço todo! Ao dar-lhe os anéis, estão a dar-lhe o poder económico, ponto de partida para a conquista do poder político. Não estão em causa os milhares de pequenos accionistas, o que está em causa é indemnizar-se, por inteiro, os Melos, os Boulosas, os Espíritos Santos e outros em nome dos pequenos accionistas.

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Como o PCP tem insistentemente repetido, existe realmente uma alternativa democrática que passa por um grande esforço nacional baseado fundamentalmente nos recursos e energias internas; que passa pelo aumento da produção nacional; pela produção nacional de produtos importados, mesmo que eventualmente e temporariamente a superiores preços de custo; que passa pela limitação de importações de produtos supérfluos ou dispensáveis; que passa por uma nova política de comércio externo e de cooperação internacional, diversificando mercados, procurando acordos e sistemas de compensação e novas linhas de crédito; que passa, finalmente, como condição indispensável, pela participação activa, dinâmica e criadora dos trabalhadores portugueses.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Para que esse esforço nacional seja possível é necessário respeitar, de facto, os limites entre as várias formações económicas e estimular e dinamizar cada uma delas, é necessário parar a recuperação capitalista e iniciar, de vez, a recuperação económica.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, ouvi com muito gosto a sua intervenção e gostaria de lhe fazer algumas perguntas.

Primeira questão: referiu-se o Sr. Deputado à situação dos preços praticados pelo sector público

e à necessidade de garantir que o sector público tenha um tratamento equivalente ao do sector privado nesse domínio. Nesse sentido, gostaria de lhe perguntar se o Sr. Deputado Carlos Carvalhas, em particular, e o Partido Comunista, em geral, concordam nesses termos ou não com os aumentos que recentemente tiveram de ser realizados em diversas das empresas do sector público e, nomeadamente, nos serviços de abastecimento generalizado (electricidade, gás, água, etc.) e nos transportes.

A segunda questão diz respeito à redução do nosso deficit da balança de transacções correntes. Penso que o Sr. Deputado está de acordo, e assim o afirmou, em que é necessário reduzir num certo prazo as importações, pelo que gostaria de lhe perguntar se, qualquer que seja o método utilizado para essa redução, mesmo admitindo que o método proposto pelo Partido Comunista é viável, o que na nossa opinião, não é verdade, mas mesmo admitindo que o é, essa redução conduz ou não, inevitavelmente, ao mesmo tipo de consequências na ordem económica a que conduz a política que o Governo anunciou.

Em particular referiu o Sr. Deputado a possibilidade de se desencadearem novos contingentes, e eu perguntaria se o Sr. Deputado concorda ou não concorda que a economia portuguesa é uma economia aberta ao exterior e que não é viável para o nosso país o modelo de desenvolvimento baseado no isolamento e na autarcia.

Referiu o Sr. Deputado a necessidade de se generalizarem acordos de compensação. Gostaria de lhe perguntar se concorda ou não concorda que pouca vantagem traz um acordo de compensação em que nos limitemos a vender por essa forma a um determinado país produtos que encontram fácil colocação no mercado internacional. Os acordos de compensação que nós desejaríamos seriam aqueles em que eventualmente novos clientes pudessem aceitar excedentes da nossa produção que têm dificuldades de colocação no mercado internacional. Infelizmente, a experiência do passado não revela a possibilidade de realização de tais acordos e ainda não surgiu nenhum país disposto a aceitar, por essa via, aquilo que não tem tido fácil colocação nesses mesmos mercados internacionais. Se o Sr. Deputado pretende, com a sua intervenção, dizer que existe neste momento em alguns países a intenção de alterarem a sua política comercial connosco e de nos darem um apoio efectivo nesse domínio, naturalmente que ficariam muito satisfeitos e gostariam de saber quais são eles e, em particular, que produtos estariam eles dispostos a comprar-nos nessas condições e a que preço.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, referiu o Sr. Deputado a necessidade, para melhorar a balança de capitais e para permitir o aumento das transferências para Portugal no turismo e nas remessas dos emigrantes, do restabelecimento de um clima de confiança. E eu perguntar-lhe-ia se a adopção generalizada de medidas administrativas não é contraditória com o restabelecimento desse clima de confiança e não gera ela própria, no seio da sociedade, mecanismos que

a dificultam, e se, pelo contrário, a actuação do Governo tem tido ou não acções extremamente positivas nesse progressivo restabelecimento.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Carvalhas quer responder já ou aguardar todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Aguardo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, penso que o primeiro pedido de esclarecimento que lhe queria fazer já foi formulado pelo Sr. Deputado António Guterres, mas vou repeti-lo.

De facto, penso que, em teoria, possivelmente todos estariam de acordo com a figura que o Sr. Deputado referiu e defendeu de acordos de compensação, mas julgo que uma defesa teórica de qualquer figura é só teoria. E a si especialmente, até porque tem determinadas ligações com zonas em que os acordos de compensação são efectivamente praticados, perguntar-lhe-ia quais são os países e quais são os produtos com que se torna viável fazer acordos de compensação.

A Sr.ª Ercilia Talhadas (PCP): — Então os amigos não são para as ocasiões?

O Orador: — Vou fazer-lhe outra pergunta em termos um tanto de futuro. Como o Sr. Deputado Carlos Carvalhas sabe, um sector nacionalizado, ou em grande parte nacionalizado, é o sector adubheiro — 80 % da produção é nacionalizada. Como também sabe, é um sector que tem preços claramente políticos e recebe uma compensação do Governo de cerca de 45 % do custo. Pergunto-lhe: o seu partido apoiará um aumento de 45 % no custo dos adubos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas, para responder.

O Sr. Carlos Carvalhas (POP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por agradecer os pedidos de esclarecimento e passo a responder o mais sucintamente possível ao Sr. Deputado Guterres.

Sr. Deputado, em relação aos preços aumentados a partir de 1 de Abril, tenho a dizer o seguinte: não podemos concordar com isso porque há preços que são preços sociais e, como tal, devem ser subsidiados, e são subsidiados em toda a parte do Mundo, pelo Estado. Se o Estado diminui os subsídios nesses preços de serviços sociais quem vai pagar, no fundo, é a grande maioria da população, as classes mais desfavorecidas e, em particular, os trabalhadores.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Quando chegar ao fim, dou-lhe licença Sr. Deputado, porque se não desconta no meu tempo.

Quando defendemos um sistema de preços semelhante para o sector nacionalizado e para as empresas privadas estamos a ter em conta o sector produtivo, como as indústrias cimenteira, siderúrgica, o vidro plano, o ex-grupo CUF, etc., que têm tido prejuízos, ao longo destes dois últimos anos, devido a medidas administrativas impostas pelo Governo que nada têm a ver com a gestão ou a sua estrutura financeira.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à segunda pergunta, em que o Sr. Deputado diz que fosse qual fosse o método para a restrição do *deficit*, da balança de pagamentos, tínhamos as mesmas consequências que aquelas que afirmamos em relação à política do Governo. Tenho a dizer-lhe que isto não é verdade. E não é verdade pelo seguinte: é que, ao mesmo tempo que preconizamos a contingência e o corte drástico de importações de bens supérfluos, de luxo, ou desnecessários, afirmamos também que é necessário o aumento da produção e uma política de apoio efectivo às pequenas e médias empresas, o que nada tem a ver com uma política que procura abrir as alfândegas ao comércio externo e, simultaneamente, reduzir a produção e dificultar o crédito que levará à liquidação de milhares de pequenas empresas.

Quanto ao problema dos contingentamentos baseado no isolamento: ninguém defende o isolamento, o que defendemos é que estamos — e disto ninguém duvida — numa situação extremamente difícil em relação à balança de pagamentos e à balança comercial. E portanto é legítimo que um povo e um país se defendam, durante um certo período, mesmo que seja curto, e que contingente produtos que nos são desnecessários ou produtos que podem ser substituídos pela produção nacional. É, aliás, o que fazem os grandes países, os nossos principais credores. Ninguém aqui pode contestar que os Estados Unidos da América são considerados unanimemente por qualquer economista como os campeões do protecçãoismo. Vejamos, incisivamente, o que o Mercado Comum tem feito aos nossos textéis...

Quanto aos acordos de compensação serem uma figura teórica — e aqui passo a responder, simultaneamente, ao Sr. Deputado Carlos Robalo — ...

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Eu disse que os apresentou como figura teórica e eu que concretizasse. Não digo que é uma figura teórica.

O Orador: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas agradeço que não me interrompa, pois o tempo conta.

Não se trata de uma figura teórica, Sr. Deputado. Só por desconhecimento ou falta de informação é que poderia sé-lo. O Sr. Deputado é que não sabe, com certeza, o que se passa mesmo em relação a alguns países capitalistas, como, por exemplo, a Finlândia, a Argélia, a Índia, ou o México. E só para citar a Argélia, que tem neste momento uma siderurgia que, em termos europeus, é das maiores, posso dizer-lhe que ela foi financiada na sua componente externa em juros de 2,5% em 15 anos, em que o pagamento desse financiamento é feito com o produto dessa própria

siderurgia ou com produtos que a Argélia tenha em excesso vendidos aos países que a financiaram pelo valor dos preços de mercado.

São estes tipos de acordos e sistemas de compensação que defendemos e que pensamos serem possíveis. Mas nós não somos o Governo. Cabe ao Governo dar passos nesse sentido, e dar passos nesse sentido é defender o interesse nacional e resolver os nossos problemas.

Aplausos do PCP.

Quanto ao problema do clima de confiança, Srs. Deputados, estamos de acordo em que é necessário um clima de confiança. E não é com medidas administrativas ou burocráticas que isto se resolve, mas com o empenhamento dos trabalhadores e com medidas concretas que resolvam os problemas da nossa economia. Mas as medidas aqui preconizadas, que são uma submissão às exigências do FMI, essas, sim, levaram à instabilidade social, porque traduzem o abalamento brutal das camadas mais desfavorecidas dos trabalhadores para encher a bolsa daquele que sempre explorou o povo português. Lamentamos que venha a suceder o que ainda está a tempo de se corrigir.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Aplausos do PCP.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, posso dar esclarecimentos?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado, pode dar esclarecimentos e descontar no seu tempo, até porque vocês fazem poucas intervenções!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Deputado, o senhor está a alterar a primeira coisa que eu disse e que foi que cedia o meu tempo na interrupção que fazia. O Sr. Deputado está a fazer uma afirmação que não valia a pena fazer, pois terei imenso prazer em ceder parte do meu tempo ao Sr. Carlos Carvalhas para ele me poder elucidar. Devo dizer-lhe mesmo que não sou tão cioso do tempo. Sr. Deputado.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que não confundo funções do Governo com funções de partidos que apoiam o Governo, ou com funções de partidos de oposição. Existe para mim um interesse bastante maior, e foi aí que enquadrei a pergunta que lhe fiz, que é o interesse de vencer a grave crise que este país atravessa.

Como o Sr. Deputado referiu várias vezes, a vossa conferência económica e os acordos de compensação, o que eu lhe pedi era um esclarecimento técnico que adviesse dessa conferência económica e que nos dissesse a todos — e não era um apoio só ao Governo, era um apoio a este país — quais são as viabilidades, com que países e com que produtos, dos acordos de compensação.

Eu sei que compete ao Governo fazer esses acordos de compensação, mas também me parece que a um partido que diz defender os trabalhadores, a um partido que é dos trabalhadores, não ficaria mal referir aqui na Assembleia as conclusões técnicas a que se chegou nessa conferência económica. Era de facto

essas conclusões técnicas e concretas que lhe tinha pedido Sr. Deputado.

A Sr.^a Hermenegilda Pereira (PCP): — Leia o livro, Sr. Deputado!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Eu até lhe vendia o livro, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente: — Há um pedido de palavra do Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — O Sr. Deputado António Guterres tem muito tempo!

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É manifesto que o Partido Socialista não deseja gastar tempo do Partido Comunista. As nossas intervenções, seja qual for o artigo, do acordo estabelecido para a discussão ao abrigo da qual forem feitas, desejariamos que fossem sempre descontadas no nosso próprio tempo.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a Hermenegilda Pereira (PCP): — São três vezes 180!

O Sr. Presidente: — Os senhores resolvam como quiserem, que para mim é completamente indiferente. Se quiserem responder, respondam; se quiserem interromper interrompam. Estou aqui disposto simplesmente a dirigir os trabalhos o melhor que posso.

O Sr. Carlos Carvalhas (POP): — Sr. Deputado Carlos Robalo, nós, quando apresentamos estas sugestões é mesmo no sentido de servir o País e o interesse nacional, e estamos confiados — a experiência histórica o demonstra — em que estes acordos de compensação são possíveis e existem.

Agora o que não é possível é que quando um país oferece os seus serviços, como, por exemplo, em reação à siderurgia nacional, para o fornecimento de um trem de caminagem de fio em condições técnicas e com possibilidade de esse trem de caminagem de fio vir a ser pago com produtos da própria siderurgia ou com produtos que Portugal tenha em excesso, exportados aos preços de mercado internacional, que esse projecto, sem qualquer razão técnica — e ao fazer esta afirmação desafio qualquer um dos presentes a vir aqui demonstrar que isso não é verdade —, e esse país tenha sido afastado de concurso público só porque, de facto, se trata de um país de socialismo real.

Aplausos do PCP.

Risos do PS.

O Sr. Presidente: — Em que é que ficamos quanto ao tête-à-tête Guterres-Carvalhas?

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, eu pedia a palavra para esclarecimentos, se fosse possível.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Carlos Carvalhas consentir não há problema nenhum.

Vozes imperceptíveis dos Srs. Deputados Veiga de Oliveira (PCP) e Carlos Brito (PCP).

O Sr. Presidente: — Admito que V. Ex.^a estejam a dizer coisas muito acertadas, mas peço desculpa pois não percebo nada. Só vejo gestos, gestos e mais gestos ...

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, este Regimento é especial. E foi visto neste Regimento especial que várias limitações eram estabelecidas. Uma delas é ao tempo de uso da palavra. Foi também visto que não haveria possibilidades de nenhuma intervenção, excepto aquelas que se façam nos termos dos artigos 92.^º e 94.^º do Regimento, que são aquelas que são utilizadas para protestos ou para invocar o Regimento. Em tudo o mais, qualquer que seja a situação, o Deputado que falar é pelo tempo do seu partido. Isto é aquilo que foi acordado, é o Regimento que está em vigor para esta sessão e portanto há lugar para todas as interrupções com a condição de que quem falar conta no tempo do seu grupo parlamentar.

O Sr. Presidente: — Salvo o devido respeito, o Sr. Deputado disse precisamente aquilo que eu estava a dizer. Nem se está a proceder de outra maneira. Mas, se toda a Câmara quiser adoptar o sistema de não haver interrupções, pois muito bem, assim se fará. Para mim é completamente indiferente. Fica a certeza, porém, de que as interrupções serão contadas no tempo do Deputado interpelante.

Admito qualquer sugestão, mas o meu pensamento é este.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, é só para esclarecer que entendemos que é muito positivo que se verifiquem interrupções e que essa é uma forma de debatermos de um modo vivo as questões que aqui nos ocupam e que são da maior importância para o País. Não há do nosso lado qualquer tentativa de fugirmos a este diálogo vivo e concreto com o pretexto do tempo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito obrigado!...

O Orador: — Bem, mas o tempo é um problema, e naturalmente que os partidos que apoiam o Governo, porque certamente farão um menor número de intervenções, digamos, desfrutam de uma margem de tempo bastante maior.

Nesse sentido, estamos disponíveis para continuar este diálogo vivo como agora fizemos, mas queremos dizer que cada intervenção dos partidos que apoiam o Governo deverá ser registada no seu tempo e não no nosso tempo, porque se não a nossa possibilidade de intervenção fica muito reduzida, tanto mais que, ao que parece, o outro partido da oposição está bastante silencioso...

Risos do PCP.

...e o debate está a verificar-se entre o PCP e os partidos que apoiam o Governo.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado desculpará, mas é precisamente isso que estamos a fazer. Enfim, estamos hoje um bocadinho desencontrados, mas temos muito tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — São algumas observações muito curtas em relação àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

Em primeiro lugar, estamos de acordo que há bens de natureza social que devem ser subsidiados pelo Estado. O Sr. Deputado reconhece ou não que estão previstos no Orçamento 10,7 milhões de contos para subsidiar empresas públicas, precisamente para esse efeito? Gostaria de lhe perguntar se não está de acordo com essa verba, qual a verba que pretende e onde desejará financiá-la.

A segunda questão, muito simples, diz respeito ao concurso público que referiu em relação à siderurgia. Não conheço o caso. Posso, no entanto, relatar-lhe vários casos que me têm sido focados por empresas portuguesas concorrentes no estrangeiro, em particular até empresas em que o PCP goza de larga aceitação entre os seus trabalhadores e que, tendo participado em concursos públicos em países a que chamou de socialismo real, concursos esses que foram feitos na ordem internacional para que se pudessem candidatar a esses investimentos e financiamentos do Banco Mundial, se verificou e se queixam amargamente as empresas portuguesas de que, na prática, esses concursos acabavam por ser uma mera fachada e uma forma de respeitar o regulamento internacional para atribuirem sempre o investimento respectivo a empresas montadoras de equipamento dos respectivos países e a nossa presença lá era apenas para justificar essa autorga às empresas dos respectivos países, queixando-se as empresas portuguesas, e em particular as empresas de construção metalo-mecânicas, de que tinham sido preteridas em concurso desse tipo naturalmente com os gastos por nossa conta na preparação desses mesmos concursos.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Dê lá exemplos, Sr. Deputado.

O Orador: — Posso dar-lhe exemplo de concursos públicos realizados nos domínios de construção metalo-mecânica em países de socialismo real, a que concorreu, por exemplo, a Sorefame. Se tiver dúvidas pode informar-se junto desta empresa.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — E da Mague?

O Orador: — Não conheço neste momento nenhum caso em particular da Mague. Por uma razão simples: é que a Mague é uma empresa privada e a Sorefame é uma empresa em que o Estado tem uma larga participação e naturalmente que estou mais preocupado com o bem-estar dessas.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Ah, o Sr. Deputado só conhece essas?

O Orador: — Se o Sr. Deputado está mais preocupado com a Mague é um problema seu.

Aplausos do PS.

Finalmente, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas em que baseia a sua asserção de que o País está a abrir as alfândegas ao comércio externo no momento em que, mesmo com uma diminuição prevista nas importações, se prevê o aumento das receitas alfandegárias de cerca de 12 para 14 milhões de contos e se prevê a manutenção de todos os contingentes existentes neste momento. Qual é, afinal, o seu conceito de abrir as alfândegas ao comércio externo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas, para responder.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Deputado António Guterres, em relação à primeira pergunta, defendemos o aumento de subsídios e, como o Sr. Deputado sabe, em termos reais e absolutos, os subsídios diminuíram do ano passado para este ano. É possível arrecadar novas receitas para cobrir esses subsídios, e a seu tempo proporemos medidas concretas e alternativas. Não se trata, portanto, de afirmações demagógicas e sem qualquer conteúdo; a seu tempo proporemos medidas. Não se esqueça, Sr. Deputado, de que há na banca cerca de 300 milhões de contos de depósitos sem que qualquer imposto sobre eles recaia.

Em relação à segunda pergunta e em relação portanto a essa afirmação divisionista de diversão quanto ao problema dos concursos em países de socialismo real, recordo-lhe, Sr. Deputado, que foram esses países que compraram a preço superior ao do mercado internacional a corteira, o tomate, o vinho e foram esses países que deram à construção naval emprego numa situação difícil no contexto mundial, e foram esses países que, em relação à Mague e à Sorefame, contrariamente àquilo que afirma, fizeram encendas.

Quando se vem aqui afirmar alguma coisa, é necessário afirmá-lo concretamente e não com simples exemplos vagos, que muitas vezes estão longe da realidade. Se o Sr. Deputado tem dúvidas, ainda esta tarde terei muito prazer e trarei documentos que infirmam precisamente o que aqui disse há pouco.

Em terceiro lugar, em relação às alfândegas, queria dizer-lhe que é verdade que o Governo mantém a contingência de alguns produtos, é verdade que a contingência estava válida até ao 1.º trimestre, que já passou, e ainda não foram renovadas as contingências, mas admitimos que elas se mantêm. Há bocado, na minha intervenção, demonstrei que essa contingência foi totalmente violada no ano passado e, Sr. Deputado, talvez por falta de informação, posso dizer-lhe que neste momento, em relação aos boletins de serviço de importação, há outra vez uma total abertura. Direi mesmo que há outra vez, aquilo que se passou no ano passado, a corrupção livre, aberta e em cima da Mesa.

Sr. Deputado, é ou não verdade que o Governo se prepara para ir desmantelando a sobretaxa? É ou não verdade que uma das exigências do FMI é o desmantelamento das redes alfandegárias e abertura em relação aos países do Fundo e, se assim é, se isso não significa abrir e encançar as portas aos produtos desses países que baterão no mercado interno os nossos próprios produtos? Em benefício de quem? Do

povo português? Da Pátria portuguesa? Dos trabalhadores portugueses? Ou no interesse dos capitalistas e monopólistas desses mesmos países?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Almeida Santos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acaba de ser feita uma afirmação que considero grave, e pedia ao Sr. Deputado que, na medida do possível, fornecesse ao Governo elementos concretos para que o Governo possa, na verdade, perseguir, pelos meios ao seu alcance, casos de corrupção livre, aberta e em cima da mesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Ministro, os que tivermos ao nosso alcance serão fornecidos com todo o gosto, aliás, já não é a primeira vez.

O Sr. Presidente: — Vamos então continuar com as inscrições para as intervenções dos grupos parlamentares.

Pausa.

Por mais que eu tente adivinhar, não comprehendo estes silêncios... ninguém pede a palavra!

Os grupos parlamentares dispõem de 180 minutos para intervir, a UDP dispõe de 40 minutos e o Governo de 180 minutos.

Pausa.

Não se continua o debate na generalidade?

Pausa.

O Governo quer aproveitar os 180 minutos de que dispõe?

Pausa.

Também não quer?

A Sr.^a Hermenegilda Pereira (PCP): — Não quer.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro: — Não deve, Sr. Presidente.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu queria chamar a atenção para a circunstância de ser o Governo quem está a apresentar o seu Orçamento, e é o Governo que tem de justificar as opções propostas, e é o Governo que não está a fazê-lo. É necessário que isso fique claro.

O Sr. Agostinho do Vale (PS): — Essa agora! Ontem não falou?

O Orador: — Em todo o caso, quero dizer que o meu grupo parlamentar vai inscrever, seguidamente, dois Deputados para fazerem duas curtas intervenções.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, há uma metodologia a fixar; creio que de certo modo já foi fixada, pois o Governo apresentou de duas formas as suas opções.

Em primeiro lugar, apresentando o próprio Orçamento e o próprio Plano e sujeitando-se à crítica desta Assembleia. Foi o primeiro acto de apresentação.

Em segundo lugar, foi o acto de apresentação formal do Sr. Ministro das Finanças, que não só fez uma extensa comunicação, mas respondeu longamente às perguntas, não muitas, que lhe foram formuladas.

Até este momento, o Governo usou da palavra durante muito mais tempo do que usaram os Deputados, não só da oposição mas de todos os partidos.

Creio que o Governo não está, neste momento, constituído na obrigação de justificar coisa nenhuma porque ainda não foi posto em causa aquilo que o Governo afirmou e apresentou.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Como estão anunciadas duas curtas intervenções, vamos então passar à primeira.

Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Furtado Fernandes.

O Sr. Furtado Fernandes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Como sempre afirmámos, a formação profissional deve ser considerada como uma infra-estrutura do desenvolvimento económico e social.

Depois de o I Governo Constitucional ter dedicado a esta tão relevante problemática umas escassas cinco linhas no seu Programa, com a agravante de a qualidade não ter ilibado a escassa quantidade, surge-nos no Programa do II Governo a consagração de alguns aspectos que, oportunamente, reputámos positivos e que se inseriam, embora parcialmente, na linha do que os sociais-democratas sempre sustentaram a este propósito.

Pensámos, pois, nesta sequência que o Plano para 1978 desenvolvesse, hierarquizasse e calendarizasse as acções de formação profissional que se impõem no contexto de uma política activa de mão-de-obra, que o Governo tem demonstrado não possuir.

Contudo, tal não aconteceu, limitando-se este Plano a repetir, em matéria de política de emprego, e em linhas gerais, o que já tinha sido estabelecido em anteriores planos, nada se dizendo sobre formação profissional.

Face a esta grave lacuna, importa perguntar se o Governo mantém o seu Programa ou sustenta ainda

o que foi exposto no defunto Plano de médio prazo, onde, nomeadamente, se diz:

A falta de mão-de-obra qualificada nos sectores não agrícolas não parece ser, no entanto, neste momento, e no horizonte do Plano a médio prazo, problema que mereça prioridade.

Para que melhor esta Câmara possa ajuizar da opção do Governo em política de mão-de-obra, gostaria de colocar ao Governo as seguintes questões:

Qual o calendário que o Governo pensa cumprir para concretizar as medidas de formação profissional previstas no seu Programa e completamente olvidadas no Plano para 78? Nomeadamente, a criação de estímulos e apoios às empresas que se integram em esquemas de formação profissional previamente consagrados.

Qual a verba orçamentada no Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra para o financiamento de acções de formação profissional?

Qual o número de estagiários que o Governo estima que frequentarão este ano os centros de formação profissional e que beneficiarão de outras acções complementares?

Ou o Governo considera dispensável e supérfluo, ao menos no ano de 1978, a formação profissional? Ou, admitindo que a juíza importante, ainda que tal não pareça, que outras prioridades considerou mais importantes e que o levaram a sacrificar em 1978 a formação profissional?

Esperamos que o Sr. Ministro do Trabalho possa, entre outras matérias, esclarecer as opções tomadas e justificá-las.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Era apenas para uma pergunta muito simples.

O Sr. Deputado tem consciência de que o que foi apresentado a esta Assembleia não foi o Plano, mas apenas o relatório das grandes opções?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Furtado Fernandes, para responder, se assim o desejar.

O Sr. Furtado Fernandes (PSD): — Naturalmente, Sr. Deputado. Contudo, é nosso convencimento que a formação profissional deve ser uma grande opção a ser assumida pelo Plano, aliás como o foi pelo Programa do Governo, mas que, agora, não foi retomada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Simões para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Sérgio Simões (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A pergunta que eu desejava fazer ao Sr. Deputado Furtado Fernandes fê-la já o meu camarada António Guterres. No entanto, verifico pelas respostas do Sr. Deputado Furtado Fernandes que a sua filosofia política não lhe permite saber

exactamente o que significa o Plano na sociedade portuguesa.

O Sr. Luís Cid (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Não se pode chamar bem a isto uma pergunta. É antes uma afirmação. É a chamada petição de princípio...

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — É um desabafo! *Risos.*

O Orador: — Em todo o caso, o Sr. Deputado poderá responder.

Agora usa-se aqui, na Câmara, uma expressão de que gosto muito: a filosofia das intervenções...

Risos.

Não se esqueçam, Srs. Deputados, de que este período é um período de alegações e os pedidos de esclarecimento devem consistir em perguntas directas e não em comentários.

O Sr. Deputado Furtado Fernandes responderá, se assim o entender; se entender que não deve responder, não o fará.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado, mas é que ficou estabelecido o princípio de alternância, e como já faço um Deputado do PSD, dou agora a palavra a um Deputado do PS e depois então darei a palavra a V. Ex.^a. Está de acordo que assim seja?

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Estou sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Mendes Godinho, para uma intervenção.

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Uma vez que o Programa global do Governo se encontra aprovado, não se trata aqui, hoje, de reiniciar uma discussão sobre aquele, mas tão-só, de saber se as propostas de lei do Orçamento e do Plano para 1978 cumprem aquele Programa global já aprovado e se são a melhor solução para a resolução dos problemas que se põem ao nosso país.

Aliás, a política agrícola não sofreu então, na discussão do Programa do Governo, grande contestação por parte dos partidos da oposição, que se limitaram a apresentar algumas críticas pontuais, muitas das quais, como então foi visto, não eram mais do que para a galeria.

A agricultura é, no contexto actual da economia portuguesa, pelas promessas do fruto que possa vir a dar, o sector da esperança para um futuro melhor e a actividade que pode vir a modificar as perspectivas sombrias que se desenham ao nosso viver comum.

O seu relançamento pode, apenas por si, não só melhorar o abastecimento da população em géneros alimentares e outros bens de consumo essenciais,

substituindo os bens importados, como pode ter um papel preponderante no aumento das exportações, tanto em volume como em valor. Não se deve esquecer que na primeira linha dos produtos que são exportados pelo nosso país estão os produtos agrícolas: o vinho, a cortiça, os produtos da floresta, as conservas, os hortícolas.

É hoje já um lugar-comum dizer que a agricultura tem um papel vital no crescimento e na transformação da economia do nosso país. Esse papel é visualizado pela produção de alimentos, por um aumento sensível das nossas exportações, por uma reserva de postos de trabalho e ainda como uma actividade geradora do seu próprio capital de investimento. Só muito brevemente gostaria de tocar nestes pontos. Após a revolução salarial, em que milhares de compatriotas nossos tiveram acesso a uma dieta alimentar mais decente, principalmente no que diz respeito ao consumo de proteínas, o País foi obrigado a uma importação maciça daqueles bens. A produção destes alimentos, necessários a todos os portugueses, tem de passar a ser nacional, e só produzindo-os se conseguirá diminuir os efeitos depressores que têm tido sobre a balança de pagamentos.

O aumento das exportações tradicionais da agricultura vai ser feito através de uma política de qualidade para os vinhos, pela procura de novos mercados para os vegetais e para os frutos, pelo incremento das exportações dos produtos da floresta, tanto em volume como em qualidade. A nossa situação geográfica em relação ao Norte de África e ao Médio Oriente, países importadores de produtos agrícolas, é uma vantagem para competir e conquistar novos mercados, onde até agora os produtos portugueses são mal conhecidos.

Também a agricultura terá de continuar a ser a fonte de emprego para muitos portugueses enquanto os outros sectores de economia não os possam absorver. Em 1975, 27% dos activos encontravam-se ainda na agricultura, e embora essa situação fosse bem diferente da de vinte e cinco anos antes, quando quase 50% dos activos se encontravam na agricultura, tem de se ter em conta que o campo continua a ser para muitos portugueses e portuguesas o ganha-pão. Esta situação tem de ser mantida por este sector enquanto toda esta força de trabalho não puder ser absorvida por outras actividades mais úteis para esses trabalhadores e para toda a comunidade.

Por último, a agricultura em Portugal tem de ser uma actividade onde sejam feitos investimentos e não pode continuar a ser, como no passado, geradora de capital para outras actividades.

Por tudo isto, a importância do relançamento deste sector é uma pedra fundamental do nosso desenvolvimento e da mudança de perspectiva da nossa vida comum.

Foi um grande passo em frente no passado próximo o da transformação da antiga e obscura Secretaria de Estado da Agricultura pertencente ao Ministério da Economia, num Ministério de Agricultura e Pescas. Esta nova posição dentro da orgânica do Governo traduziu-se numa grande mudança na organização dos serviços e na importância e responsabilidade que à agricultura ia ser cometida.

O novo MAP, que no próximo passado teve muito da sua atenção concentrada sobre a solução dos problemas imediatos que com premência exigiam uma revolução adequada, tais como a reforma da estrutura da propriedade no Sul do País, os preços e o circuito comercial e a falta de produtos agrícolas disponíveis para o consumo, pode hoje dedicar parte da sua atenção à sua própria estruturação e às tarefas de produção de carne, de leite, de oleaginosas e dos cereais, grandes responsáveis pelo nosso actual desequilíbrio da balança de pagamentos.

Todo o programa do Governo para 1978 está centrado na planificação da produção a curto e a médio prazo e na construção de uma estrutura que permita executar esses planos e essas tarefas que resultam daquela planificação em coordenação com os outros departamentos governamentais.

Com a publicação da Lei Orgânica do MAP, em Maio de 1977, foi dado um passo muito importante para a unificação de todas as funções governativas no que concerne à agricultura. O poder e as funções do Ministério foram então bem definidos com a publicação daquela lei, e as tarefas de construir esta nova organização puderam então ser começadas e têm de ser continuadas durante este ano de 1978. Como todos sabem, o princípio básico desta nova organização assenta numa centralização da política agrícola e a sua planificação, nas suas grandes linhas, numa descentralização da sua execução pelas regiões. Todo este esforço de organização está bem patente tanto no Orçamento como no Plano para 1978. Da rapidez da instalação destes novos serviços, da eficiência e dos meios de que eles possam vir a dispor, da resposta que possam vir a dar os funcionários, muitos deles muito competentes e sacrificados (mas para quem é humano alguma confusão traz toda essa mudança), depende hoje o relançamento deste sector, depende hoje muito o futuro de todos nós. Claro que todos sabem que a passagem de uma estrutura que cresceu um tanto anarquicamente e que era extremamente desadaptada à necessidade da vida actual para uma outra estrutura bem articulada, funcional e moderna não é tarefa para realizar num só ano, é tarefa para uma década.

Só direcções regionais bem apoiadas tecnicamente poderão tomar a responsabilidade principal da execução de projectos fundamentais para o desenvolvimento da produção, como a instalação de prados nos sequeiros do Alentejo, a instalação de animais nesses prados, o desenvolvimento de uma vinicultura de qualidade, projectos como o lançamento da produção de sementes oleaginosas, que exigem todos eles equipas a full-time de especialistas com uma direcção segura e um constante acompanhamento da realização dessas tarefas e controlo dos resultados.

Por outro lado, é tarefa prioritária o lançamento de um verdadeiro serviço de extensão rural que tenha como principal função promover a assistência técnica às cooperativas, aos agrupamentos de agricultores, o ensino da técnica agrícola, principalmente aos empresários e aos trabalhadores mais jovens. Todo esse esforço, que tem para nós, Portugueses, uma importância fundamental, passa pela rápida reciclagem de quadros técnicos, pela sua promoção e pelos meios que possam ser postos à sua disposição. Tudo isto

vem bem considerado nas tarefas deste ano de 1978 do MAP e está bem considerado no Orçamento.

Claro que se pode pensar que as limitações de orçamento podem limitar a implantação de serviços com a importância deentes que acabamos de expor. No entanto, deve dizer-se que as verbas orçamentadas são suficientes para dar passos importantes na regionalização e na extensão e que esses passos importantes e seguros não dependem só do dinheiro mas também dos recursos humanos que sejam postos neste projecto. Nós, socialistas, estamos confiantes tanto no êxito do Ministério em fazer a instalação da regionalização e da extensão como na sua capacidade para mobilizar todas as forças produtivas da agricultura para um projecto de desenvolvimento acelerado.

O Sr. Luís Cid (PS): — Muito bem!

O Orador: — Todo este desenvolvimento tem ainda de ser suportado por uma assistência técnica bem ligada à produção e bem ligada às tarefas de investigação e de desenvolvimento, isto é, passa pelo fortalecimento do INIA (Instituto Nacional de Investigação Agrária). E neste fortalecimento está todo o empenho que as actividades de investigação e desenvolvimento trazem: os quadros, os orçamentos, os objectivos, o controlo da actividade, a transferência de tecnologia. A introdução no encenho da equipa do MAP de um elemento profundamente ligado a este sector demonstra a preocupação do II Governo Constitucional neste campo.

O crédito agrícola é, sem dúvida para ninguém, um outro suporte do desenvolvimento da produção. Com a criação do IFADAP, como medida interina até à criação de um novo sistema de crédito, eventualmente à criação de um banco especializado para a agricultura e pescas, vai ser introduzida uma certa disciplina financeira em todo o sector, e vão-se estabelecer critérios para o processamento e concessão de empréstimos aos agricultores. Só com a introdução de sistemas objectivos de apreciação dos projectos de investimento, o acompanhamento técnico dos mesmos e um seguro agrícola capaz se poderá tornar todo o sistema de crédito à agricultura eficiente. Em resumo, o IFADAP vai estabelecer o mecanismo viável para conceder crédito em condições aceitáveis a curto, médio e longo prazo àqueles que querem trabalhar na agricultura e para os quais, e a muitos deles, nunca foi concedido qualquer espécie de crédito, infelizmente, para eles e para nós.

O crédito aos agricultores do Centro e do Norte do País é um instrumento essencial para reformular a produção, modernizar as explorações e, mesmo, melhorar a dimensão da propriedade.

A consolidação do crédito agrícola debaixo de uma única administração financeira e a reanimação do sistema de crédito agrícola mútuo são tarefas importantes que estão directa e indirectamente expressas nos textos agora em apreço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se poderá desenvolver a produção agrícola em Portugal sem uma verdadeira política de preços pagos na produção e sem o mais leve sistema de comercialização dos produtos da agricultura. A manutenção de preços compensadores para as produções essenciais da agri-

cultura não é só um imperativo constitucional, é antes um imperativo de sobrevivência e do relançamento de uma agricultura moderna. Por isso, só através da intervenção do mercado num conjunto de produtos com oferta irregular se poderão evitar as baixas de preço que têm efeitos depressores na produção e que projectam, no futuro, faltas de produtos. Todo este sistema de intervenção poderá, finalmente, acabar este ano com o baixo preço na produção de canne de porco, evitar uma baixa de preço nos ovos e na carne de borrego e portanto relançar estas produções essenciais à manutenção de uma dieta proteica da população portuguesa. Toda esta política, que no fundo não traz uma grande projecção no Orçamento, dará muito melhores resultados do que a antiga política de subsídios, muitos deles teoricamente dados à produção, mas na realidade entregues no circuito comercial, e que eram bem pesados no Orçamento. E os subsídios representavam em 1976 48 % do preço do leite no retalho, 21 % do preço de carne de vaca, 10 % do preço do milho importado e 12 % do preço do trigo.

Um sistema deste género, isto é, uma política de preços estáveis baseada num conjunto de subsídios, geralmente não atinge os objectivos de estabilizar os preços e tornar mais eficiente a produção. Claro que aqui se deve fazer excepção, entre outros, aos subsídios dados no circuito do leite, no que diz respeito à sua recolha e ao seu tratamento.

Esta política de subsídios teve muitas vezes um efeito que talvez não fosse esperado. Por exemplo, os subsídios à produção de carne de vaca provocaram uma transformação tecnológica no modo de criação destes animais que eram alimentados nas pastagens com um baixo custo de produção e passaram a ser criados à manjedoura a partir das rações, em que 75 % dos componentes dessas rações são importados e em que o milho era subsidiado. Por outro lado, a campanha do trigo levou a que fossem utilizadas terras marginais para a produção de cereais, que seriam muito mais bem entregues à produção de carne. Isto é: nas pastagens passou-se a fazer trigo com baixa produtividade e os animais passaram a ser engordados à manjedoura, com rações importadas.

A intervenção nos preços do mercado, estamos certos, acompanhada de outras medidas de fomento, irá trazer uma maior verdade à utilização dos nossos recursos, estimulará decisivamente a produção agrícola e trará aos que trabalham a terra aquela confiança no seu trabalho e nos seus investimentos tão necessários ao aumento global da produção.

O Sr. Luís Cid (PS): — Muito bem!

O Orador: — O projecto do orçamento para 1978, que foi apresentado a esta Câmara, no que respeita à agricultura, apresenta um acréscimo significativo nas verbas atribuídas. Esse acréscimo, da ordem dos 30 % em relação a 1977, num Orçamento todo ele projectado para lutar contra a inflação e reduzir o desequilíbrio da balança de pagamentos, que levou a tentar uma desaceleração no crescimento económico, é bastante significativo. Para investimento foram consignados, através do MAP, mais de 4 milhões de contos, isto é, quase 50 % do valor total do orçamento para o MAP. Claro que não se ficam

por aí os investimentos feitos através do OGE na agricultura, pois outros são feitos através de outros departamentos do Governo, como o das obras públicas.

Algumas das verbas a serem investidas na agricultura têm proveniência em empréstimos de países amigos e outros provêm mesmo de dádivas, como as feitas pela Holanda, a República Federal da Alemanha e a Noruega.

Todos estes investimentos vultosos vão ser aplicados em construções e equipamentos de agricultura e pecuária, na utilização de um melhor material genético na produção, no relançamento da produção de forragens, na instalação de prados, na produção de cereais e de oleaginosas e na florestação. Todo este programa, cujas opções e cujos projectos estão bem desenhados, vai ser feito durante este ano de 1978 e é uma condição fundamental para se sair da situação difícil de dependência em que nos encontramos e passar a uma salutar situação de interdependência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em conclusão, é possível tirar um certo número de lições e de ensinamentos da leitura do Orçamento e do Plano para 1978 no que diz respeito à agricultura. A primeira conclusão é que existe uma vontade firme e inabalável de modernizar e aumentar a produção de bens essenciais ao nosso consumo.

Uma segunda é que a reorganização dos serviços do MAP é uma tarefa também prioritária para lançar bases sólidas à própria agricultura portuguesa.

Uma terceira é que o sistema de crédito e de preços é instrumento fundamental da política agrícola em 1978.

A agricultura é um domínio onde tem sido fácil usar a demagogia, dado que o atraso da produção agrícola, a exploração a que têm sido sujeitos os trabalhadores, a insegurança da produção e falta de segurança social tornam os que trabalham a terra um terreno fértil para a aceitação de aventureiros, mais interessados em causar a desconfiança no sistema democrático do que em encontrar soluções para os graves problemas nacionais.

O II Governo Constitucional, ao opor a toda esta demagogia barata um projecto coerente de desenvolvimento, mais do que uma clientela, está a procurar soluções que minimizem os efeitos de uma crise que não é só nacional e que forçosamente o povo português tem de suportar.

O Partido Socialista, ao apoiar o Orçamento e o Plano para 1978, no II Governo Constitucional, está seguro de que esta é agora uma maneira firme de defender as conquistas de Abril.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Monteiro de Andrade.

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Mendes Godinho começou a sua intervenção dizendo que o debate que estava em causa é o do Plano e o do Orçamento e não o do Programa do Governo. No entanto, toda a sua exposição tem muito mais a ver com linhas gerais de uma política agrícola definida em termos

concretos, como é seu hábito nesta Câmara, do que com o Plano e o Orçamento.

E assim, a primeira pergunta que lhe faço é a seguinte: a intervenção do Sr. Deputado Mendes Godinho poderá substituir a clarificação que o Sr. Ministro da Agricultura deve vir fazer a esta Câmara em relação à política agrícola para este país? Esta é a primeira pergunta. A segunda é a seguinte: o Sr. Deputado Mendes Godinho disse que era necessário e fundamental o incremento da produção agrícola e que não houve críticas ao Programa do Governo, e eu perguntava onde está expresso, no Plano e no Orçamento, um plano de produção agrícola onde concretamente se defina o que produzir, as formas de produzir e para quem produzir? Pergunto, também, onde estão expressas as produções a incrementar para este país? Onde estão expressas as formas de fazer a adaptação e a experimentação para as novas culturas?

Em terceiro lugar, o Sr. Deputado falou em política de preços e a política de preços é fundamental para uma política agrícola clara. Mas pretende ou não o Governo criar uma política de preços de garantia para todos os produtos agrícolas em que o Estado intervém supletivamente no mercado e dê sempre a garantia de escoamento dos produtos? Onde está isso expresso?

Por último, falou o Sr. Deputado numa política de fomento das exportações agrícolas através de uma política de qualidade. Pretende, por exemplo, o Governo fazer a redefinição das regiões demarcadas da vinha? Como? Com que critérios? Onde estão expressos?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. António Guterres (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Guterres pede a palavra para que efectue

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, pedia a palavra para dar um esclarecimento, se fosse possível, antes da resposta do Sr. Deputado Mendes Godinho.

O Sr. Presidente: — Parece-me uma inversão um bocado discutível, pelo menos, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, sendo assim, posso dar o esclarecimento depois da resposta do Sr. Deputado Mendes Godinho.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Mendes Godinho quer ser esclarecido antes de responder, isso é com ele...

Risos.

... Para mim é absolutamente indiferente.
Faz favor, Sr. Deputado Mendes Godinho.

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não comprehendi bem a primeira pergunta que me foi feita. Por um lado, foi dito que a

minha intervenção não tinha sido acerca do Orçamento e, por outro lado, foi-me perguntado se esta minha intervenção substituiria a intervenção do Ministro da Agricultura na discussão exactamente desse Orçamento e desse Plano. Pense que, realmente, o Sr. Deputado que me fez a pergunta está um pouco confundido, talvez um pouco enervado...

Risos.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Estamos aflitos, aflitos, aflitos!

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Vê-se isso!

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — É natural... é a discussão do vosso Orçamento!...

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Sr. Deputado, o que lhe perguntei...

O Sr. Deputado está com atenção?

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Está sim!

O Orador: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — O que eu disse foi que a sua intervenção não foi mais do que um novo catálogo de intenções, como era o Programa de Governo, em relação aos problemas agrícolas, e que isso não definia uma política agrícola clara para este país, que o Sr. Ministro da Agricultura ainda não definiu, assim como ainda não há um plano de produção agrícola para este país. O que lhe queria perguntar era se a sua intervenção substitui a necessária clarificação da política do actual Ministério da Agricultura, que ainda não foi feita.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — O seu esclarecimento, embora feito num tom quente, não adiantou muito ao que tinha compreendido da sua primeira exposição.

O Sr. Furtado Fernandes (PSD): — A deficiência é sua, Sr. Deputado.

O Orador: — Na verdade, o programa de desenvolvimento agrícola foi discutido no Programa do Governo e foi agora novamente exposto.

É certo que talvez não com aquele pormenor que o Sr. Deputado quereria e que era o de saber quantos hectares vão ser plantados de girassol, quantos hectares é que se vão programar de cada produção ou daquela. Este não é, certamente, o local exacto para uma discussão desse estilo...

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Nós não somos leninistas nesse sentido!

O Orador: — ..., mas o que está em causa é apenas saber quais as linhas de força deste programa de desenvolvimento agrícola que está já a ser executado.

Uma voz do PSD: — Quais são?

O Orador: — E esse programa baseia-se no aumento da produção de proteínas, da produção de oleaginosas e da produção de forragens para transformação de carne. Estas são as três grandes linhas de desenvolvimento, além do desenvolvimento florestar que os Srs. Deputados tanto têm criticado.

Quanto à política de preços de garantia para todos os produtos, com certeza que não se podem garantir, para já, os preços de todos os produtos, nem isso era interessante para a agricultura. Interessa garantir, sim, os preços daqueles produtos essenciais para o desenvolvimento da agricultura, e foi exactamente nesse sentido que eu fiz toda a minha intervenção, mas com certeza o Sr. Deputado estava bastante distraído.

Quanto ao fomento da exportação através de uma política de qualidade para os produtos, pois isso é essencial, porque realmente os grandes volumes de exportação podem ser aumentados em termos de divisas que entrem através de uma política de qualidade e, portanto, de uma política de preços por que sejam vendidos os nossos produtos, uma vez que a produção terá sempre de ser limitada.

Quanto aos vinhos, isso terá de passar por uma redefinição das zonas demarcadas, o que está a ser estudado pelo Ministério da Agricultura.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — O esclarecimento é muito simples e diz respeito à natureza do debate que aqui se está a travar.

Já há pouco referi que não estamos a discutir o Plano para 1978, mas as grandes opções desse Plano. Ficamos a saber que, para o PSD, as grandes opções deveriam ser um relatório em que se contivesse um programa de formação profissional e um plano de produção agrícola.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria obter dois esclarecimentos. Um do Sr. Deputado Mendes Godinho — porque receio não o ter entendido bem — e o outro do Sr. Deputado António Guterres.

Quanto ao Sr. Deputado Mendes Godinho, queria ter a certeza de ter, de facto, ouvido e entendido que o Sr. Deputado considera vantajoso que os agricultores não disponham de preços de garantia em todos os produtos. Foi isto o que o Sr. Deputado disse? Se foi isto, gostaria de o ver claramente reafirmado, porque é importante.

Segundo ponto: em relação ao Sr. Deputado António Guterres, gostaria de dizer-lhe que efectivamente temos estado a tentar obter respostas a pontos que são necessariamente incluídos na grandes linhas de

um Plano. São pontos essenciais, pois é evidente que o planeamento da nossa agricultura é importante, já que esta não corresponde às necessidades de abastecimento do País e provoca, em grande parte, um desequilíbrio na nossa balança comercial pela necessidade de importar produtos alimentares que são insubstituíveis, e a resposta do Governo aos problemas agrícolas é necessariamente um dos grandes pontos das opções do Plano e do Orçamento para 1978. Por isso precisamos de saber, nós e este País, que tipo de respostas tem o Governo para os grandes problemas com que todos nos defrontamos, o que ainda não obtivemos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Mendes Godinho.

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Pois, Sr. Deputado, tenho muito gosto em esclarecer as suas dúvidas.

O que eu disse foi que os principais produtos da produção agrícola em Portugal devem e têm de ter os preços garantidos e o escoamento assegurado. Aliás, o seu pedido de esclarecimento é para mim bastante estranho, porque a sua actuação enquanto esteve no cargo governamental em que tinha a responsabilidade destas coisas não foi de molde a melhorar o que vinha a ser feito. Foi, pelo contrário, de molde a piorar exactamente a sorte daqueles que produzem na agricultura.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres para responder.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Magalhães Mota, a questão é simples: as grandes orientações da política agrícola foram expressas no Programa do Governo, e em relação a essas grandes linhas penso que a intervenção do Deputado Mendes Godinho é clara. Se o Sr. Deputado pretende um detalhe mais completo, remeto-o para a leitura do relatório elaborado pelo Gabinete de Planeamento do Ministério aquando da preparação do Plano de médio prazo e cuja validade foi afirmada pelo Sr. Ministro das Finanças no seu discurso inicial. Agora, o que está em causa não é que o Governo não tenha uma política definida, pois o Governo tem-na. Já lhe citei os documentos em que ela está expressa e já aqui houve intervenções em que ela foi afirmada. O que está em causa no meu esclarecimento é a concepção do que é um sistema de planeamento, e verifico que se mantém presente no espírito do PSD a concepção apontada pelo Sr. Deputado Nandim de Carvalho quando aqui discutimos o sistema e orgânica de planeamento, em que nos citou fartamente Barthélémy, e pelas intervenções que houve até agora ficamos com a convicção de que o sistema de planeamento entendido pelo PSD é um modelo muito mais leninista do que aquilo que o Sr. Deputado Ângelo Correia queria dar a entender.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Queria, em primeiro lugar responder ao Sr. Deputado Mendes Godinho e dizer-lhe muito claramente que a sua falta de resposta foi esclarecedora. Quero ainda dizer-lhe que não me deixo envolver — e ontem tivemos ocasião de o dizer — em questões pessoais. Portanto, a sua acusação não me tinge, até na medida em que queria recordar que fui eu que solicitei ao Ministério da Agricultura de então que indicasse um plano calendarizado de culturas agrícolas para que fosse estabelecido por acordo entre os Ministérios, como se impunha, o cumprimento do preceito constitucional que manda atribuir preços de garantia antes das colheitas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Eu desejava dar um esclarecimento ao Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. Deputado António Guterres: referiu que não entendia a concepção de planeamento que o PSD perfilhava. Pois ela para nós é evidente.

Discute-se no âmbito da Assembleia da República a aprovação das grandes opções do Plano. Grandes opções do Plano são entre outras variáveis, a escolha do *deficit* aceitável, para o ano em curso, do valor das exportações, das importações, do montante de investimentos, da defesa nacional, da taxa de crescimento do produto, etc. Só que quando qualquer cidadão português, quando qualquer grupo parlamentar analisa, contempla e aprova ou rejeita essas opções faz-o em termos de alternativas; faz-lo também em termos dos vários fenómenos que, conjugadamente, podem ou não permitir a obtenção das metas, dos valores e das quantificações que o Governo se propõe. Quando o Governo nos diz e nos propõe para aprovação nesta Assembleia que o produto interno vai crescer 3%, o Governo tem subjacente a este modelo que a agricultura cresce 5%, a indústria 3,5%, a construção 5% e os serviços 2%. Quer dizer, só a Assembleia da República se pode permitir uma opinião definitiva e viável sobre as grandes opções que o Governo lhe propõe, na medida em que sejam viáveis as pré-condições e as determinantes que influenciam essas variáveis. Ou seja, é impossível aprovar-se um valor de 3% para o produto interno sem anteriormente esta Assembleia admitir se é ou não possível o crescimento da agricultura 5%, como o Governo nos propõe. Só é possível, por outra ordem de razões, admitir esse valor de 5% a partir do momento em que sejaclarificado qual o âmbito da política agrícola do Governo, quais as áreas de agricultura prioritária, quais os tipos de preços agrícolas que vão ser fixados, qual o tipo de escoamento que se vai dar aos produtos agrícolas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ou seja, só conhecendo a realidade, só sabendo-se o que o Governo se propõe na prática é que podemos caminhar, ao nível do abstrato, ao nível da quantificação, no sentido de viabilizar ou não os valores que o Governo nos propõe. Logo, só

é possível discutir grandes opções do Plano desde que previamente e simultaneamente, por outra razão, se possa discutir, analisar e dissecar a política do Governo sectorialmente, o que, conjugadamente ou não, depende da qualidade e da apetência do Governo nesse âmbito e lhe permite atingir esses valores.

Logo a questão que o Sr. Deputado António Guterres colocou, além de académica, é estéril e irrelevante.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Guterres, tem a palavra.

O Sr. António Guterres (PS): — Foi precisamente por isso que remeti os Srs. Deputados para a leitura do relatório de planeamento do Ministério da Agricultura. É precisamente para poder esclarecer essas suas dúvidas.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Já não é o mesmo o director do Gabinete de Planeamento.

O Orador: — Mas gostaria de lhe dizer que o facto de o director do Gabinete de Planeamento já não ser o mesmo não tem importância nenhuma, visto que é um documento político que é assumido pelo Governo e foi reafirmado pelo Sr. Ministro na sua declaração inicial.

Gostaria ainda de lhe dizer mais uma coisa, se me permite — que, enfim, abusarei da minha irrelevância — ...

O Sr. Deputado Ângelo Correia pede neste momento a palavra produzindo com os dedos um som parecido com o de castanholas.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Isto vai com castanholas!

O Orador: — Isto vai com castanholas, Sr. Deputado?

Risos.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Não se zangue, Sr. Deputado!

O Orador: — Não, não me zango.

O Sr. Presidente: — Isto não é uma assembleia espanhola!

Risos.

O Orador: — Gostaria ainda de lhe dizer mais alguma coisa, se me permite. O Sr. Deputado disse uma coisa extremamente importante: é que o papel desta Assembleia e o dos partidos é o de encontrar alternativas. São precisamente essas alternativas — as vossas — que nós gostaríamos de conhecer, são essas alternativas — as vossas — que continuam a faltar, estranhamente, neste debate.

Aplausos do PS e do CDS.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, se V. Ex.^a me dá licença, queria referir-me a três pontos apenas.

Uma voz do PS: — Só?

O Orador: — Para V. Ex.^a é suficiente!

Primeiro ponto: o Sr. Deputado António Guterres referiu o acompanhamento de castanholas. É, apesar de tudo, preferível acompanhar a acção deste Governo e as suas propostas em termos de castanholas do que com palmas de tango.

Risos.

Segundo ponto: o Sr. Deputado referiu a existência da necessidade de alternativas. É verdade! Só que apenas pode haver alternativas se houver alguma coisa que se conhece; só pode pronunciar-se e manifestar-se uma alternativa sobre um texto face ao qual se apresenta essa mesma alternativa. No caso veritente, o que não existe é uma política definida *a priori* que nos permita sequer perspectivar uma alternativa. Logo, o que o Sr. Deputado António Guterres está, sub-repticiamente, a fazer é a induzir o PSD, de forma que ele próprio, partido da oposição, faça de partido do Governo e defina a política de que o Governo não é capaz.

Aplausos do PSD.

Risos e protestos do PS e CDS.

O Orador: — Terceiro ponto: o Sr. Deputado António Guterres remete-nos para o Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura. Com todo o respeito, e naturalmente até com todo o mérito técnico que esse relatório possa ter, devo lembrar ao Sr. Deputado António Guterres que o plano do Programa do Governo estabelecido pelo Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas é um plano aplicável a três anos e que tem uma tradução quantificada e concreta anualmente. É um plano, ou seja, tem metas, tem objectivos que são plurianuais, embora, naturalmente, tenha uma tradução efectiva anual, que é diferente da perspectiva trianual.

Eu não quero nem desejaria que o Governo assumisse de per si tudo aquilo que está proposto para três anos em termos de execução para um ano, porque nessa altura eu seria obrigado a considerar, como todos os portugueses, que todas as promessas que lá estão implícitas para três anos teriam de ser cumpridas a um ano. Logo, o que é mister — e julgo que é uma concepção que poderia ser a do Governo, e que é nossa — é que haja uma tradução efectiva em termos concretos, e anualmente, dos aspectos que se reportam dentro dessa fatia plurianual, dentro dessa concepção plurianual, anualmente, sob pena de sermos obrigados a tomar como ilusórias, como utópicas, coisas que se prometem a três anos, mas que não se podem fazer num só. Isto faço-o em defesa do próprio Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — É extremamente simples, Sr. Deputado. É que essa tradução anual será feita em detalhe no Plano anual. Se nós aprovamos aqui as grandes opções desse Plano anual e de acordo com o mecanismo constitucional, esse Plano anual poderá ser elaborado e essa quantificação será encontrada. Se os Srs. Deputados não estiverem de acordo, dado que esse problema é da responsabilidade do Governo, pedirão a ratificação do respectivo decreto-lei, o debate será aqui feito e veremos então a alternativa que neste momento não são capazes de produzir.

O Sr. Presidente: — Bom, Srs. Deputados, temos agora uma outra alternativa que é irmos almoçar ...

Risos.

Os nossos trabalhos recomeçam às 15 horas em ponto.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas.

Após o intervalo, depois do almoço, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Martins Canaverde.

O Sr. Presidente: — Está reaberta à sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Simões de Aguiar.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1 — Considerando a estrutura do nosso comércio externo, ou melhor, a composição das nossas importações, qualquer medida restritiva neste campo terá necessariamente de incidir sobre matérias-primas indispensáveis ao normal funcionamento da actividade industrial e sobre bens de investimento, uma vez que:

Um terço das nossas compras ao estrangeiro recaem sobre produtos agrícolas ou de natureza agrícola indispensáveis à satisfação das necessidades fundamentais da população portuguesa;

Dois terços das nossas importações englobam fundamentalmente matérias-primas e bens de investimento.

Surge assim, e naturalmente, a primeira pergunta:

- i) Que medidas restritivas o Governo pretende adoptar e qual o critério ou critérios que pretende seguir? Continuará o Governo no campo da organização desorganizada dos boletins de registo de importação?
- ii) Terá o Governo adoptado as medidas indispensáveis à aceitação por parte dos países integrados em organizações internacionais

de carácter económico de que Portugal também faz parte?

Não haverá a hipótese ou o perigo da tomada, por parte daqueles países, de medidas de retaliação sobre a entrada dos nossos produtos? O que aconteceria às nossas exportações tradicionais, designadamente têxteis, conservas, concentrado de tomate, vinho do Porto, se tal se viesse a verificar?

2 — Mas, caindo o Governo na simples e fácil tentação — sempre infeliz! — de restringir as importações de matérias-primas e bens de equipamento, ...

Voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... terá ele próprio previsto os efeitos francamente nefastos que não deixarão de se fazer sentir no volume de produção e no nível de emprego.

Porque, Sr. Ministro, não tenhamos ilusões, restrições às importações de matérias-primas e bens de equipamento lançarão na falência largas dezenas de pequenas e médias empresas, já hoje a braços com graves crises financeiras. Se adicionarmos este grupo de medidas àquele que se orienta para a restrição drástica do crédito — e tudo parece indicar que é para aqui que o Governo se orienta —, então, Sr. Ministro, permita-me que afirme agora que centenas e centenas de empresas serão obrigadas a fechar as portas. Que medidas de apoio estão previstas e funcionarão melhor, ou funcionarão, o que já é diferente, com o chamado apoio às pequenas e médias empresas, PME? Ou é mesmo a falência e o encerramento de muitas pequenas e médias empresas, naturalmente empresas privadas, o objectivo do Governo PS/CDS?

Assim, como pensa o Governo cumprir o objectivo de expandir as exportações?

Através de um aumento da produtividade? Duvidamos, Sr. Ministro.

Pela desvalorização da moeda e, se assim for, em que ritmo?

Ou pela diminuição ou pelo sacrifício real e gravoso do poder de compra dos trabalhadores?

Por que via opta ou optou o Governo?

3 — Por outro lado, Sr. Ministro, a entrada de Portugal no Mercado Comum, que aguardamos com ansiedade, seja qual for o seu estatuto especial, (dado o nosso estádio de desenvolvimento económico), não deixará, estamos certos, de conduzir a uma maior liberdade de entrada de produtos provenientes de países com técnicas avançadíssimas.

Logo, que medidas preconiza o Governo no sentido de evitar um aumento rápido das importações e, simultaneamente, o que vamos exportar? Quais os contratos de desenvolvimento das exportações até agora concretizados?

Vamos apenas exportar mão-de-obra?

E como concilia o Governo o objectivo de restrição de importações com esse objectivo nacional sujeito a regras bem definidas?

Enfim, Sr. Ministro, acredita mesmo, sincera e abertamente o Governo, na diminuição do saldo negativo da nossa balança comercial e, consequente-

mente, na resolução da grave situação da nossa balança de pagamentos?

Estas são algumas das perguntas que a bancada do Partido Social-Democrata pretende formular a V. Ex.^a e que desejará ver respondidas, para nosso esclarecimento e fundamentalmente para esclarecimento do povo português.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo, mas antes gostaria de lhe perguntar se é para pedidos de esclarecimento ou para uma intervenção.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — É para uma intervenção, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, peço-lhe desculpa, Sr. Deputado, mas eu supunha que era para pedidos de esclarecimento. A ser assim, não lhe posso dar já a palavra porque realmente não é a sua vez.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Rodrigues.

O Sr. Vital Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Não se encontram ainda aprovadas as Grandes Opções correspondentes a um Plano de médio prazo que melhor oriente, coordene e discipline a organização económica e social do País com vista ao desenvolvimento mais harmonioso dos sectores e regiões, garantindo a eficiente utilização das forças produtivas, a justa repartição individual e regional do produto nacional, a coordenação da política económica com a política social, educacional e cultural, a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português. Isto, aliás, conforme se refere no texto agora em apreço — o das grandes opções do Plano para 1978 —, é transcrição do ponto 2 do artigo 91.^º da Constituição. Transcreve-o a proposta de lei em causa, talvez para dizer que não está esquecido, mas apenas adiado.

Recordemos, no entanto, que Grandes Opções correspondem ao Plano de médio prazo haviam já sido aprovadas em Conselho de Ministros do I Governo Constitucional, em 1 de Junho do ano passado. Cremos estar bem na memória de todos que então se fez preceder à sua apreciação e votação nesta Câmara pela apreciação e votação da Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, que naquela mesma data o Conselho de Ministros também aprovara. Só que a Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária foi aprovada pela Assembleia e a do Plano de médio prazo não chegou sequer ao Plenário. O PSD deu o seu contributo para que assim acontecesse, diga-se de passagem.

Embora o processo, já na altura, não fosse inteiramente original, poder-se-á dizer que o facto acabado de referir marcou de maneira bem nítida uma forma de actuação que, pelos vistos, também merece o apreço do II Governo Constitucional, isto é, a de legislar primeiro no particular para condicionar o geral, o que, sendo ilógico, não deixa de ser cómodo quando em relação à maioria das leis — a Constituição — cada vez mais se forçam interpretações que se distanciam do espírito da mesma lei fundamental, maiores contestações se levantam, entre as quais as mais coe-

rentes são, sem dúvida, ao CDS, na sequência do seu voto contrário proferido na Constituinte.

Surgem agora as Grandes Opções para 1978, quando o ano já entrou no 2.º trimestre, e surgem não enquadradas, como naturalmente deveriam estar, nas do Plano de médio prazo, que ainda não existe porque não se quis submeter oportunamente à votação desta Assembleia o texto aprovado já há dez meses em Conselho de Ministros. Entretanto, por umas razões, o Secretário de Estado do Plano já não é o mesmo e o próprio Governo também é outro, por outras ou talvez pelas mesmas razões.

Com uma tal forma de procedimento, isto é, aquela que faz anteceder a aprovação de uma lei por outra de âmbito mais restrito, (mas que deveria subordinar-se àquela), chegaremos a um ponto em que se entenderá necessário alterar a Constituição, porque a que existe já não corresponde à realidade vivida, consequência da legislação entretanto publicada. Já muito se fez em tal sentido e até 1981 sobra tempo para fazer muito mais. A maioria parlamentar irá cumprindo a sua missão.

Há ou deveria haver, entre os vários documentos legislativos, uma interligação, uma relação de complementariedade, do que resulta não ser fácil analisar cada um de per si, pois só comparando-os se poderá recolher a ideia das suas verdadeiras intenções, do quadro sócio-político e sócio-económico, do modelo de sociedade de que se pretende estabelecer alicerce legal.

Naturalmente que a Constituição é fundamental e a lei geral, é, ou deveria ser, o ponto de partida.

Assim por exemplo, o artigo 110.^º da Constituição diz que incumbe ao Estado (Promover o controle das operações de comércio externo, nomeadamente criando empresas públicas ou outros tipos de empresas).

Já se sabia, então, que a promoção e o incremento das exportações é problema importante da nossa economia, como, aliás de qualquer outro país. Não se trata de uma descoberta agora feita, como é evidente, e quando a Constituição definiu da forma referida, a atitude a assumir perante as operações de comércio externo, estava-se perfeitamente consciente dos motivos que a aconselhavam.

Apesar disso, o Programa do Governo entende, desde já, que entre o conjunto de medidas destinadas ao relançamento do sector estará a de assegurar que o Estado não intervirá no sector privado do comércio externo. E agora, dada aquela garantia, surge, como um dos objectivos imediatos, conforme referem as Grandes Opções da política económica, que é o de reorientar a afectação dos recursos prioritariamente para o investimento e para o fomento da exportação e, quando no capítulo de política monetária e financeira se refere à selectividade de crédito a conceder não esquece o estímulo a prestar à intensificação da produção em sectores e empresas voltadas para a exportação.

Garantia, primeiro, de não interferência no sector de comércio externo, prioridade no investimento, privilégio na selectividade do crédito e na bonificação das taxas de juro, vem agora tudo num enquadramento que torna o sector verdadeiramente aliciante para a iniciativa privada. Apesar de a Constituição ter julgado que tinha tomado as suas precauções em

tal matéria, apesar de o próprio Governo, no seu próprio Programa, reconhecer as artes nocivas aos interesses da nossa economia que as relações com o exterior permitem desenvolver.

Não se está, aqui, a pôr em causa, como já foi afirmado, a necessidade de apoiar e de incrementar as exportações. Apenas se quer dizer que, podendo estar tudo correcto até determinado ponto, a partir daí e por decisão anterior, se entreguem os maiores benefícios a um sector perante o qual a Constituição reconhece a necessidade de atitude mais consentânea com os interesses da comunidade. O mal não estará, portanto, no que se diz agora, mas sim no que antes já havia sido resolvido.

Diz também a Constituição (artigo 109.º) que o Estado intervém na formação e no controlo dos preços (isto agora em relação ao comércio interno), incumbindo-lhe racionalizar os circuitos de distribuição e eliminar os desnecessários. E diz, no artigo 81.º que ao Estado incumbe proteger o consumidor, designadamente através do apoio à criação de cooperativas e de associações de moradores.

Porém, já o Programa do Governo, a propósito do mesmo problema de circuitos comerciais e preços, refere que entre as medidas a tomar estará a de fomentar todas as formas de cooperação, especificando, quer entre produtores, quer entre comerciantes esquecendo os consumidores.

Agora, o Plano para 1978 fala apenas num Código de preços, a publicar, com vista — diz — a tornar mais eficaz o sistema de controles, nomeadamente a posteriori. Já nem fala no contributo que o cooperativismo poderia dar neste aspecto. Quer dizer, no Programa do Governo não se fazia alusão às cooperativas de consumidores e agora não se faz alusão nem às de produtores nem mesmo às dos comerciantes. Simplesmente, não se conta com o cooperativismo, também nesta matéria.

Ora, a experiência da própria Europa Ocidental diz que o cooperativismo de consumo quando domina certa percentagem do abastecimento (que nem precisa de ser elevada) contribui poderosamente para a regularização do mesmo, para a disciplina e contenção de preços, sem que tal afecte as empresas privadas que aceitem trabalhar com margens de comercialização não especulativas.

A verdade é que o cooperativismo anda muito esquecido neste domínio. Com efeito, também ao abordar o problema da habitação, sector em que, da mesma forma, a especulação é simplesmente desenfreada. É vago, impreciso, o que a tal respeito o documento das grandes opções contém. Ele não é mais do que uma simples declaração de intenções, onde são postos em idêntico nível os programas de promoção pública directa, os programas do sector cooperativo e os esquemas de participação da iniciativa privada.

Nem mesmo na alínea dedicada à política monetária e financeira há qualquer referência a medidas preferenciais nas condições de crédito e na bonificação das taxas de juro ao sector cooperativo, o que, aliás, mais não seria que respeitar um imperativo constitucional.

Estamos exactamente num sector, o da habitação, em que o cooperativismo adquiriu larga expressão,

também na Europa Ocidental, sobretudo a partir da 2.ª Guerra Mundial, com vista a fazer face à carência habitacional resultante das devastações registadas.

Mesmo aí, na Europa Ocidental, se verificou não ser a iniciativa privada capaz de contribuir significativamente para co-matar o problema. Por isso mesmo, o sector cooperativo em causa adquiriu e mantém grande expansão. Não é, com efeito, a iniciativa privada adequada à resolução de tais problemas: àquela interessará sempre que persista uma procura bem superior à oferta, situação essa propiciadora de grandes lucros e de intensa especulação imobiliária.

Sr. Presidente Srs. Ministros, Srs. Deputados: Cabe aqui um breve comentário à forma como tem vindo a ser minimizado, na legislação e na prática, o papel do cooperativismo. Nem sequer, ainda, se definiu um estatuto da cooperação, cuja necessidade há tanto se reclama, continuando o cooperativismo, por isso, a reger-se pelo Código Comercial.

É motivo até para recear que o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (do qual se esperaria, pelo menos, que partisse o estímulo a tal iniciativa) esteja a ser atacado — jovem como é — de paralisação infantil. A culpa não será (não é decerto) dos seus directores.

O silêncio a tal respeito é, contudo, estranho... ou não será?

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Na introdução do documento em apreço recorda-se a descapitalização e baixa produtividade do sector primário e que nele trabalha cerca de um terço da população activa. No entanto, nem na alínea referente à política de fomento de acções de produção nem na de política de emprego há qualquer referência expressa ao sector agrário. Tudo quanto nesta última alínea se diz (nas suas quatro subalíneas) está virado para os sectores secundário e terciário, prevendo-se apoios que poderão ir até à concessão de prémios para a criação de novos postos de trabalho e à comparticipação para obras e outros subsídios. O sector que absorve um terço da população activa é deixado no esquecimento.

No entanto, o sector agrário é muito lembrado noutras oportunidades quando se o acusa de manter elevada taxa de subemprego; mas, então, aqui estaria um caso a contemplar, também, com participação e outros subsídios necessários à criação de novos postos de trabalho, em especial através do desenvolvimento de indústrias complementares associadas à exploração da terra.

Sobre o problema do desemprego, que, como se diz na proposta de lei das grandes opções, se procurará, pelo menos, não agravar, muito haveria a dizer. Registam-se, contudo, as sérias reservas que o próprio documento põe, quanto à eficácia das medidas preconizadas, ao admitir que a contenção do ritmo de expansão do crédito bancário e a estagnação real da procura interna constituem factores de alguma perturbação para certas empresas cuja situação económica e financeira se poderá agravar, porventura, irremedavelmente.

A par de tais perspectivas, será oportuna uma breve análise da proposta de lei n.º 159/I sobre o Orçamento Geral do Estado para 1978. Aí se poderá ler que se prevê um aumento de 60% das receitas e 38% das despesas, em relação a 1977, e aí também se poderá

verificar que a estrutura das receitas sofre uma evolução clara no sentido de transferir o peso da fiscalidade para cima dos rendimentos provenientes do trabalho. Compare-se, para o efeito, a estrutura das receitas do Estado nos orçamentos de 1977 e 1978.

As receitas provenientes dos rendimentos de trabalho aumentam, na percentagem, sete pontos; as receitas provenientes de rendimentos de capital e ou trabalho diminui, na percentagem, um ponto; as receitas provenientes de rendimentos de capital e outras receitas do Estado diminuem seis pontos.

Se considerarmos, também, que das receitas provenientes de rendimento do capital e ou trabalho (por exemplo, imposto complementar, imposto do selo, etc.) metade dos rendimentos de trabalho (na realidade deverá ser uma fracção ainda maior), chegar-se-á à conclusão de que sobre o rendimento de trabalho o Estado recolhe 58% das suas receitas em 1978, contra 51% em 1977.

Assumem, assim, um sentido mais claro as preocupações manifestadas no documento em análise de promoção de maior justiça tributária, princípios de justiça tributária, correcção de algumas distorções tributárias, etc. A verdade é que a coberto de uma política de estabilização da economia vai decorrendo um acelerado processo de estabilização das relações de classe e de inversão de um processo de democratização, que até já foi considerado de socialização.

No complexo processo de estabilização da sociedade portuguesa vai, assim, cada classe assumindo o seu papel. Mas atenção, igualmente, aos pequenos e médios empresários.

A lei das grandes opções vai avisando, com efeito, que, não obstante as ilhas de modernidade tecnológica existentes nalguns sectores básicos ou mais voltados para a exportação, é ainda excessivo o peso representado por pequenas e médias empresas de muito reduzida dimensão e que no sector terciário avulta uma estrutura demasiado pulverizada. Naturalmente, por isso, se procurará reduzir tal peso. Como? Pelo associativismo cooperativo? Parece que tal não desperta grande interesse ao Governo. Pela formação de empresas autogestionadas? Não se vê bem como. Pela concentração capitalista? Pela simples falência e consequente desemprego?

Tenho dito.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A brilhante e exaustiva exposição do Sr. Ministro das Finanças e do Plano, na apresentação a esta Assembleia da República das grandes opções do Plano para 1978, mostra e justifica claramente a escolha dos objectivos a prosseguir. Destes avultou de imediato a necessidade de reduzir o deficit externo, tornando-se assim objectivo fundamental a correcção do desequilíbrio da balança de transacções correntes.

Da nossa capacidade de atingirmos o referido objectivo, dependerão muito o lançamento das bases de um processo de desenvolvimento que tenha por objectivos a criação de riqueza nacional, a satisfação das necessidades básicas da população, a melhoria da

repartição do rendimento e a atenuação dos desequilíbrios regionais.

É neste contexto que procuraremos enquadrar o sector do turismo, ressalvando a sua contribuição para atingir os fins em vista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Assim, e como primeiro ponto, queria dizer que encarando o sector turístico como factor de desenvolvimento, teremos de realçar a sua significativa contribuição na balança de pagamentos, na produção efectiva de vendas, na criação de novos postos de trabalho e na sua importância para o desenvolvimento regional.

A sua condição de indústria eminentemente exportadora de bens e serviços que normalmente não poderiam sair do País dá-lhe um interesse especial, tornando-o uma peça chave do desenvolvimento e da recuperação económica, manifestando-se os efeitos da promoção turística, a curto, médio e longo prazos, numa entrada apreciável de divisas.

A sua importância na promoção do desenvolvimento económico é testemunhada pela atenção que lhe é concedida mundialmente e as suas implicações no progresso social das comunidades, começa a ser relevada.

O turismo torna-se cada vez mais um factor social de grande importância para a sociedade urbana e para a sociedade rural, pondo em novos termos o problema socioeconómico das relações reciprocas. Com efeito, as imigrações turísticas estão intimamente ligadas ao aumento do nível de vida e à urbanização das populações.

O meio rural, por intermédio do turismo, poderá receber uma parte considerável dos rendimentos urbanos, alterando-se assim a sua tradicional função de fornecedor de mão-de-obra e de produtos agrícolas. O desenvolvimento turístico não poderá separar-se dos grandes problemas económicos e sociais que põem as relações cidade-município rural, o ordenamento do território, a saúde pública, a cultura popular, etc.

A programação dos equipamentos turísticos e a sua difusão geográfica têm incidências, e muito diversas, num esquema de ordenamento do território, tendente a um racional aproveitamento das potencialidades existentes e a dotar as populações dos equipamentos sociais indispensáveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: O reconhecimento das sensíveis disparidades regionais em Portugal e a existência de regiões atrasadas com taxas de crescimento muito baixas ou mesmo negativas impõem que se substitua uma política que se limite a acompanhar na sua actuação o grau de dinamismo variável apresentado pelas diversas regiões, por uma política de desenvolvimento regional.

A consideração do fenómeno turístico em moldes mais amplos que os tradicionalmente admitidos torna mais acentuado o seu interesse naquele campo, e com especial incidência nas regiões com potencialidades turísticas capazes de serem aproveitadas quer para o turismo internacional quer para o turismo nacional.

Não podemos esquecer que as implicações do aproveitamento turístico, quer a nível regional, quer a nível nacional, são imediatas, quase se podendo dizer simultâneas.

Como razões fundamentais desta peculiaridade, refere-se a sua característica de actividade exportadora e a relação íntima no tempo e no espaço, entre o desenvolvimento regional e o desenvolvimento nacional.

O desenvolvimento que as actividades turísticas possam ter nas regiões aptas representa potencialmente um elemento vivificador das suas economias, e o mesmo, além dos seus efeitos no plano da produção de serviços de alojamento e do emprego no sector hoteleiro, afectará outros sectores da vida regional.

A política de ordenamento do território é caracterizada pela integração das suas actuações, derivando precisamente da interdependência das situações em jogo e retirando parte apreciável da utilidade às acções isoladas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No domínio do turismo, os objectivos de um política de ordenamento do território concistirão em estabelecer, no quadro das vocações regionais, um melhor equilíbrio da procura, a protecção de locais de interesse turístico, prevendo um turismo para o maior número possível de pessoas, mas sem criar uma categoria particular de turismo. O ordenamento turístico compreenderá, assim, as medidas tendentes a conseguir que os espaços turísticos sejam feitos de acordo com a sua capacidade e a sua função.

O mesmo ordenamento levará à necessidade de instalações de equipamentos diversos e em função do tipo de turismo a desenvolver.

A sua programação e a sua difusão geográfica terão incidências directas e muito diversas no ordenamento do território e na satisfação das necessidades das populações.

A ocupação dos tempos livres semanais evantrará o problema do ordenamento das zonas periféricas e de zonas rurais vizinhas.

O desenvolvimento das férias anuais (turismo anual), constituindo um trunfo importante para as economias regionais e para a economia nacional, é um factor com incidências importantes no ordenamento do território, em particular pela afectação de investimentos em infra-estruturas de base (vias de comunicação, circuitos de distribuição, etc.).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em conclusão, e resumidamente, para o sector do turismo, um esquema de ordenamento do território e dentro de um política de desenvolvimento nacional e regional implica que sejam encarados fundamentalmente os seguintes aspectos:

- a) O desenvolvimento de estudos a médio e longo prazos, dentro do ordenamento do território, tendentes ao ordenamento turístico no sentido amplo considerado, procurando-se garantir o acesso das populações aos equipamentos sócio-culturais;
- b) Estudos tendentes à integração do ordenamento turístico, com as outras componentes do ordenamento (urbano, rural e industrial);
- c) Actuações imediatas nas zonas turísticas com maiores potencialidades actuais e já em exploração, procurando as correcções estru-

turais necessárias à sua integração em esquemas de desenvolvimento regional;

- d) Actuações imediatas tendentes à correção dos estrangulamentos existentes no sector do turismo, procurando a criação de condições para uma melhor participação na correção do desequilíbrio da balança de pagamentos e na criação de novos postos de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O sector do turismo atravessou numa crise extremamente grave, apresentando actualmente perspectivas favoráveis de relançamento que impõem a tomada de medidas imediatas tendentes à correção dos principais estrangulamentos das empresas do sector e que resumidamente se referem:

- 1) Deficiente estrutura financeira das empresas turísticas e insustentável grau de endividamento;
- 2) Deficiente estrutura de pessoal dos estabelecimentos hoteleiros, com situações de elevado grau de subemprego;
- 3) Deficiente organização física e funcional dos estabelecimentos hoteleiros;
- 4) Deficiente e escasso apoio em matérias de equipamentos colectivos, o que, impedindo razoáveis economias externas, agrava os custos de exploração;
- 5) Acentuada carência de equipamentos de animação, o que dificulta não só a criação promocional como a melhoria dos resultados esperados (em especial no que se refere ao alargamento da estação turística e aumento de despesas turista/dia);
- 6) Persistência de acentuada crise no sector imobiliário de vocação essencialmente turística, impedativa não só de uma recuperação de elevados montantes de capitais investidos visando o reequilíbrio investimentos-resultados de exploração, como ainda da reanimação dos investimentos no sector do turismo;
- 7) Inadequação dos instrumentos financeiros que não se coadunam com as necessidades financeiras das empresas e a natureza da sua actividade;
- 8) Deficientes condições básicas para a formação profissional, limitando as possibilidades de desenvolvimento das condições básicas indispensáveis à qualidade dos serviços e à valorização humana e profissional dos trabalhadores;
- 9) Insuficiente interacção, que é indispensável seja estreita, com organismos alheios ao sector do turismo, no que se refere a opções e decisões em domínios fundamentais como o ordenamento do território, a preservação do meio ambiente e a defesa da qualidade de vida das populações;
- 10) A necessária mas quase exclusiva satisfação da procura com base em valores naturais (praia, sol, mar), que fizeram descuidar a valorização de importantes oportunidades turísticas, por exemplo, nos domínios do termalismo e das actividades desportivas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Dos estrangulamentos referidos, a sua caracterização, ainda que breve, impõe as seguintes referências:

- 1) A situação da deficiente estrutura financeira e insustentáveis graus de endividamento é fundamentalmente resultante do excessivo recurso a capitais alheios em condições desfavoráveis, nomeadamente

quanto a prazo, inadequadas às imobilizações financeiras. Esta situação criou um progressivo endividamento, mesmo em casos em que se registaram resultados de exploração positivos;

2) No que se refere à deficiente estrutura de pessoal, o sistema de remunerações, a própria estrutura funcional de muitas unidades e os, em regra, baixos níveis de qualificação profissional, em especial quanto a gestão, conduziram à constituição de quadros de pessoal hoje muitas vezes excedentários e quase sempre insustentáveis.

A estacionalidade da procura, típica de algumas das principais zonas turísticas, veio agravar a situação pela imprecisão de quadros de pessoal em regime permanente, quando realisticamente terão de ser temporários;

3) Como consequência da deficiente organização física e funcional dos estabelecimentos hoteleiros, haverá ainda que citar o agravamento não só do investimento por unidade-quarto, em especial nos casos de baixo financiamento, dos custos operacionais;

4) As deficiências de apoio em matérias de equipamento colectivo são devidas à falta de equacionação em comum da satisfação de necessidades conjuntas, bem como a carência ou deficiência de infra-estruturas e serviços públicos de interesse para o sector e para as populações (mercados abastecedores, redes de frio, meios de comunicação, etc.);

5) A acentuada carência de equipamentos de animação é devida à quase exclusiva satisfação da procura com base nos elementos naturais (praia, sol e mar), bem como à excessiva e imediata preocupação imobiliária.

A mesma carência faz-se sentir mais acentuadamente nas zonas turísticas onde os referidos elementos falham em determinadas épocas do ano;

6) A acentuada crise no sector imobiliário e a falta de reanimação dos investimentos, uma vez definida a vocação privada do sector do turismo, sem descurar uma necessária regulamentação do referido sector, impõem que se reconheça que o moderno desenvolvimento turístico continua a passar pela mobilização das poupanças individuais para que aquele é apto.

Em Portugal dificilmente poderá ser de outro modo. Dai que a crise resultante da recessão económica geral e da instabilidade política registada no País tenha tido como consequência, pe'a paralisação das vendas, a suspensão, com os efeitos já referidos, de um processo de desenvolvimento com uma coerência própria;

7) A inadequação dos meios financeiros ao sector turístico baseia-se fundamentalmente nas condições do Fundo de Fomento do Turismo e ainda a não consideração da actividade turística, em muitos casos, como uma actividade eminentemente exportadora;

8) As deficiências quanto à formação profissional são fundamentalmente devidas ao facto de as actuais estruturas do Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira e das escolas de hotelaria e turismo não disporem de condições necessárias para responderem totalmente às necessidades presentes e futuras do turismo nacional;

9) Quanto à insuficiente interacção, que é indispensável, com organismos alheios ao sector turístico,

importa realçar a grande dependência do desenvolvimento do turismo, da criação e melhoria de estruturas normalmente consideradas noutros sectores, dos quais se refere expressamente o saneamento básico, transportes e comunicações, actividade comercial, aprovisionamento alimentar, saúde, higiene e assistência médica, etc., cujas carências são bem conhecidas;

10) A concentração do aproveitamento dos valores naturais (praia, sol e mar) fez descurar a valorização de importantes oportunidades turísticas, por exemplo, nos domínios do termalismo, das actividades desportivas e ainda do turismo de emigrantes e da terceira idade.

Estas carências, além de dificultarem a acção promocional, impedem, entre outros, a melhoria de aspectos fundamentais, como o alargamento da estação turística e o aumento da despesa média turista/dia;

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As perspectivas favoráveis do relançamento da actividade turística e a contribuição decisiva que este sector poderá dar, a curto prazo, para um reequilíbrio da balança de pagamentos e na criação de novos postos de trabalho, sem referir outros dos seus efeitos directos e indirectos, justificam as medidas imediatas tendentes ao saneamento do sector turístico.

A influência do sector na correcção dos desequilíbrios regionais do País e a sua contribuição para a satisfação das necessidades básicas da população levaram a integrar a médio e longo prazos, e na medida do possível, os interesses do desenvolvimento turístico na perspectiva mais global de satisfação e de defesa das necessidades fundamentais das populações e da utilização adequada dos recursos naturais, promovendo uma melhoria significativa da coordenação entre os diversos organismos ligados quer ao sector do turismo quer aos organismos ligados ao planeamento e execução de infra-estruturas básicas de interesse geral.

1 Das medidas a curto prazo que o Governo vem tomando, de entre outras, destacam-se as seguintes:

- a) Medidas tendentes à solução da deficiente estrutura financeira e grau de endividamento das empresas;
- b) Medidas tendentes à extensão dos estímulos às indústrias turísticas, em termos de consideração da sua natureza essencialmente exportadora e sazonal;
- c) Prosseguimento e conclusão rápida dos empreendimentos interrompidos (com efeitos a curto prazo no emprego, nos sectores do turismo e da construção civil) após revisão funcional e reavaliação económico-financeira dos projectos respectivos;
- d) Definição de um esquema de crédito, visando o apoio a programas de reconversão económica e financeiramente viáveis e ou socialmente justificados;
- e) Revisão das condições de participação do Fundo de Turismo;
- f) Simplificação dos circuitos de aprovação dos projectos turísticos;

- g) Apoio a iniciativas que visem a instalação de serviços comuns destinados a racionalizar as condições de exploração das empresas turísticas e à satisfação das necessidades das populações;
- h) Prioridade às zonas turísticas quanto à aceleração de obras já lançadas ou projectadas no domínio das infra-estruturas de base;
- i) Apoio adequado a novos investimentos, quer no domínio do equipamento hoteleiro, quer para-hoteleiro, complementar ou de animação, programados em função da procura;
- j) Revisão da regulamentação dos novos tipos de alojamento e da prestação de serviços de natureza turística.

A acção que o Governo vem apreendendo no sector do turismo e, em particular, pela capacidade técnica, dinamismo e coragem do actual responsável ministerial são garantia segura de que o sector do turismo contribuirá, dentro das suas potencialidades, para ultrapassar a grave crise que atravessamos.

A esta luz, a aprovação que nos propomos dar à proposta de lei das grandes opções do Plano para 1978 encontra mais um motivo na acção até agora desenvolvida pelo correspondente sector governamental.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Robalo: Queria dizer que fiquei perplexo com a intervenção que acabou agora de ser expendida por V. Ex.^a e das duas uma: ou o Sr. Deputado se situou como explicitador do Programa do Governo, que não está lá, nem do programa e do Plano para 1978, e, a ser assim, V. Ex.^a supriu a função do Sr. Secretário de Estado do Turismo ou do Sr. Ministro do Comércio e Turismo; ou então V. Ex.^a colocou-se na posição de parlamentar contra a política do Governo, criticando-a pelas suas omissões.

O Sr. Deputado Carlos Robalo pode escolher o campo que quiser, mas, de qualquer das formas, num dos dois tem de se colocar. Eu vou partir da premissa de que V. Ex.^a se colocou no primeiro campo, ou seja, supondo a função do Governo, ajudando-o.

O Sr. Deputado disse que há várias limitações ao sector do turismo e referiu algumas como, por exemplo, o problema da situação financeira da maior parte das empresas de turismo. Reconheço que isso é um problema, é um mal e é uma dificuldade e, portanto, pergunto-lhe: onde estão, no Programa do Governo e no Orçamento para este ano, as medidas concretas de saneamento financeiro das empresas de turismo?

Ainda sobre esta matéria, queria perguntar-lhe onde é que nesse mesmo Programa e nesse Orçamento está a política a ser conduzida pelo Governo para uma forma mais dilatada e mais consentânea com as dificuldades dessas empresas no sentido de proteger o pagamento dessas dívidas, sobretudo ao Fundo de Fomento do Turismo.

A segunda questão que eu lhe queria pôr era a seguinte: V. Ex.^a referiu a necessidade de uma política mais consentânea com as necessidades de expansão do sector de turismo e falou também na necessidade de um maior investimento. E relativamente a isto eu pergunto: será ou não intenção do Governo considerar o sector de turismo como um dos sectores a bonificar em termos de taxa de juros?

Terceira pergunta: o Sr. Deputado Carlos Robalo falou das dificuldades e das necessidades de apoio às infra-estruturas, como fenómeno de dinamização da actividade turística, sobretudo em termos de criação de economias externas. Eu penso que realmente V. Ex.^a tem muita razão, simplesmente o que eu não entendo é como é que conseguiu aprovar um Programa do Governo que é solidário do seu partido e do Partido Socialista e onde nem uma referência se faz a, por exemplo, às zonas turísticas de saneamento básico, nem havia a mínima acção concertada e explícita de apoio a essas actividades.

É neste sentido que eu perguntava como é que o Sr. Deputado Carlos Robalo pode ser coerente com o que diz hoje e com o que aprovou há um mês e meio nesta casa.

Por último, gostaria de lavrar um ligeiro comentário a uma expressão do Sr. Deputado Carlos Robalo quando disse que, entre outros objectivos deste Plano e deste Orçamento, eles iam significar uma melhoria de bem-estar para o povo português.

Sob risco de V. Ex.^a ser demagógico ou eu não entender o que está escrito no Plano e no Orçamento, a verdade é esta: está previsto um conjunto de aumentos de impostos e subsídios às empresas públicas, situações inflacionistas que, naturalmente, até o próprio Governo reconhecerá que o objectivo de 20% é irrealista.

A tendência verificada nos últimos cinco anos é para um decrescimento do poder de compra dos portugueses, situação essa que, devido a um programa de estabilização para este ano como o que foi apresentado, naturalmente tenderá a ser agravada. Assim, face à situação existente em Portugal, situação essa que se vem agravando desde os últimos anos até ao presente e face a uma expectativa que este Programa e este Orçamento não criam e antes, pelo contrário, acrescentam, mantêm e até aceleram, eu pergunto: como é que o Sr. Deputado Carlos Robalo pode, sob pena de demagogia, estar a dizer que este Plano e este Orçamento vão pretender uma melhoria do bem-estar do povo português?

O Sr. Presidente: — Queria informar o Sr. Deputado Carlos Robalo que há ainda um outro Sr. Deputado inscrito também para pedidos de esclarecimento. Deseja responder já ou prefere fazê-lo depois em conjunto?

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — O Sr. Deputado fez-me tantas perguntas que eu prefiro responder agora.

Sobre o aspecto da sua perplexidade, eu aqui estou em vantagem, porque não fiquei perplexo com a sua intervenção e a maneira como a fez, e não fiquei perplexo porque o Sr. Deputado deu-lhe o ar que lhe é habitual.

Sobre o problema do meu papel e do papel do Governo, eu devo dizer-lhe que não confundo funções, não confundo direitos e não confundo obrigações, apenas utilizei um direito que foi o de me pronunciar sobre o sector do turismo, em vários aspectos genéricos, em vários aspectos teóricos e em vários aspectos, se quiser — num termo que eu não gostaria de usar para não ser pretensioso —, de tese. Isso é um problema meu, e aí já fico perplexo por o Sr. Deputado Ângelo Correia não ter entendido, ele que tantas especulações tem feito nesta Câmara.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Deva dizer-lhe que não procuro tapar omissões ou não omissões do Governo. Eu não sinto que haja qualquer omissão do Governo até este momento, as omissões são bem mais da bancada onde o Sr. Deputado está sentado.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo está aqui a apresentar as grandes opções anuais para 1978. Até este momento teve uma intervenção de fundo, onde as apresentou, as justificou e eu não vi da bancada de V. Ex.^a serem levantadas dúvidas, vi, sim, levantar alegorias que me pareceu que não estariam até muito de acordo — mas quem as usou está no seu direito — com a discussão das grandes opções do Plano, mas o problema não é meu, é da bancada de V. Ex.^a

Eu não estou a ajudar o Governo. Este Governo tem mostrado não necessitar deste tipo de ajudas, mas há algo que em democracia os governos necessitam: é de apoio, e pertencendo a uma bancada e a um Grupo Parlamentar que apoia o Governo, estou claramente dando o meu apoio ao II Governo Constitucional.

Aplausos do PS e do CDS.

Eu devo dizer-lhe, acerca do problema da situação financeira das empresas, que se V. Ex.^a estivesse atento ao próprio Programa do Governo, e se de facto não quisesse encontrar numa proposta de lei de grandes opções os incentivos financeiros às empresas se, por exemplo, admitisse as declarações públicas dos Ministros, que são válidas, que são responsáveis, que são tomadas de posições do Governo — teria conhecimento de que é um domínio que preocupa o Ministro respectivo que em várias declarações o referiu. Tenho sérias dúvidas que ele hoje não o tenha feito na Conferência de Imprensa que fez, não lho posso garantir, porque de facto não pude assistir, devido a ter de estar aqui às horas certas.

Risos.

Sobre o problema do apoio às infra-estruturas, eu referi um caminho, referi a necessidade de uma coordenação e não a referi sem sentido, porque tenho a certeza de que este II Governo não é um conjunto de Ministros, Secretários de Estado e Subsecretários de Estado, mas sim uma equipa que apresentará o seu programa para 1978 e que apresentará um programa coordenado, sobre isso não tenho qualquer

espécie de dúvida. As medidas isoladas, e em especial em questões de fundo, desaparecerão.

Sobre o aspecto da demagogia, da coerência ou não coerência, o Sr. Deputado não entendeu as minhas palavras. Eu não referi que este Governo vinha melhorar as condições de vida das populações ...

Vozes do PSD: — Não vai?

O Orador: — ... o que eu referi é que este Governo afirma que são necessários determinados sacrifícios para ultrapassar uma crise. Para mim um contributo positivo para a satisfação das necessidades das populações é o papel do turismo, o contributo que o turismo pode dar, e dá, para satisfação das necessidades básicas das populações. Isto é uma teoria já antiga, que o Sr. Deputado sabe que eu defendo há longos anos, e estranho que venha neste momento apelidá-la de demagogia. Eu não me atrevo a dizer que as suas perguntas foram uma brincadeira, mas poderia dizer-lo.

Sr. Deputado, devo dizer-lhe que uma melhoria do bem-estar, que eu referi, só num cariz sectorial não deixa de ser uma preocupação dominante do Governo.

Sr. Deputado, deixe de facto o Governo governar, deixe que ele possa actuar, deixe mostrar-lhe que é um Governo que não deve nem pode ser avaliado em dois meses e não será por actuações mais ou menos demagógicas que isso não acontecerá. É nosso entendimento que a solução de um país, que a solução dos problemas das populações, só demagogicamente se resolvem em quinze dias, num mês ou em dois meses, e o Governo podia ter sido demagógico utilizando os meios de informação, dizendo que faz, que fez e que aconteceu. Este Governo tem mantido uma política coerente, clara, preparando os seus instrumentos de trabalho, procurando os caminhos para sair da crise.

É neste sentido, Sr. Deputado, que eu fiz a minha intervenção.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, era para fazer um protesto. Em primeiro lugar, formulei quatro perguntas ao Sr. Deputado Carlos Robalo, respondeu-me a uma, não respondeu a três. Vou esperar que o Sr. Ministro do Comércio ou qualquer outro Deputado apoiante do Governo responda às questões.

Segunda questão: o Sr. Deputado Carlos Robalo confundiu a sua posição...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É sempre a mesma coisa, sempre a mesma brincadeira!

O Orador: — Eu tinha dúvidas e alguma perplexidade quanto à localização funcional que o Sr. Deputado Carlos Robalo procuraria assumir, para si próprio, face à sua intervenção. Admiti duas opções, o Sr. Deputado Carlos Robalo encontrou uma terceira via, que é a de explicitador da coordenação do Governo. Eu acho que não lhe fica mal, está certo, só que as perguntas que eu dirigi foram à sua intervenção e essa é incomprensível, pois tentou localizar questões

que não estão no Programa do Governo, não estão no próprio Plano para 1978, são questões que não estão explicitadas. O Sr. Deputado fez uma intervenção de *moto proprio* sobre turismo, está no seu livre direito; mas como Deputado de um Partido apoianto do Governo tem de ter medidas cautelares de natureza política, justificando as suas intervenções, e, se elas são de apoio ao Governo, devem cingir-se à acção do próprio Governo. Se estão para além da política do Governo e defendem a sua política pessoal, lamento que V. Ex.^a não faça parte do Governo para as poder defender tão brilhantemente.

Terceiro aspecto: a referência que o Sr. Deputado Carlos Robalo fez no início à questão de objectivos gerais do Plano, de melhoria de bem-estar dos Portugueses, não pode ser confundida apenas com a situação que vai ser imprimida ao turismo, tem de ser entendida numa perspectiva global, abarcando todos os sectores, não sendo os dados que o Governo apresenta de molde a poder tornar crível essa sua pressuposição. Se assim fosse, seria óptimo para os portugueses, simplesmente já nos habituámos há dois anos e no ano passado a isso também ser dito por membros do Governo e Deputados apoiantes e o resultado foi precisamente o inverso. Pelo contrário, a situação neste momento, que é pintada em termos muito menos cor-de-rosa que no passado, não nos pode levar minimamente a admitir poder ser exequível, é, portanto, um acto de pura gratuitidade.

Por último, e como protesto mais directo, o Sr. Deputado Carlos Robalo levantou a questão de o meu partido, pelas intervenções formuladas até ao presente momento, e dada a sua responsabilidade, dever ter outro tipo de actuação, contrária à que teve até ao presente momento. Eu quero dizer-lhe que o Sr. Deputado Carlos Robalo é livre de fazer os comentários, as intervenções que quiser, que desejar e que corresponderem à sua intenção.

O Sr. Deputado Carlos Robalo não é, todavia, livre de predeterminar ou desejar o tipo de comportamento, de acção ou de explicitação de medidas que um partido da oposição deve e pode fazer, sob pena de o Sr. Deputado, como Governo, querer estar a conduzir a acção da oposição.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Mas é o que o senhor acaba de fazer!...

O Orador: — A acção do Governo não é nesse caso condutora de si próprio, mas é condutora dos outros. Mais, as suas respostas são de tal forma que nos permitem interpretar aquilo que Eça de Queirós dizia há uns anos quando falava do conselheiro Pacheco. E prarafraseando essa frase eu diria: o que V. Ex.^a quis dizer é que «enquanto o PSD faz oposição, eu, daí, faço luz». Se é essa a posição de V. Ex.^a, tipo conselheiro Pacheco, faz muito bem, não é a nossa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Logicamente, eu não vou fazer um protesto em termos de protesto ao que não foi protesto, mas foi dizer «coi-

sas», do Sr. Deputado Ângelo Correia. Mas não podia deixar de, nesta imagem de contraprotesto, referir o brilhantismo com que o Sr. Deputado Ângelo Correia se houve!...

Risos do PS e do CDS.

... E gostaria, em termos de contraprotesto, de referir o quanto considero lamentável na definição do conceito de liberdade a que neste momento fomos sujeitos. O Sr. Deputado e o seu partido são livres de tudo, os outros não são livres de nada. Muito obrigado, Sr. Deputado, por mais essa informação.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Deputado António Rebelo de Sousa, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — Sr. Deputado Carlos Robalo, eu começaria por dizer que da sua parte poder-se-ia esperar ou uma intervenção de crítica, de oposição, o que foi feito em determinada fase, em termos de política no sector do turismo, ou de elogio em relação à actuação que tem sido desenvolvida nesse sector. Penso, no entanto — sem querer magoar o Sr. Deputado —, que a sua intervenção não foi nem uma coisa nem outra, teria sido uma intervenção rigorosamente ao centro.

Uma primeira questão de carácter mais ou menos geral que se poderá colocar em relação à sua intervenção consiste naquilo que disse quanto ao objectivo da melhoria da repartição dos rendimentos, o que, aliás, é um objectivo não especificamente desse sector, mas mais geral em termos da política económica global a serposta em execução e que é o seguinte: o Sr. Deputado pensa que esse objectivo pode ser de alguma forma conciliado com aquilo que parece ser a política fiscal, a política de impostos, que está subjacente ao Orçamento Geral do Estado apresentado a esta Assembleia da República, designadamente no que respeita ao tratamento privilegiado que têm os rendimentos de capital por comparação com os rendimentos de trabalho, nomeadamente se compararmos aquilo que acontece em relação ao imposto de capitais e com aquilo que acontece com outros impostos directos, como é o caso do imposto profissional?

Gostaria de lhe perguntar se o Sr. Deputado acha que, em termos de repartição funcional do rendimento, a evolução será no futuro favorável ao sector do trabalho, e até que ponto essa medida irá conseguir obter uma melhoria na repartição dos rendimentos.

Uma outra pergunta que lhe queria colocar, e que tem muito mais que ver com aspectos de análise económica, é a seguinte: o Sr. Deputado referiu-se ao papel relevante para a economia nacional que podia e devia ser desempenhado pelo sector do turismo, mas, a meu ver, muitas vezes confundiu aquilo que deverá ser o papel motor a desempenhar por um sector específico da economia nacional com aquilo que é de facto o papel importante em termos de um sector que poderá contribuir para a progressiva transferência de mão-de-obra do sector tradicional para o sector avançado, tendo em conta que é um sector

preparador da assimilação que eventualmente venha a fazer-se, no futuro, da mão-de-obra liberta pelo sector tradicional e que seja integrada no sector avançado da economia. Mas o que eu gostaria de saber é se, em seu entender, o sector do turismo é um sector motor da actividade económica e como tal deve ser considerado — por exemplo no IV Plano de Fomento antes do 25 de Abril, havia quem considerasse, ao nível do poder político, que o sector do turismo devia ser considerado o sector motor da actividade económica —, ou se, pelo contrário, considera que o sector do turismo tem mais uma importância relativa, não só em termos de poder de alguma forma contribuir para a atenuação do *deficit* da balança de transacções correntes como também porque poderá术 desempenhar um papel importante em termos de obter economias externas e até de economias resultantes desse tal processo de transferência de mão-de-obra do sector tradicional para o sector moderno. Esta é uma questão de fundo, quanto a mim, e parece que o Governo ainda não tem uma posição muito firme a esse respeito, o que, todavia, não impede certamente, o Partido do Centro Democrático Social de poder ter uma posição mais clara e mais definida sobre esta matéria.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Robalo, faça favor de responder, se o desejar.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Em termos de clarezza, penso que o Governo não tem muito a aproveitar como o Sr. Deputado Rebello de Souza. Efectivamente, ele fez uma confusão tal de perguntas, em termos da minha intervenção, que eu, na verdade, não entendo. E acerca de algumas das perguntas que fez eu dir-lhe-ei que outras intervenções desta bancada, lhe darão alguma resposta e, nessa altura, serão então oportunas as suas perguntas.

A sensação clara com que fiquei foi que o Sr. Deputado Rebelo de Sousa quis fazer perguntas apenas por perguntar. De facto, sobre o problema de rendimento de capitais, rendimento de trabalho, repartição nacional do rendimento, devo dizer-lhe que terá oportunidade de ter essas respostas, mas penso que deve enquadrar as perguntas no contexto das intervenções. E eu lamento que com a capacidade do Sr. Deputado Rebelo de Sousa, já tantas vezes revelada, o Sr. Deputado tenha aproveitado um momento de perguntas para se baralhar, procurando baralhar-me.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que sou muito claro, que sou muito pragmático. E mais: há determinado tipo de respostas que eu só dou a quem das mesmas aproveita, o que quer dizer que isso me leva a não gastar tempo com determinado tipo de respostas.

E aqui aparece, efectivamente, outro tipo de insinuação, que eu gostaria de chamar insinuação barata, que é a posição do sector do turismo no IV Plano de Fomento. Sr. Deputado, não faça esse tipo de coisas, até porque eu procurei fazer uma análise do sector do turismo, e mais, considerei a necessidade da integração do sector do turismo e, de facto, os efeitos que eu referi para o turismo foram os efeitos directos numa balança de pagamentos. E nem direi os economistas do Gabinete de V. Ex.^a, mas qualquer comum terrestre chega a esta conclusão.

Houve outro efeito que eu, de facto, referi — a contribuição na criação de postos de trabalho. Isso são realidades que eu referi e penso que não vale pena sairmos desse contexto, até porque, de facto às outras perguntas eu penso que não devo responder porque não estão enquadradas no contexto da minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Deputado Simões de Aguiar, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Robalo: Vou tentar ser claro, vou tentar enquadrar-me na exposição com que acaba de nos brindar e que traz só novidades sobre turismo.

A pergunta é esta, Sr. Deputado: quando é que o Sr. Deputado pensa ou admite como possível a concretização em termos reais e concretos do sector de turismo que V. Ex.^a definiu e explanou na sua exposição? Será no quadro do Plano e Orçamento que o Governo apresentou para 1978?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Robalo, queira responder, se o desejar.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Deputado, como referi já em resposta ao seu colega de bancada, de facto este Governo é um Governo para governar até 1980. Mas tenho uma resposta muito clara e que consta, efectivamente, da minha exposição: é a necessidade de retomar...

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Dá-me licença, que o interrompa?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Peço imensa desculpa, Sr. Deputado, mas, efectivamente, deve estar a pensar no Plano de médio prazo, do qual nós não temos conhecimento.

Risos do PSD.

O Orador: — Sr. Deputado, eu estou a pensar no Programa do Governo, até porque seria um tanto utópico da minha parte estar a pensar em termos de Plano de médio prazo depois de ter ouvido a intervenção do Sr. Ministro das Finanças e do Plano em que o Sr. Ministro referia que não havia Plano de médio prazo. Portanto, não cometaria uma *gaffe* dessas. Posso, no entanto, dizer-lhe o seguinte: existem, efectivamente, em vias de conclusão e com obras paradas cerca de 16 000 camas e essas 16 000 camas podem entrar no programa turístico de 1978. E foi esse aspecto claro que eu referi em termos de participação imediata; e referi também, em termos de participação imediata o alargamento de uma estação turística.

Eu penso que já ouvi anunciar ao Sr. Ministro do Comércio e Turismo as medidas que vão ser tomadas para desenvolvimento do turismo da terceira idade e do turismo interno, em períodos fora da estação. É aí que o turismo, em termos de 1978, dará o apoio importante à solução de muitos dos problemas graves com que o País se debate.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rebelo de Sousa, para uma intervenção.

O Sr. Rebelo de Sousa (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós sociais-democratas, pensamos que deverão desde já ser colocadas algumas questões que poderão e deverão ser abordadas neste debate, e que, de alguma forma, são essenciais para se poder ajuizar quanto à viabilidade de se aplicar o modelo de estabilização conjuntural que está subjacente à proposta de lei do Plano para 1978.

É neste sentido que nós pretendemos colocar algumas questões, a primeira das quais constitui no seguinte:

Partindo-se do princípio de que o diagnóstico da situação económico-financeira nacional, bem como a caracterização estrutural da nossa economia, são insuficientes para se ajuizar acerca das políticas alternativas de estabilização conjuntural a adoptar no futuro, seria importante saber-se qual o molde de «evolução espontânea» de partida, assim como os pressupostos político-sociais em que assentam as grandes linhas gerais da política económica a prosseguir em 1978. Nomeadamente, conviria explicitar mais detalhadamente quais os pressupostos em que assenta um modelo que aponta para uma taxa de crescimento do produto interno bruto de 3 %, quer em termos de imprescindibilidade de se assegurar fontes estáveis de financiamento externo quer no que respeita ao comportamento esperado dos diversos agentes económicos e sociais.

Em segundo lugar, importa considerar uma questão que tem que ver com a consideração das projeções realizadas para as principais variáveis macroeconómicas, e que se prende com a evolução das importações, a evolução esperada para 1978. Como é que se justifica que a previsão de redução das importações seja 6 %, designadamente atendendo ao elevado grau de correlação entre a taxa de crescimento do produto interno bruto e as importações? Se o estudo realizado aquando da apresentação do Plano de médio prazo se apresentava aos olhos do Governo correcto, a elasticidade das importações em relação ao produto interno bruto situar-se-á entre 1 e 1,5, pelo que seria de esperar que a uma taxa de crescimento de sinal positivo do produto interno bruto correspondesse, também, um acréscimo das importações.

Se não é assim, temos de concluir que ou o actual Governo reconhece que o Plano de médio prazo assentou em pressupostos incorrectos, ou então aponta para a introdução de medidas restritivas às importações. Se é assim, isto é, se o Governo aponta para a introdução de medidas restritivas às importações, pergunta-se:

1.º Essas restrições incidirão, fundamentalmente, sobre importações de matérias-primas e de bens de equipamento, uma vez que o Sr. Ministro das Finanças já declarou que não serão introduzidas restrições às importações de bens de consumo essenciais, o que, aliás, caso viesse a acontecer, só contribuiria para intensificar o processo inflacionista interno, dada a rigidez estrutural da oferta em muitos sectores da actividade produtiva nacional?

2.º Se, porventura, se pretende introduzir restrições às importações de matérias-primas e de bens de equipamento, quais os efeitos indutores que, no entender do Governo, dali resultariam para muitas unidades produtivas nacionais, quer em termos e inviabilização da sua reconversão quer no que respeita à sua situação económico-financeira, o que, por sua vez, não deixaria de afectar negativamente o nível de desemprego existente?

3.º Pressupondo, ainda, que se pretende restringir as importações de matérias-primas e de bens de equipamento — pelo menos, em alguns casos —, como é que o Governo pretende conciliar uma política deste tipo com os compromissos internacionais assumidos com os países da CEE e da EFTA, bem como com as exigências do Fundo Monetário Internacional?

Ainda sobre a matéria respeitante às projecções realizadas para as importações, pergunta-se como é que se pretende conciliar uma taxa de crescimento relativamente elevada para as exportações com uma redução das importações se, numa perspectiva de curto e médios prazos, se reconhece a tendência para um impacte significativo das exportações nas importações, em termos de relativa dependência do sector de exportação nacional do abastecimento externo em matérias-primas e em bens de equipamento?

Terceira questão: sabendo-se que a proposta de lei do Plano prevê um acréscimo relativamente elevado das exportações para 1978 e que, por outro lado, o Governo é o primeiro a reconhecer que, nos próximos seis ou sete meses, não se torna viável proceder a uma diversificação significativa do sector de exportação, nem tão-pouco a uma transformação qualitativa importante dos produtos exportados, através do progresso tecnológico incorporado, convém, então, que se esclareçam os seguintes aspectos essenciais:

1.º Será que o Governo assenta a sua estratégia de expansão relativa das exportações na acção conjugada na depreciação deslizante do escudo e do abaixamento do salário real, tendendo as mercadorias nacionais a ser concorrentes com os produtos estrangeiros mais pela via do abaixamento dos custos relativos do que pela via da melhoria da qualidade dos produtos exportados?

2.º Se a depreciação do escudo é um pressuposto indispensável à expansão prevista para as exportações e sendo verdade que a diferença entre a taxa de inflação interna e as taxas de inflação nos países com quem desenvolvemos mais relações comerciais andará, na melhor das hipóteses, por volta dos 13 % - 14 %, qual, então, a desvalorização do escudo considerada necessária para se conseguir atingir as metas estabelecidas no Plano? Qual, ainda, o efeito induzido «esperado» dessa depreciação do escudo em termos de intensificação da inflação interna?

3.º Até que ponto um modelo assente numa expansão das exportações pela via da redução dos custos comparativos sem aumento significativo dos índices de produtividade não implica um abaixamento, mais ou menos generalizado, dos salários reais? Quais, nesse caso, as possíveis incidências sociais daí resultantes?

Quarta questão: até que ponto se torna possível considerar que se conseguiu uma situação mais favorável no que respeita às negociações com o Fundo Monetário Internacional, no capítulo do *deficit* previsto para a balança de transacções correntes se, de acordo com a proposta de lei do Plano apresentada em Outubro, se previa um decréscimo de 1 bilião e 200 milhões de dólares para 800 milhões de dólares e agora, de acordo com a versão que está a ser, presentemente, debatida pela Assembleia da República, se prevê uma redução do mesmo *deficit* de 1 bilião e 400 milhões de dólares para 1 bilião de dólares, sendo, ainda, certo que as medidas de política económica que venham a ser adoptadas nesse sentido não produzirão efeitos significativos antes de Maio-Junho?

Até que ponto é que na proposta de lei do Plano para 1978 se entra ou não já em linha de conta com a depreciação prevista para o escudo em relação ao dólar e em que medida a consideração deste aspecto relevante não nos leva, porventura, a conclusões distintas daquelas para que se parece apontar, em termos de quantificação das metas a atingir?

Quinta questão: reconhece ou não o Governo que o objectivo de obtenção de uma taxa de inflação da ordem dos 20% é inconciliável com a manutenção, no decorrer do ano de 1978, do nível médio de vida e, em particular, com a estabilização dos salários reais?

Se assim não for, e mantendo-se os pressupostos do modelo de estabilização previsto, admite ou não o Governo que se corre o perigo de se enveredar por uma inflação galopante, dificilmente controlável? E se o Governo admite que se está perante esse perigo, não será lícito recear-se que venha a cair-se num processo cumulativo de sucessivas devalorizações do escudo e de inflação galopante interna?

Sexta questão: em que medida reconhece ou não o Governo que o modelo de estabilização subjacente à política orçamental e ao Plano para 1978 poderá conduzir a um modelo de estagflação — isto é, de desemprego com inflação e estagnação relativa da actividade produtiva?

Sétima questão: em termos de inserção do Plano para 1978, numa perspectiva de médio prazo, conviria que o Governo esclarecesse o seguinte:

Juiga ou não o Governo que, o mais tardar, até 1980 deverão ser criadas as condições — em termos de attenuação dos desequilíbrios económicos, externos e internos — para se enveredar por um modelo expansionista, na base da expansão do sector de exportação da economia e do alargamento do seu sector avançado, tendo em vista a nossa ulterior integração na CEE?

Considera ou não o Governo que, numa perspectiva realista de funcionamento da economia e tendo em conta que a própria lei de delimitação dos sectores público e privado, aprovada nesta Assembleia da República, já garante o efectivo *contrôle* do poder económico pelo poder político democraticamente constituído, se deverá, a médio prazo, privilegiar uma concepção mais redistributiva da justiça social e que aponte mais para um «socialismo ao nível da gestão» ou, muito pelo contrário, privilegiar uma concepção estatizante do socialismo, o que poderia levar a um agravamento da situação económica

do País, dadas as limitações do sector público quer em termos de recursos disponíveis quer em termos de eficiência revelada pelos seus centros de decisão?

Finalmente, queria ainda colocar outra questão que importa deixar à consideração dos diversos grupos parlamentares: até que ponto é que o modelo de estabilização económica global — que pode até apresentar uma certa coerência interna — é ou não é conciliável com a ausência de medidas apresentadas de forma suficientemente detalhada em termos sectoriais.

Esta é uma questão extremamente importante na medida em que para nós, sociais-democratas, não basta apresentar modelos de estabilização, que, independentemente dos pressupostos em que assentam, poderão apresentar uma certa coerência relativa, é preciso também que em termos das medidas sectoriais propostas se consiga, de facto, conciliar essas propostas de política económica global que consiga, de facto, atenuar os desequilíbrios conjunturais existentes e sem inviabilizar, de alguma forma, em termos de médio e longo prazos o objectivo de uma progressiva inserção na Comunidade Económica Europeia.

Aplausos do PSD.

O Sr Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Rebelo de Sousa, na minha intervenção de ontem tive ocasião de dizer que esperava que, por parte das bancadas da oposição, houvesse neste debate algumas surpresas. Mas, no entanto, não se esperava uma surpresa tão grande como aquela que venho tendo ao longo da sessão de hoje ao fim de três intervenções do PSD.

Na realidade, em vez de debater as propostas do Orçamento e do Plano, de as criticar e de lhes contrapor alternativas, o PSD tem transformado, ou tentado transformar, este debate parlamentar numa espécie de programa de discos pedidos, com as características habituais dos nossos programas radiofónicos de discos pedidos, na medida em que solicita, através de perguntas, respostas que em grande parte já foram dadas nas exposições anteriormente feitas.

Eu gostaria apenas de fazer ao Sr. Deputado Rebelo de Sousa uma pergunta: quando é que o PSD deixa de fazer perguntas e começa a dizer-nos aquilo que pensa acerca do Orçamento e Plano para 1978?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Rebelo de Sousa, está inscrito ainda o Sr. Deputado Amaro da Costa para pedidos de esclarecimento. Prefere responder já ou responde depois em conjunto?

O Sr. Rebelo de Sousa (PSD). — Prefiro responder em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A figura dos pedidos de esclareci-

mento depois das intervenções destina-se, rigorosamente, a permitir esclarecer as pessoas que fazem as perguntas respectivamente às intervenções daqueles que acabaram de as produzir. Quando uma intervenção se sumaria apenas na apresentação de dúvidas, perplexidades, angústias, ceticismos, em termos interrogativos naturalmente, sem nada de definitivo, nem de conclusivo, nem de opinativo, a figura regimental do pedido de esclarecimento é naturalmente uma grave dificuldade para quem dela se quiser servir. Eis a dificuldade em que me encontro, qual seja o que perguntar ao Sr. Deputado Rebelo de Souza.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Afinal o senhor tem mais dificuldades do que eu pensava!

O Orador: — Creio, no entanto, que se alguma pergunta cabe em relação ao conjunto de perguntas que ele fez, é a seguinte: salvo erro, o Partido Social-Democrata definiu, através dos seus órgãos competentes, o estilo da sua oposição como oposição selectiva. Creio que houve dentro do Partido Social-Democrata, com o que eu nada tenho a ver naturalmente...

Vozes do PSD: — Felizmente!

O Orador: — ... quem tivesse criticado o facto de se adjetivar a oposição. De qualquer modo, a linha oficial do partido, que eu saiba, é a da oposição selectiva.

Uma voz do PS: — Isso era dantes, agora já não é!

O Orador: — Será que, e este é o esclarecimento que eu queria ter do Sr. Deputado, o PSD está neste momento a fazer um ensaio para verificar se de oposição selectiva poderá passar a oposição pergunta?

Risos do PS e do CDS.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Essa é do Conselheiro Acácio!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Rebelo de Sousa, faça favor de responder, se o desejar.

O Sr. Rebelo de Sousa (PSD): — Começaria por dizer, em primeiro lugar, que é evidente que quando se formula um determinado conjunto de questões estão implícitas nessas mesmas questões uma série de dúvidas, uma série de interrogações e muitas vezes de divergências, em relação à política que nos é proposta. É isto o que está a acontecer e parece-me ser ela a melhor metodologia a adoptar — e julgo que tem sido a metodologia adoptada sempre, tanto quanto eu sei, pelos meus colegas sociais-democratas. O melhor, como eu dizia, será sempre começar por tentar averiguar até que ponto é que determinadas propostas que nos são feitas são viáveis, tentar debatê-las e depois de se ter chegado a uma conclusão a respeito do assunto, depois de ter procurado fundamentar as críticas e dúvidas que se tem, em relação a essas mesmas propostas, então apresentar alternativas, ou apontar no sentido de se introduzi-

rem correcções naquilo que é preciso corrigir em termos das propostas que nos foram apresentadas nas diversas matérias que temos vindo a discutir.

Portanto, a meu ver, o que acontece, e isto prende-se com a própria proposta da política económica global, em relação à questão formulada pelo Sr. Deputado António Gutierrez, nós, Partido Social-Democrata, é evidente que temos uma posição sobre esta matéria, e já dissemos por várias vezes que pretendemos, tanto quanto possível, minimizar os possíveis efeitos e vectores negativos resultantes de uma política excessivamente contracionista. Quer dizer, em nosso entender, embora admitamos a necessidade em termos conjunturais, de se pôr em prática medidas contracionistas, dada a nossa situação económico-financeira, dada uma situação a que chegámos — pela qual, aliás, não somos responsáveis —, apesar de admitirmos tudo isso, achamos que não se pode também inviabilizar, em termos de modelo de crescimento a médio prazo, a nossa progressiva caminhada para a integração na Comunidade Económica Europeia. Daí que, em nosso entender, se deva fazer todos os esforços no sentido de minimizar esses eventuais efeitos negativos de uma política desse tipo.

Não entrando agora, detalhadamente, nesse assunto, uma vez que haverá outras oportunidades no sentido de podermos pronunciar a nossa opinião sobre esta matéria, eu queria ainda adiantar alguma coisa no que respeita à questão levantada pelo Sr. Deputado Amaro da Costa.

Nós, é evidente que não temos por vocação ser uma opção meramente pergunta. É ainda evidente que tenderemos a perguntar tanto mais quanto maiores forem as dúvidas que tivermos quanto à acção desenvolvida pelo Governo, como é óbvio. E tenderemos a ser tanto mais pergunta quanto maior for a ineficácia e a incompetência de qualquer poder executivo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas também posso dizer que, no entender dos social-democratas, o que acontece é que a oposição pergunta, e só pergunta, não serve, de facto, os interesses do País, como também não servirá os interesses do País a chamada situação expectante, daqueles que se limitam pura e simplesmente a apoiar por apoiar, nem os que não têm um papel actuante em termos de eles próprios fundamentarem as suas posições. E, em meu entender, tem vindo a ser essa a posição, de há bastante tempo a esta parte, do Centro Democrático Social.

Não é de facto uma oposição pergunta; é, cada vez mais, uma situação passiva e expectante que, precisamente porque lhe falta iniciativa, não poderá jamais ser ela a desempenhar um papel activo e motor em qualquer processo de governação deste país, nos tempos mais próximos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, eu desejava dar alguns esclarecimentos.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — O que este debate nos tem revelado, sem surpresa, ao contrário do que diz o Sr. Deputado António Guterres, é que o Governo e os partidos apoiantes não respondem às questões que lhes são formuladas.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É isso não é surpresa porque, por exemplo, eu vejo na bancada do Governo o Sr. Ministro da Agricultura, que tem pendentes, desde uma intervenção do meu coéga Marques Mendes, aquando da discussão do Programa do Governo, várias perguntas, que foram depois repetidas por escrito, e desenvolvidas, ao Governo e às quais ainda aguardamos resposta. Todas as intervenções feitas pela minha bancada ficaram sem resposta do Governo ou dos partidos que o apoiam.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É preciso que o Governo e os partidos que o apoiam esclareçam esta Assembleia, mas, fundamentalmente, esclareçam o País das razões pelas quais fizeram as opções que nos propõem, das razões que as justificam, dos motivos que têm para apresentar este Plano e este Orçamento, porque escolheram uma coisa e não outra, porque distribuíram as verbas para um lado e não para outro, pois é isto que está em discussão nesta Assembleia da República e é isto que permanece sem resposta pela bancada do Governo e pelas bancadas dos partidos que o apoiam.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro: (Almeida Santos) — Sr. Presidente, queria apenas dizer, uma vez mais, sobre metodologia que se vai tornando uma questão difícil de regularizar, o seguinte: os partidos da oposição tiveram, naturalmente, semanas para se pronunciarem sobre as propostas de lei do Plano e do Orçamento.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Semanas? O Plano e o Orçamento foram distribuídos com larguíssimo atraso a esta Assembleia.

O Orador: — De qualquer modo, há mais de duas semanas, a menos que esteja em erro. Duas semanas são «semanas» e não «semana».

Seja como for, houve tempo suficiente para podem formular mais do que perguntas.

Queria apenas dizer que o Governo conta responder a todas as perguntas que lhe sejam feitas, sobretudo se puderem ser feitas por escrito e não formuladas verbalmente, com a velocidade com que fala, por exemplo, o Sr. Deputado Rebelo de Sousa.

É difícil apreender perguntas verbais formuladas em grande velocidade. Contudo, aquelas que puderem ser apreendidas — e que o foram — e aquelas que forem formuladas por escrito serão, natural-

mente, respondidas. Apenas peço que seja concedido ao Governo o tempo de reflexão minimamente necessário para homenagear as perguntas, porque queremos responder com sinceridade e não com a precipitação do improviso.

Uma voz do PSD: — Há um ano que se espera!

O Orador: — Quer a ainda dizer que, se, efectivamente, até este momento o PSD — e parece-me ser o único caso nesta Assembleia — ainda só encontrou motivos para formular perguntas, então devo concluir que os erros do Governo não são patentes nem são graves.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Gostaria apenas de sublinhar a intervenção do Sr. Deputado António Rebelo de Sousa, que afirmou que a oposição do PSD é a de compreender e apoiar a necessidade de um programa de contracção da economia — penso que foram estas as suas próprias palavras —, embora minimizando os seus efeitos.

Nós não chamámos programa de contracção da economia, porque não queremos contrair a economia — não fomos tão longe —, pretendemos apenas um programa de estabilização e a preocupação do Governo é também, obviamente, por tudo quanto já foi dito, a de minimizar os efeitos negativos que tenha.

Quer isto dizer que, afinal de contas, o PSD, ao que parece, não exprimiu ainda, além de perguntas, críticas, pela simples razão de estar de acordo com a proposta de lei do Plano e do Orçamento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Alda Nogueira.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No Plano do I Governo Constitucional dizia-se que, no fundamental, as condições de distribuição do rendimento nacional não iriam ser alteradas.

Na realidade, o que se passou foi que os salários dos trabalhadores que foram duramente atingidos com a publicação do Decreto-Lei n.º 49-A/77 (com a limitação dos aumentos salariais em 15% durante o ano de 1977) e com o alargamento do prazo da contratação colectiva para dezoito meses (Decreto n.º 887/76 e Decreto n.º 353-C/77).

Por outro lado, o aumento dos preços foi da ordem dos 27% (considerando apenas os preços médios de 1977 em relação a 1976), isto quando o Governo havia previsto uma taxa de inflação da ordem dos 15%.

Sabendo nós que a moeda continua a desvalorizar-se (não sendo até de excluir uma desvalorização abrupta), sabendo nós que os impostos indirectos, nomeadamente o de transacções, vão sofrer um agravamento substancial, sabendo nós que se prevê também um aumento da taxa de juros (o que aumenta os encargos financeiros das empresas e portanto os seus custos), perguntamos: como pode o Governo

garantir que a inflação se fixará em níveis próximos dos 20 %, como se afirma no Plano, cujas grandes opções estamos a discutir?

A verdade é que a política de preços do actual Governo se vem traduzindo na prática na continuação da política do anterior Governo. Os gravosos aumentos de preços recentemente anunciados pelo próprio Governo e que, como já aqui foi reconhecido pelo Sr. Mínistro das Finanças, e do Plano irão arrastar novos aumentos de preços de outros bens e produtos são disto uma prova.

Quanto ao «cabaz de compras» (para não falar já do que tem sido a sua acidentada história, com produtos essenciais a nunca terem entrado dentro dele com outros igualmente essenciais a saírem dele e com os que lá ficam a serem aumentados, os seus preços isto contra todas as promessas governamentais) agora, se bem que não saibamos ainda no pormenor, que foi dado na conferência de imprensa que teve lugar há pouco, sabemos já que o aumento ponderado dos produtos do «cabaz» será de 20,6 %.

Isto não pode deixar de ir agravar seriamente as dificuldades com que já se debatem as classes mais desfavorecidas, rebaixando ainda mais o nível de vida destas. É certo que, paralelamente com os gravosos aumentos dos preços já anunciados e outros que o vão ser ainda, foram também anunciadas algumas medidas de compensação, como: o aumento do salário mínimo nacional, do subsídio de desemprego e das reformas e pensões. Mas, como já foi aqui ontem sublinhado pelo meu camarada Veiga de Oliveira, tais compensações vão ser, tudo o indica, e já estão a ser «tratadas» pela subida dos preços.

A Sr.^a Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Trata-se da continuação de uma política que, como temos repetida e insistente mente afirmado e a prática infelizmente o tem comprovado, terá repercussões nefastas sobre a produção agrícola industrial e sobre o comércio e serviços.

O grupo parlamentar do meu partido volta mais uma vez a chamar a atenção para este facto: a redução do poder de compra da população significa inevitavelmente um golpe profundo no escoamento da produção nacional, arrastando numerosas pequenas e médias empresas comerciais e industriais para situações cada vez mais difíceis, acelerando falências e encerramentos, aumentando o desemprego.

Com efeito, a diminuição dos salários reais, — e é disso com efeito que se trata, — a diminuição do poder de compra dos trabalhadores, da população laboriosa, traduz-se na redução do mercado interno. Pelo contrário, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores alarga o mercado interno e anima a produção dos sectores de fabrico de consumo corrente.

Como afirmámos e demonstrámos na Conferência Económica Nacional do meu partido, a defesa e o melhoramento progressivo dos salários e condições de vida das populações laboriosas deve considerar-se um estímulo, e não um obstáculo, à recuperação económica.

A Sr.^a Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — O Grupo Parlamentar do PCP sublinha que a política de preços que foi levada a cabo pelo Governo anterior e tem vindo a ser prosseguida nos primeiros meses do actual Governo, política esta para que o Plano em discussão aponta, é parte integrante da política de recuperação capitalista e é o resultado directo de uma política económica e social comprovadamente incapaz de dar resposta aos problemas fulcrais da crise económica e financeira no nosso país.

Para além da subida dos preços, há ainda a acrescentar toda a especulação desenfreada que campeia, em que os intermediários especuladores reinam, avançando aumento de preços à frente da inflação, acelerando esta. Isto aliás foi reconhecido pelo próprio Mínistro das Finanças, em entrevista à TV.

Não podemos desligar todo este proliferar dos intermediários especuladores do facto de ter sido travada (quando da passagem do PSD pelo Ministério do Comércio Interno), a transformação dos organismos de coordenação económica e verdadeiros órgãos do Estado democrático, ao serviço dos produtores agrícolas, para escoamento dos seus produtos a preços compensadores e simultaneamente para garantir o abastecimento público a preços fixos. Hoje, tais organismos estão efectivamente ao serviço dos grandes intermediários, facilitando-lhes as manobras especulativas quer pela sua acção neste sentido, quer pela ausência de qualquer acção contra tais manobras.

O que se passa com a carne, a batata, o bacalhau e o peixe congelado é bem a expressão do que acabo de dizer. E como se explica que os preços ao produtor da carne de porco, frango e ovos tenham vindo a baixar sem que o consumidor beneficie disso um tostão sequer?

Aplausos do PCP.

Por outro lado, a liberalização dos preços, particularmente a partir do Decreto-Lei n.º 75-Q/77, que, como se sabe, aboliu o controlo dos preços *a priori* para estabelecer apenas o controlo *a posteriori*, isto é, em vez do pedido prévio de autorização para o aumento dos preços dos produtos, as empresas privadas passaram a comunicar apenas com quinze dias de antecedência os aumentos dos preços, que após este período entraram imediatamente em vigor, restando ao Governo apenas sessenta dias para a contestação de tais aumentos (o que na prática, dada a impossibilidade efectiva de os contestar a todos dentro de tal período, se traduziu no facto consumado da entrada em vigor dos aumentos «decretados» afinal pelas empresas para a grande maioria dos produtos) — dizia eu que esta liberalização tem funcionado exclusivamente a favor das empresas privadas.

De tudo isto, resultaram prejuízos para as empresas públicas e nacionalizadas, como aliás o próprio Plano o reconhece. E ontem aqui, o Sr. Mínistro das Finanças afirmou que o aumento de preços dos produtos e serviços das empresas públicas são indispensáveis para o saneamento destas e inserem-se numa estratégia que permite consolidar estas empresas no futuro.

Desejamos entretanto sublinhar que, como já o temos dito, tal consolidação das empresas públicas e nacionalizadas só terá lugar se os aumentos de preço referidos forem enquadrados numa planificação geral

que ataque os principais problemas de estrutura financeira das empresas públicas e nacionalizadas, que tem a ver com encargos financeiros recorrentes de deficiências estruturais herdadas da economia fascista. Enfim, tal consolidação terá de passar também por o aumento de capital das empresas, pela consolidação do seu passivo e por uma política de subsídios definidos de acordo com os objectivos a atingir pelo Plano.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Desejamos terminar, apontando algumas medidas quanto a nós necessárias e urgentes, no campo específico da política dos preços:

1) Inclusão no «cabaz de compras» de bens e serviços de primeira necessidade a preços máximos;

2) Institucionalização do controlo prévio de preços, sem prejuízo da adopção de mecanismos automáticos de aumento de preços para os sectores onde seja possível, desde já, conhecer a estrutura dos custos e a composição dos produtos respectivos;

3) Controlo das margens de comercialização garantindo uma avaliação de stocks que desencoraje a especulação, através de nova legislação com abolição do famigerado Decreto 41/204;

4) Reorganização da fiscalização económica e publicação de legislação punitiva, que de facto previna as actividades fraudulentas, o açambarcamento especulativo e os atentados à saúde pública;

5) Aceleração do apetrechamento em estruturas, meios financeiros e humanos (nomeadamente dirigentes capazes) dos organismos de coordenação económica para intervenção permanente no mercado, escudoando os produtos da agricultura e da pesca;

6) Estruturação de um controlo eficaz de subfacturação e sobrefacturação, evitando drenagem de divisas para o exterior;

7) Limitação das taxas de lucros.

Tudo isto pressupõe e exige a efectivação de um verdadeiro controlo de gestão, sem o qual grande parte senão a totalidade destas medidas não passarão de simples rubricas ou slogans sem qualquer valor económico, político ou social para as massas trabalhadoras.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Sr.ª Deputada Alida Nogueira sabe, com certeza, que na estrutura da despesa interna portuguesa em 1975 o consumo privado representava 80,8 %, que em 1976 representou 76,7 % e que em 1977 representou 74,4 %. Sabe ainda a Sr. Deputada que nisso países da área da OCDE o consumo privado representa 60 % do volume total da despesa interna.

Quer isto dizer que nós, em Portugal — país com dificuldades de recursos quer humanos, quer naturais —, estamos situados, em termos de consumo privado, 14 % acima dos países da área da OCDE, isto é, a afectação dos nossos recursos privilegiada, de uma forma extraordinária, o consumo privado, em detrimento das outras componentes da despesa interna.

Uma política de protecção do poder de compra das populações, uma política de salários, tem de consi-

derar, naturalmente, os recursos disponíveis. Não se podem fazer omeletas sem ovos, e ou se utilizam os recursos de uma forma equilibrada que permita uma estrutura da aplicação de recursos equilibrada ou, de outra forma, estamos a manter artificialmente, talvez demagogicamente, uma estrutura artificial que, mais cedo ou mais tarde, terá de entrar no caminho da ruptura.

Creio que a Sr.ª Deputada não porá em causa o objectivo de gradualmente se corrigir, no nosso país, o peso da rubrica correspondendo ao consumo privado, na aplicação global dos recursos. Refiro-me ao peso percentual. Terá isso de ser feito procurando não introduzir acréscimos anuais sensíveis no consumo privado, para que os crescimentos do produto possam reflectir-se sobre as outras componentes da empresa interna.

Isto significa, naturalmente, uma política salarial moderada. Significa que qualquer Governo que queira atingir este objectivo — suponho que a Sr.ª Deputada não o porá em causa — terá de ser extremamente prudente nessa matéria, bem como corajoso, porque seria muito mais fácil ao Governo entrar por uma via de facilidades e deixar ficar as coisas como estão, não tendo de enfrentar os custos políticos e sociais de uma política salarial moderada.

Todos somos, naturalmente, sensíveis ao facto de haver em muitos sectores profissionais quebra do poder de compra e até diminuição dos salários reais. O que não entendo é como é possível «meter o Risco na Betesga», isto é, como é possível, ao mesmo tempo, fazer diminuir o peso percentual do consumo privado na estrutura da despesa interna e garantir progresso nos salários reais.

Naturalmente esta é a primeira questão que queria deixar ficar à consideração da Sr.ª Deputada, certo de que seria muito fácil mantermos níveis tão elevados de consumo privado como os que temos hoje, mas não seria responsável nem realista.

Em segundo lugar, quanto à política de preços, a Sr.ª Deputada insurge-se — e eu insurjo-me consigo — quanto ao facto de haver aumentos de preços que, no que diz respeito aos produtos incluídos no «cabaz de compras», se traduzem num aumento de 20,6 %, em média ponderada. Todos os portugueses, a começar pelos governantes, se insurgem contra isso, isto é, ninguém gosta de pagar mais e, sobretudo, temos de ter em conta que os sectores mais desfavorecidos da população terão de ser particularmente atendidos e cuidados nas suas dificuldades.

Mas, como é possível, ao mesmo tempo, garantir — o que me parece ser indispensável, a não ser que a Sr.ª Deputada ponha isso em causa — uma contracção dos deficits no Orçamento Geral do Estado e, particularmente, uma contracção sensível do deficit corrente, mantendo níveis elevados, subsídios, para sustentar a política de preços. Será que a Sr.ª Deputada advoga que, para além do aumento da carga fiscal que foi realizada e a que está proposta no Orçamento para este ano, se introduzisse um novo agravamento da carga fiscal? Que ela passasse dos 27 % em que já se encontra para valores superiores? Poderia ser uma alternativa politicamente defensável, talvez, do ponto de vista de algum grupo parlamentar. Se assim for, é importante que o Grupo Parlamentar do Par-

tido Comunista Português tome a responsabilidade de o dizer ...

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Lá iremos!

O Orador: — ... e que, portanto, afirme claramente que está disposto a sustentar o princípio do aumento da carga fiscal e do peso da mesma, em termos de produto interno bruto e que esteja disposto a dízê-lo ...

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Lá iremos!

O Orador: — ..., sendo sensível às implicações não só de justiça social, mas também de carácter económico que qualquer política fiscal leva consigo, e não fazendo a redução, demagógica, no quadro do sistema político em que nos movemos, dos problemas da fiscalidade, apenas em termos de testamento de política de rendimentos.

Se não é possível, aceitando-se o objectivo de diminuir os *deficits* do Orçamento Geral do Estado, sobretudo o *deficit* corrente, obter receitas de outro tipo, é evidente que só é viável ao Governo proceder a aumentos de preços, na medida em que diminui os volumes dos subsídios. Temos o «cabaz de compras» com muitos preços protegidos, com muitos preços subsidiados e, necessariamente, se o volume de subsídios global possível este ano é 8,2 milhões de contos, gostaria de saber como é que a Sr.^a Deputada conseguia fazer de outra forma, tendo em conta, sobretudo, que aquilo que mais deve preocupar a situação dos sectores mais desfavorecidos da população se encontra minimamente acautelado, com um aumento de 27% do salário mínimo nacional, com o aumento de 33% do subsídio de desemprego e com outras compensações sociais que são do seu conhecimento e que atingem crescimentos da ordem dos 82%, no caso das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência para os trabalhadores rurais.

Uma voz do PCP: — E em dinheiro?

O Orador: — Em dinheiro, é?

Uma voz do PCP: — Quanto é?

O Orador: — É 1100\$!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Isso comparado em termos de inflação é muito menos. Mas adiante!

O Orador: — Eram 600\$ no tempo em que o vosso partido esteve no Governo. Não creio que tenham posto 1100\$.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — E os preços? E a inflação?

O Orador: — Bom, se querem discutir por aí, vamos por aí. Mas creio que não é do vosso interesse.

Na questão da política de preços parece-me também importante que a Sr.^a Deputada me escoute, porque talvez o Partido Comunista tenha alguma receita mágica, que gostosamente nós próprios gostaríamos de perfilar, na caco de dia ser sensata, ser realista, ser

exequível e ser, sobretudo, compatível com o modelo social e político em que Portugal se move.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Alda Nogueira, há mais três Srs. Deputados inscritos para pedidos de esclarecimento. Quer responder um por um a todos, em conjunto, no final das interpelações?

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Dieter Dellinger.

O Sr. Dieter Dellinger (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^a Deputada Alda Nogueira: A Sr.^a Deputada referiu-se à necessidade de consolidar o passivo financeiro das numerosas empresas nacionalizadas. Referiu-se na linha de uma política que o Partido Comunista tem vindo a repetir desde a conferência sobre as empresas nacionalizadas, no que tem absoluta razão.

Efectivamente, o problema dos juros desse passivo representa, em muitas empresas, um encargo tremendo. Simplesmente, o problema tem de ser visto na sua globalidade.

Creio que a Sr.^a Deputada não se referiu ao montante total desse passivo e também eu desconheço esse montante total. Mas, observando alguns valores parciais de certas empresas, parece que a Siderurgia Nacional tem mais de 5 milhões de contos, bem como muitas outras empresas que devem mais de 1 milhão de contos, até empresas que não são directamente nacionalizadas, mas sim apenas intervencionadas sob o controlo do Estado, como a empresa Fundição de Oeiras, que deve 1,2 milhões de contos. A própria Sorefame também deve cerca de 1 milhão de contos, até uma empresa ridícula, como a Regimprensa, que deve 180 000 contos com pouco mais de uma centena de trabalhadores, se a Sr.^a Deputada me falasse num valor global de 35 milhões de contos, acreditaria e suponho até que esteja para além desse valor.

Sucede que no Orçamento está inscrita uma dotação, destinada a aumentos de capital estatutário de empresas públicas, de 7 250 000 contos, verba essa que foi considerada como sendo possível de satisfazer no Orçamento deste ano, que já nem sequer é para um ano inteiro, mas apenas para uma parte.

Creio que seria impossível este ano entregar dotações no valor de 30 ou 40 milhões de contos, o que seria aumentar a despesa do Estado dos 219 milhões de contos para 250 milhões ou mais, com a simultaneidade da crítica que a Sr.^a Deputada fez de que o «cabaz de compras» e os subsídios aos preços são muito curtos, que os impostos provocam uma redução do poder de compra das classes trabalhadoras, e assim sucessivamente. Vão surgir ainda, possivelmente, mais críticas, no sentido dos orçamentos parciais dos diversos Ministérios da Educação, Saúde,

etc. —, considerando tudo isso como pouco. Além disso, foi também já feita a crítica de que determinados impostos aumentaram excessivamente.

Pergunto: seria, efectivamente, possível fazer essa consolidação este ano, dos valores astronómicos que isso representa, ou será a verba dos 7 250 000 contos a única verba possível e aquilo que deverá ser feito, não só por este Governo, mas possivelmente por qualquer outro Governo este ano?

O Sr. Presidente: — Ainda para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Simões.

O Sr. Sérgio Simões (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Alda Nogueira: A Sr.^a Deputada fez, na realidade, um discurso muito bonito, mas que após espremido não dá nada.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Obrigada, obrigada!

O Orador: — A questão de fundo que se nos apresenta, para além de algumas questões que já foram postas, é a seguinte: a Sr.^a Deputada advoga, com pretenções justas, uma melhoria do poder de compra dos trabalhadores. Essa melhoria do poder de compra dos trabalhadores deve ser feita de forma artificial ou, pelo contrário, devemos adoptar uma política realista que, a médio prazo, venha proporcionar uma efectiva melhoria da condição de vida dos trabalhadores?

Uma outra pergunta que lhe queria fazer é esta: a melhoria do poder de compra e bem-estar dos trabalhadores e a receita que o PCP advoga será a mesma que utilizou em 1975, isto é, uma melhoria e um bem-estar aparentes das condições de vida dos trabalhadores, à custa das divisas em moeda estrangeira que o país possuía e de que agora pagamos a factura?

Risos do PCP.

Ainda uma outra questão, dado que a Sr.^a Deputada fez alusão a ela, e que se prende com o *contrôle* de gestão. Quando ouvimos — não ultimamente, mas já há bastante tempo — o PCP insistir no *slogan* das nacionalizações, do *contrôle* operário, da Reforma Agrária, não nos pode deixar de vir ao pensamento o que Lenin, em 1917 — quando na oposição — dizia sobre o socialismo na União Soviética, ou seja, que ele seria igual à soma da electricidade mais o poder dos soviets. Em 1978, o socialismo na União Soviética está reduzido à electricidade e gostaria de saber se o PCP — advogando também para Portugal o socialismo baseado no *contrôle* operário, nas nacionalizações, na Reforma Agrária —, em 1978 ou em qualquer momento do século XX, se o PCP estivesse no Poder, usaria algumas dessas componentes para o modelo de sociedade preconizado pelo Partido Comunista.

O Sr. Presidente: — Se assim o entender, pode responder, Sr.^a Deputada Alda Nogueira.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Srs. Deputados, em primeiro lugar, cumpre-me agradecer, uma vez que o tal discurso bonito que não dava nada, parece que deu muitos pedidos de esclarecimento.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — É a simpatia da Sr.^a Deputada!

A Oradora: — Se bem que muitas das perguntas nada tenham directamente que ver com o problema que aqui trouxe, se bem que os pedidos de esclarecimento feitos não sejam — à excepção de um ou outro — sobre as medidas concretas que aqui trouxemos e ainda porque algumas das questões levantadas nos pedidos de esclarecimento vão ser esclarecidas devidamente pelas intervenções dos camaradas do meu grupo parlamentar — como é óbvio, não temos tempo para nos repetirmos e passarei por cima disso —, entretanto, há algumas coisas que não gostaria de deixar passar.

Em primeiro lugar e em relação às perguntas do Sr. Deputado Amaro da Costa, queria fazer a seguinte referência: quando se fazem comparações entre percentagens, nível de vida, rendimentos *per capita*, etc., há que ter em conta as situações reais dos países que se compararam. Se o Sr. Deputado traz aqui o nível do consumo privado dos países da OCDE, que se situa à roda dos 60 %, penso que o Sr. Deputado não pode deixar de ter em conta o rendimento *per capita* do nosso país, que era, na altura do derrube do governo fascista, o mais baixo da Europa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr.^a Deputada, posso interrompê-la?

A Oradora: — Deixe-me apenas terminar a ideia que já lhe concedo a palavra, Sr. Deputado.

Fazer comparações entre situações deste tipo, completamente diferentes, não redundaria numa comparação, redundaria em qualquer coisa que nada tem a ver com comparação.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Talvez eu não tenha sido muito claro, Sr.^a Deputada. As comparações que fiz não foram em termos de níveis de vida, nem de condições.

A Oradora: — Foi de consumo privado.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Foi em relação à estrutura da economia, quer dizer, ao volume de recursos que se dedica a cada um dos grandes sectores da despesa interna, isto é, ao consumo público, ao consumo privado, à formação bruta de capital fixo, à formação de stocks.

A Oradora: — É exactamente isso.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — É neste esquema de raciocínio, que tem a ver com as distorções profundas estruturais que existem na sociedade portuguesa, que me permitiu salientar que a média dos países da OCDE representa...

A Oradora: — Já percebemos.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — ... cerca de 60 % para o consumo privado e, em 1977, em Portugal o nível de consumo privado foi de 74,4 %.

O que pergunto é: na sua óptica, deve-se ou não caminhar no sentido de que, gradualmente, os 74,4% tendam para 60%? Isto é, se o peso relativo de consumo privado, no conjunto da despesa interna deve ou não diminuir. Se a Sr.^a Deputada me disser que sim, estarei de acordo consigo e ficarei satisfeito; se me disser que não, gostaria que me esclarecesse como é que consegue fazer isso.

A Oradora: — Como já foi dito pelo meu camarada Veiga de Oliveira, há muitos problemas em que a opção não é apenas económica, é política. Este é um deles.

A comparação foi feita — exactamente como tínhamos percebido — na base do que o Sr. Deputado acaba de referir e eu continuo a dizer que, com países com um rendimento da população que não se pode já baixar mais, o problema não pode ser o de baixar, sim sim de aumentar. Se me pergunta, digo que sim.

Mas como? Diz o Sr. Deputado que não há recursos disponíveis para utilizar. Pensamos de outra maneira, Sr. Deputado, e já o temos dito em documentos, reuniões, conferências, entrevistas, etc., mas vou repetir mais uma vez. A questão é política e gira à volta do problema da austeridade. Que tipo de austeridade é que o Partido Comunista Português defende? Nós somos dos primeiros partidos deste país a falar do problema da austeridade, nunca estivemos contra a austeridade. Simplesmente, definimos sempre muito claramente que tipo de austeridade defendemos.

A Sr.^a Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Não é austeridade para reduzir ainda mais o nível de vida daqueles que já têm um nível de vida baixo, mas sim uma austeridade que deve começar por reduzir o consumo privado, ao nível, por exemplo, dos supérfluos, de luxos, etc. Isso já foi aqui dito pelo meu camarada Carlos Carvalhas, atingindo exactamente os mais altos rendimentos.

Quanto às receitas — passando ao segundo ponto, pois que os seus pedidos de esclarecimento foram uma contra-intervenção, praticamente —, também serão analisados numa intervenção especial que faremos sobre os problemas da fiscalidade e aí será dito aonde vamos buscar essas receitas que tanto preocupam o Sr. Deputado.

Para já, posso-lhe avançar — e o meu camarada Carlos Carvalhas já aqui fez uma referência em relação aos 300 milhões de contos que estão em depósito nos bancos sem qualquer imposto fiscal —, o problema do estabelecimento da progressividade do imposto para os rendimentos mais altos, que não se vislumbra nestas opções do Plano.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — 92%, Sr.^a Deputada!

A Oradora: — Em relação ao Sr. Deputado Dieter Dellinger — e digo desde já, que algumas coisas a que não me tenho referido serão explicitadas certamente, pelo meu grupo parlamentar, nas intervenções que faremos —, que coloca o problema da consolidação do passivo das empresas nacionalizadas, queria apenas deixar claro que não somos tão irrealistas nem tão infantis para agora dizermos que vamos sanar os problemas de todas as empresas deste modo

ou daquele, nem de uma maneira linear. Sempre dissemos que isto deverá ser uma questão a resolver progressivamente, terá de ser analisado caso a caso, haverá casos, inclusivamente, em que não se poderá proceder ao saneamento.

Tudo isto está, naturalmente, também nas conclusões por nós tornadas públicas, mas torno aqui a trazê-las.

Por outro lado, também avancámos — não na minha intervenção, porque ela não proclava este ponto específico —, em declarações que temos feito e que temos comprovado com números e dados reais, não apenas contrapropostas de orçamento financeiro, avançámos, também, propostas de aumento de produção. Aqui voltamos à questão política; é que se, na realidade, austeridade for aquela que o Partido Comunista defende, nós, comunistas, estamos certos de que os trabalhadores que têm feito tantos sacrifícios, que fizeram e que continuam a fazer tantos sacrifícios, não para beneficiar a sua situação, antes pelo contrário, para a ver agravada, com uma outra política, com uma outra óptica, com um outro contexto, farão estes e mais sacrifícios e, portanto, pode-se-lhes exigir mais. E estamos todos certos de que teremos a correspondência necessária, mesmo até ao nível da produção.

Não estamos preocupados com esses problemas. O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que houve períodos em que os trabalhadores, para reorganizarem as suas empresas, estiveram meses e meses sem salários, numa situação que não vale a pena, pois ela é conhecida de todos nós, trazermos agora aqui.

O Sr. Francisco Miguel (PCP): — São esses trabalhadores que querem ser socialistas.

A Oradora: — Finalmente Sr. Deputado Sérgio Simões, passo por alto os seus comentários pouco elogiosos sobre a minha intervenção. Também não vim aqui para os colher. Viemos para trazer propostas concretas e não para «fazer flores».

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Deputado — e faço apenas um leve apontamento —, a sua pergunta não tem qualquer cabimento. Mas as comparações aqui feitas merecem-me apenas um leve comentário: nós não somos lineares. Temo-lo provado à exaustão que não somos lineares. O Sr. Deputado traz para aqui isto e aquilo e diz que nós pensamos que a Reforma Agrária é isto e mais aquilo, etc. O Sr. Deputado sabe perfeitamente bem que não é essa a orientação que o Partido Comunista defende. Se não sabe, Sr. Deputado — terá muita tristeza em o constatar —, aconselhamo-lo a ler os documentos mais expressivos do nosso partido. Podemos-lhe até oferecer uma coleção, se assim o desejar.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Carvalhas pediu a palavra para intervir já?

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sim, Sr. Presidente. É para um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com este protesto eu pretendo dar uma explicação à Assembleia e ao Sr. Deputado Sérgio Simões em relação a uma afirmação que fez e que me parece que não é correcta. Aliás, foi nesse sentido que eu procurei socorrer-me da figura regimental do protesto.

Assim, quero dizer ao Sr. Deputado que de facto em 1975 os salários reais aumentaram e as condições de vida dos trabalhadores também. Nesse mesmo ano pagaram-se dívidas que vinham do tempo do fascismo; nesse mesmo ano o deficit da balança comercial diminuiu e, para que o Sr. Deputado não julgue que estas afirmações são suspeitas, digo-lhe que elas se encontram escritas, e em termos até mais encomiásticos, num relatório da Conta Geral do Estado, relativa a 1975, assinado pelo Dr. Salgado Zenha.

Também gostaria de lhe referir o relatório do insuporto Banco Mundial, que afirma, em relação a 1975, que a economia portuguesa se aguentou melhor do que as outras economias capitalistas, apesar da crise geral do capitalismo que grassou nesse ano.

E também não se diga que nos anos a seguir se esteve a pagar as facturas dos anos anteriores, porque nós já demonstrámos com números e dados concretos que isso é falso.

Era, pois, este o esclarecimento que eu pretendia dar e se o Sr. Deputado Sérgio Simões quiser continuar a incorrer em erros o problema é seu.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Alda Nogueira: Eu pretendia apenas dar um breve esclarecimento acerca da política do Governo neste domínio dos preços e dos salários.

Afirmou a Sr.^a Deputada Alda Nogueira que da política do Governo iria decorrer uma diminuição drástica do nível de vida das classes laboriosas. Penso que não é isso que docorre da lógica integral da política que o Governo anunciou.

Na realidade, está previsto que os preços possam subir no ano de 1978 cerca de 20% — e o Sr. Ministro das Finanças fez uma longa exposição sobre os métodos que o Governo vai utilizar para garantir que esse objectivo seja alcançado —, valor esse que corresponde exactamente ao nível previsto para a evolução da massa salarial, tendo-se tomado as precauções necessárias para o garantir ao reduzir-se o período de vigência dos contratos colectivos de dezoito para doze meses.

Por outro lado, e atendendo aos estratos da população mais desfavorecidos neste momento, aqueles que não abrangidos pelo salário mínimo, pelas pensões de reforma e pelos subsídios de desemprego, teve-se o cuidado de conseguir aumentos todos eles superiores a 20%.

É evidente que o ano de 1978 não será um ano de prosperidade, não será um ano de aumentos de consumo — não é isso que se pretende —, mas é pelo menos um ano em que há a preocupação séria e

honestade, face a um conjunto de recursos que são escassos, garantir, dentro da medida do possível, a situação dos trabalhadores portugueses e assegurar a manutenção do seu poder de compra.

Estamos sinceramente convencidos de que, se no ano que do ponto de vista orçamental agora se inicia com a aprovação do Orçamento houver as condições de estabilidade social e de tranquilidade que tornem possível ao Governo executar o seu programa sem perturbações de maior, poderá ser possível a partir de 1979 iniciar uma curva bem mais ascendente nas condições do nível de vida dos trabalhadores.

Porém, eu penso que não se pode com justiça argumentar que este ano será — ou se prevê que seja — um ano de redução drástica do nível de vida.

Além disto, apenas mais um comentário: é evidente que o ano de 1977, esse sim, assistiu a uma redução do poder de compra das classes trabalhadoras. Simplesmente a verdade é que também os anos anteriores tinham assistido a um aumento espectacular, sem precedentes, desse mesmo poder de compra e que as condições da economia portuguesa — por razões evidentes — não podiam garantir por muito tempo essa mesma manutenção, sem que isso se traduzisse num descalabro das nossas contas externas e sem que isso viesse a implicar, a médio prazo, uma situação bem mais trágica para essas mesmas classes trabalhadoras.

Pensamos, pois, que a nossa política não é demagógica; ela é pelo menos séria e honesta. Acreditamos sinceramente no programa que propomos e também esperamos sinceramente que o povo português o compreenda para que ele possa dar bons resultados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos agora fazer o intervalo habitual até às 18 horas e 10 minutos.

Está suspensa a reunião.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Após o intervalo, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Tito de Moraes.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Está inscrito para fazer uma intervenção o Sr. Deputado Lino Neto, a quem desde já concedo a palavra.

O Sr. Lino Neto (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A política económica e financeira que foi definida pelo Ministro competente com a apresentação global das grandes opções do Plano para 1978 e das linhas gerais do Orçamento Geral do Estado para 1978, dentro de uma situação a que já nos habituámos a chamar política de austeridade, impõe condicionamentos aos investimentos e limita a possibilidade imediata de melhoria da satisfação das necessidades do povo português.

Trata-se de uma situação que não é de forma nenhuma agradável, nem para esta Câmara, que vai votar as duas propostas de lei, nem para o Governo, que as apresentou e as vai cumprir, nem para o povo português, que vai continuar a sentir um nível de vida modesto, a sofrer sacrifícios e a limitar os consumos.

Vamos, porém, fazê-lo com a determinação de um povo que preza a sua sobrevivência em dignidade e com a garantia de melhoria próxima da solução presente.

Como disse o Sr. Primeiro-Ministro, temos de viver com o que temos, e o que temos, de momento, é de facto pouco.

Compete, porém, ao Governo, e é o que sobressai do estudo do Plano e do Orçamento, minimizar os custos sociais da austeridade, procurar tirar o máximo rendimento económico e social dos meios disponíveis e garantir a todos pelo menos um mínimo de satisfação das necessidades fundamentais.

É neste contexto que os planos de financiamento dos equipamentos sociais são especialmente considerados nos diplomas em discussão e no Programa do Governo, que já foi aprovado por esta Câmara. Os vários equipamentos sociais correspondem quase sempre à satisfação das necessidades básicas da população, em geral das camadas de menor capacidade económica, e traduzem uma melhoria do nível de vida, muito para além da expressão monetária do seu contributo para o produto nacional. Em períodos de austeridade deve por isso ser aumentado o seu grau de prioridade.

Acresce que os investimentos em equipamento social correspondem quase sempre a obras de construção civil, o que, na conjuntura actual, promove em grande parte a utilização de factores da produção de origem nacional com um mínimo de incorporação de produtos de origem importada, agravando por isso o menos possível o *deficit exterior*. Garante-se, assim, emprego a uma parte importante da população portuguesa e promove-se a utilização de capacidade produtiva, porventura mal aproveitada, de algumas indústrias nacionais.

Finalmente a implantação dos equipamentos sociais por toda a área nacional e por todos os grupos sociais — com especial atenção para os mais necessitados — constitui factor importante de justiça social e de garantia da igualdade de direitos prevista na Constituição.

Entre os equipamentos sociais toma especial relevância o problema da habitação. As carências habitacionais da população portuguesa são hoje gritantes, por deficiências quantitativas e por degradação do parque existente, fruto de anos em que a promoção habitacional estava quase exclusivamente entregue à iniciativa do tipo especulativo, devido à enorme concentração da população nas grandes metrópoles urbanas, à degradação da vida social, em grande parte da população do interior, e ainda, recentemente, pelo regresso dos desalojados de Angola e de Moçambique. Estimam-se as necessidades em cerca de 500 000 fogos.

O Estado, perante o grande desinteresse e a incapacidade de a iniciativa privada resolver o problema

dentro da actual conjuntura, tem de tomar a principal iniciativa. Isto ressalta das intenções do Governo e do estudo do Plano e do Orçamento, em continuação, aliás, das intenções do Governo e dos orçamentos anteriores.

O esforço do Estado está apenas limitado pelas possibilidades de crédito, pelas possibilidades financeiras e pela capacidade de realização material das obras.

No que respeita às disponibilidades financeiras, além da dotação orçamental, que está prevista no Orçamento Geral do Estado e que já de si é vultosa, o Governo pretende multiplicar os recursos, chamando o crédito interno e externo e a poupança privada a intervir e a comparticipar, funcionando os fundos públicos como estimulante para a chamada de capital próprio de camadas sociais com alguma, mas pouca, solvência.

Assim, o Plano prevê para a construção habitacional, além da intervenção directa dos órgãos do Estado num quantitativo de cerca de 15 000 fogos em 1978, uma participação indirecta pelo recurso à comparticipação do Estado, quer a nível dos terrenos de urbanização, assistência técnica e projectiva quer sob a forma de participação a fundo perdido nos esforços de construção, juros bonificados, cabendo ao Estado o encargo diferencial, contratos de desenvolvimento, etc.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Consegue-se assim, com um esforço financeiro do Estado relativamente pequeno, multiplicar sensivelmente o volume das disponibilidades financeiras — basta dizer que se prevê que para este ano só o crédito privado corresponda a cerca de 24 milhões de contos, tudo isso promovido pelo esforço inovador do Estado.

Ao todo, espera-se que este ano se construam cerca de 55 000 fogos, sem contar com a recuperação de cerca de 10 000 fogos degradados que também está prevista para este ano.

No entanto, não basta construir casas de habitação. Para que as novas casas correspondam efectivamente a uma melhoria do nível de vida é necessário enquadrá-las numa forma de viver, integrando uma planificação urbana adequada, compreendendo a implantação de um autêntico *habitat* humano, digno e coerente, provido dos necessários equipamentos sociais e com as condições de salubridade e ambiente adequados.

Esta preocupação do Governo, claramente expressa nas propostas de lei do Plano e do Orçamento, é agora facilitada pela integração num único Ministério dos serviços de habitação, urbanismo, obras públicas e ambiente.

A intervenção do Governo traduz-se assim pela realização e promoção de planos de urbanização, aquisição de expropriações, apropriação do solo, de terrenos e promoção directa de empreitadas. Também aqui, além do financiamento directo pelo Orçamento Geral do Estado, conta-se com o crédito exterior e ainda com as participações das autarquias locais, com os seus recursos próprios.

Para se compreender a importância que todas estas iniciativas tomam no Orçamento Geral do Estado e no Plano, cito apenas os seguintes números: em equipamento rural e urbano, prevê-se cerca de 2000 a 3 milhões de contos de investimentos; no saneamento básico, calcula-se um investimento na ordem de cerca de 2 800 000 contos; no planeamento urbanístico, cerca de 500 000 contos — isto sem contar com outras pequenas verbas, pequenas relativamente, em relação ao sector do ambiente e a outros meios de intervenção do Estado.

Finalmente, também não quero deixar de fazer referência ao esforço que o Estado e os organismos públicos vão executar no sentido de melhorar a capacidade da indústria de construção. E precisamente porque um dos aspectos que limitam as possibilidades de investimento ou de habitação é o limite da capacidade do sector produtivo, o Estado propõe-se melhorar e racionalizar todo o sector construtivo, aumentando designadamente o número dos empregos, que este ano deve somar cerca de 10 000 empregos adicionais.

Relacionado com a problemática da urbanização e da habitação, está o equipamento dos transportes, sobretudo no que se refere aos transportes interiores de passageiros.

O subsistema de transportes faz parte integrante de um sistema mais largo em que está incluída a urbanização, e os problemas de uns não podem ser resolvidos sem os problemas de outros. Isto é verdade especialmente para os transportes urbanos e suburbanos nas áreas metropolitanas, em que as pessoas têm de utilizar quotidianamente os transportes para a ligação casa-emprego, o que é claramente um problema de urbanismo; e é também verdade, à escala da superfície do território nacional, para a comunicação de pessoas em relações de trabalho ou outro tipo de relações humanas, o que é também um dos aspectos do ordenamento territorial.

A degradação do sistema de transportes em Portugal é notória e muito grave em correspondência, aliás, com a degradação do sistema de urbanismo, especialmente nas grandes metrópoles. Por isso a melhoria do sistema de transportes é também fundamental para a maneira de viver do povo português, e sem uma solução do problema dos transportes não se pode resolver verdadeiramente o problema da urbanização.

Acontece, porém, que o sistema de transportes tem duas características muito especiais. A primeira é a de que todos os investimentos em transportes são extremamente elevados, praticamente proibitivos se tivermos em conta apenas a remuneração monetária do serviço prestado. É necessário entrarmos com o benefício social para se justificar tão grandes investimentos em qualquer que seja o sistema de transportes, quer por meio das infra-estruturas próprias quer no equipamento de material circulante.

Outra característica fundamental dos sistemas de transportes, sobretudo dos sistemas de transportes urbanos e interurbanos de superfície, é o *deficit* normal de exploração. Praticamente em todos os países avançados do Mundo e em todas as cidades em que existe um desenvolvimento adequado é impossível

equilibrar as contas de gestão directas do sistema de exploração.

Estas duas características traduzem-se em Portugal devido, muito especialmente, à degradação total dos vários sistemas de transporte. Isto porque as empresas de transportes estão degradadas financeiramente devido à descapitalização verificada durante muitos anos e devido à inexistência de projectos de remodelação e de reestruturação. Além disso, estão também degradadas sob o aspecto técnico — por deficiências de investimento e por deficiências técnicas — e sob o aspecto operacional em grande parte também devido à existência da degradação urbana e à aglomeração de tráfego e trânsito.

Qualquer solução do sistema de transportes tem, portanto, em Portugal, de passar pela reestruturação, pela dinamização e pelo saneamento das várias empresas e do sistema de transportes no seu conjunto.

As verbas que o Orçamento Geral do Estado para 1978 mais ou menos claramente destina ao sector dos transportes são verdadeiramente vultosas, mesmo muito vultosas, o que mostra o empenho que o Governo e as entidades públicas realmente têm em resolver o problema dos transportes, que estão em verdadeiro estado caótico. Basta dizer que quanto ao problema dos investimentos se torna necessário investir, para uma reorganização das próprias unidades de transportes, muitos milhões de contos que não podem de maneira nenhuma ter cabimento nem sequer num prazo anual.

Por outro lado, a degradação da exploração da empresa financeira faz com que os prejuízos se acumulem de ano para ano e, a título de referência, refiro apenas que este ano as empresas de transportes que dependem do Ministério dos Transportes e Comunicações — as nove principais — deverão somar, em princípio, um *deficit* total de explorações de cerca de 11 milhões de contos. Isto é absolutamente impossível e de qualquer maneira torna-se mesmo irrisório dedicar no Orçamento Geral do Estado muitos milhões de contos às empresas de transportes se isso se determina apenas para suprir os *deficits* ocasionados pela falta de saneamento das empresas.

O Programa do Governo e as entidades governamentais estão atentas a todo este problema.

Um dos aspectos fundamentais é a coordenação dos transportes em todo o seu nível; não basta apenas projectar o saneamento dumha empresa, mas, sim, é verdadeiramente indispensável considerar o conjunto do seu sistema e estudar a solução mais conveniente para o conjunto e para o sistema de transportes. É o que o Governo se propõe fazer no Plano e as verbas atribuídas não servem nem chegam, evidentemente, para os investimentos necessários.

A orientação geral do Governo no que respeita a investimentos é a de sobretudo insistir nos investimentos que correspondam a melhoria da produtividade do sistema. E só em casos excepcionais, em caso de grandes estrangulamentos, é que se procurará investir em aumento de capacidade. Isto devido à dificuldade das disponibilidades de investimentos e porque, de qualquer maneira, seria impos-

sível resolver o problema a curto prazo de maneira satisfatória.

No que respeita à exploração das empresas, terá de ser feito o seu saneamento financeiro, terá de determinar-se qual a parte que pode caber, dentro da exploração das empresas, ao *deficit* do serviço público que terá de ser directamente subvencionado pelo Estado e terá de melhorar-se com capital suficiente e com empréstimos a longos prazos os aspectos em que possa depender mais directamente do tipo de exploração de empresas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quis apenas num muito breve apontamento mostrar que o Governo, no Plano e no Orçamento que agora nos apresenta, está atento às dificuldades do sector de equipamento social, designadamente habitação e urbanismo, transportes e comunicações.

Os problemas são muito graves e as verbas que estão atribuídas são as máximas compatíveis com as disponibilidades e, mais do que tudo, são suficientes sobretudo se houver uma reorganização adequada do sistema, uma coordenação e um estudo da exploração no sistema conjunto, de forma a optimalizar as condições de exploração e de financiamento das empresas.

Por isso, julgo ter mostrado, muito rapidamente, que devemos apoiar este Plano. Ao mesmo tempo temos a certeza de que vamos exigir às entidades públicas, e ao Governo em especial, um grande esforço de coordenação porque, dentro dos investimentos a fazer e dentro das subsídios a conceder, temos de saber tirar deles o máximo rendimento porque não estamos em condições de poder fazer investimentos com menos rendimento social. É o que a todos nos interessa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Como ninguém se inscreve para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso, também para uma intervenção.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Apresentou-nos o Governo o Plano para 1978, que visa os seguintes objectivos imediatos:

- a) Redução do *deficit* de transacções correntes com o exterior para 45 milhões de contos;
- b) Controlo da inflação em nível próximo de 20 %;
- c) Criação de emprego por forma a, pelo menos, não permitir o agravamento do actual volume de desemprego.

A prossecução destes grandes objectivos, que nas circunstâncias actuais me parecem inteiramente justificados, terá forçosamente grande influência no sector da agricultura, de que aqui me venho ocupar de forma abreviada.

A conjuntura vai pedir bastante à agricultura, nomeadamente o crescimento acelerado da produção de bens alimentares e de matérias-primas essenciais para o abastecimento interno e de produtos susceptí-

veis de serem exportados, como condição fundamental da própria contenção do *deficit* externo. Será ela capaz de responder a tal imperativo?

Prevê o Plano para 1978 que a contribuição percentual da agricultura e das pescas para o produto interno bruto, a preços constantes de 1963, seja apenas de 9,6%, em contraste com 47,1% para a indústria, energia e construção e com 43,4% para os serviços. É normal, em todos os países evoluídos, tal estrutura do PIB. Todavia, isso não desvaloriza, de forma alguma, a importância estratégica e vital do sector, porque há muito se reconhece que sem uma base agrícola forte e progressiva não será possível a expansão económica global do País e o progresso social de todo o povo português.

Realça-se e aprecia-se que o Governo está perfeitamente consciente deste facto, porquanto nas grandes opções da política económica, quando coloca em primeiro lugar incentivar o aumento da produção nacional, logo acrescenta que os incentivos se devem concentrar particularmente na agricultura e pescas, sectores onde são prementes as nossas carências.

Por razões várias que não importa aqui e agora esmiuçar, mas a que não foram estranhas as desfavoráveis condições climatéricas, tivemos em 1977 um decréscimo da produção agrícola da ordem dos 10%, derivado em grande parte da quebra na produção dos cereais e do vinho. O plano para 1978 pressupõe uma taxa de crescimento do produto interno bruto, a preços constantes de 1963 e apenas 3% relativamente ao ano anterior; mas enquanto aponta para crescimentos da ordem de 2% para os serviços e 3,5% para a indústria e energia, conta com 5% para a agricultura e pescas e com idêntica taxa para a construção.

Julgamos viável o alcance dessa meta na agricultura, não obstante serem já más as perspectivas para os cereais de Inverno. O esforço do Governo terá, por isso, de se concentrar sobretudo nas culturas de Primavera e Verão que mais interessará produzir, atentando com urgência na importância do contributo que a identificação do aproveitamento dos perímetros de regra permitirá. Isto implicará, naturalmente, a aceleração da concessão de terras para arrendamentos de campanha, da demarcação e entrega de reservas a proprietários e rendeiros e do planeamento da utilização do solo nas cooperativas e unidades colectivas de produção desses perímetros, não faltando com o crédito, com as acções de assistência técnica, com a definição dos preços de orientação dos produtos, com o abastecimento dos factores de produção em quantidade, a preço razoável e em tempo útil, e com a melhoria dos sistemas de intervenção e de escoamento desses produtos, quando tal se justificar.

Mas como a política agrária nacional não se esgota obviamente com o Plano para 1978, não se poderá o Governo esquecer, durante o ano em curso, das actividades a que se obrigou pelo Programa que há poucas semanas aprovámos nesta Câmara, algumas das quais se podem sem dúvida detectar como contempladas no Plano e no Orçamento agora em discussão.

No domínio das estruturas do Ministério da Agricultura e Pescas, continua decreto a ser necessário considerar, para corrigir, o sistema de montagem dos

organismos e serviços que a sua lei orgânica criou, a precária capacidade de actuação dos serviços regionais e a incipiente ou inexistência dos serviços de extensão rural e dos serviços de gestão do património fundiário.

No domínio da estruturação agrária, não obstante já terem sido aprovados, em Conselho de Ministros alguns decretos-leis regulamentares da Lei das Bases da Reforma Agrária, têm vários sectores reclamado acerca do ritmo da aplicação integral desta, desde a devolução de prédios não expropriáveis e a demarcação e entrega de reservas, até à restituição aos legítimos donos dos valores esbulhados e ao pagamento de frutos pendentes e outras indemnizações, o que fatalmente se repercutiu, e de que maneira, nas baixas produções e produtividades e na manutenção de um clima social menos propício à calma mas intensa actividade rural; e muito há ainda a fazer, nomeadamente nas zonas de minifúndio, quanto ao fomento do associativismo, incluindo a transmissão de funções de muitas comissões administrativas de cooperativas para corpos gerentes democraticamente eleitos. São problemas que o Governo não ignora e que irá certamente atacar com vigor.

No domínio da produção agrícola: há que acelerar a elaboração do ordenamento agrário do território, optando pelas alternativas de utilização da terra melhor, ajustadas às potencialidades ecológicas e que mais contribuam para o equilíbrio da balança comercial e que estimular, por meios directos e indirectos, o ajustamento da utilização actual do solo a essas opções; há que eliminar com rapidez as situações de subutilização dos recursos naturais, o que conduzirá, entre outros, ao melhor aproveitamento dos regadios, à intensificação da pecuária e à expansão da área florestal; há que introduzir e ou expandir as chamadas novas culturas, designadamente a beterraba-sacarina, o tabaco, o algodoeiro e certas oleaginosas; há que, através de intensiva e coordenada acção dos serviços de investigação, extensão e formação, promover a melhoria do nível tecnológico dos actuais processos produtivos, aumentando assim as produções unitárias dos produtos agrários e a produtividade dos factores de produção.

No domínio de crédito e seguros é acertada a política de crédito anunciada pelo Governo, a qual, afirma, será activa e selectivamente orientada para os sectores decisivos para o desenvolvimento, como sejam os da agricultura e das pescas, apontando para a revisão do esquema de bonificações às taxas de juro para as actividades e operações prioritárias na óptica da política económica, articulando-o com outros esquemas de incentivos igualmente orientados para as mesmas finalidades. Urge pôr o recém-criado IFADAP em pleno funcionamento, o qual, em conjugação com os serviços competentes do MAP, deverá orientar a concessão do crédito para o fomento das produções desejadas, mas em igualdade de condições e garantias para toda a actividade agrária, seja ela no Norte, no Centro ou no Sul. Quanto aos seguros de colheitas e de crédito, estes deverão ser introduzidos com a maior urgência, sendo já altura de se introduzir na agricultura a óptica de uma política de rendimentos para que, ao lado do justo salário mínimo, exista também a garantia de um rendimento mínimo

que defenda os agricultores das dramáticas vicissitudes a que se encontram sujeitos.

No domínio dos preços, concordamos com a proposta governamental de uma política de preços controlados por meio de um código de preços a publicar, e deixá-nos uma certa tranquilidade saber que a desejada estabilidade dos preços para o consumidor se não vai conseguir, como no passado, exclusivamente ou quase à custa dos agricultores, porquanto se anuncia uma política de preços de sustentação para incentivo e dinamização da produção agrícola considerada essencial. Já o dissemos nesta Câmara, e repetimo-lo de novo, que consideramos indispensável que a política de abastecimento público em bens fundamentais, a preços garantidos, se faça na preocupação da correção das desigualdades existentes em termos de nível de vida e de rendimentos, portanto com especial atenção pelos agricultores e pelos trabalhadores rurais, que são dos mais desfavorecidos, e que se vire mais para bonificação e para o controlo dos circuitos de comercialização e para a eliminação dos intermediários supérfluos do que para os baixos preços a pagar à produção.

Quanto ao investimento, elemento estratégico fundamental para a recuperação económica, damos o nosso apoio ao esquema que o Plano para 1978 propõe, o qual, no domínio da agricultura, poderá ter grandes repercussões sobretudo no que se refere à política de selecção de investimentos baseada na avaliação em termos de benefícios económicos e sociais, à política de promoção de novos projectos de investimento na perspectiva do fomento das exportações, da substituição de importações e da criação de emprego, e à política de incentivo à descentralização regional dos investimentos. Admitimos que os quantitativos indicados no Orçamento Geral do Estado para financiamento da agricultura através de fundos e serviços autónomos, de créditos consignados e de donativos, poderão ainda ser substancialmente reforçados se for possível apresentar imediatamente a algumas organizações internacionais, totalmente abertas a fornecer-nos auxílio desvinculado de imposições atentatórias da dignidade e da independência nacionais, projectos de investimento devidamente elaborados e fundamentados.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Diz-se no documento anexo à proposta de lei n.º 160/I que, «particularmente no domínio da agricultura e das pesca, em que as carências são elevadas, o crescimento acelerado da produção interna de bens alimentares é uma condição fundamental da própria contenção do deficit externo, contribuindo, além disso, para a melhoria da distribuição do rendimento em favor de estratos geralmente desfavorecidos, para o que a correção das deficiências dos circuitos de distribuição é também factor decisivo».

Ninguém poderá duvidar de que assim é, de facto. Face à pergunta que fiz no início desta intervenção, se a agricultura portuguesa poderá ou não responder a este desafio, a este imperativo, eu mesmo me atrevo a responder. O sector responderá se o Governo, os agricultores e os trabalhadores rurais mostrarem a capacidade organizadora e actuante, o espírito de colaboração permanente e generalizado e a vontade forte e inquebrantável que a crise gravíssima que atra-

vessamos, o bom senso tradicional e a patriotismo inidesmentível fatalmente impõem nesta hora crucial.

Portugal conseguiu sempre, através da história, ultrapassar todas as tempestades. Estamos crentes que, com o esforço dos homens e a ajuda divina, mais uma vez lo conseguirá.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Orçamento.

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento (Alberto Ramalheira): — Srs. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Não restam hoje dúvidas acerca do papel fundamental a desempenhar pelo sector público administrativo na busca do equilíbrio da economia nacional (não fafarei do papel igualmente fundamental do sector público produtivo, porquanto é uma área que será abordada pelo meu colega Secretário de Estado do Planeamento).

Daí decorre a enorme importância do orçamento do sector público administrativo como instrumento privilegiado, porque manejável pelo Governo, para o combate aos desequilíbrios de que enferma a economia portuguesa.

É certo que o Orçamento apresenta uma elevada rigidez, sobretudo no que se refere aos encargos com as estruturas existentes, tanto humanas, como materiais: é preciso continuar a pagar aos funcionários públicos, mesmo quando o seu número é excessivo, é necessário satisfazer as inúmeras despesas de instalação e de funcionamento dos serviços existentes, mesmo quando se procura reduzir ao máximo os desperdícios.

Não se pretende, porém, dizer que não existe uma certa margem de manobra, mais elevada em relação às despesas de capital do que às correntes.

E foi esta margem de manobra possível que foi utilizada na elaboração do Orçamento Geral do Estado, a mais importante componente do orçamento do sector público administrativo. Adiante referirei em que termos e em que medida.

Por falar em medida, talvez tenha interesse referir, antes propriamente de entrar na análise do conteúdo do Orçamento Geral do Estado para 1978, o peso do sector público administrativo no conjunto da economia nacional, a fim de ajustar às suas verdadeiras proporções a capacidade de intervenção directa do Governo, através dos instrumentos que ele próprio pode manejar.

Assim, podemos afirmar que no ano de 1978 ao sector público administrativo caberá gerir um quinto dos recursos nacionais utilizados em consumo e na formação bruta de capital fixo, sendo 15% da despesa interna para consumo público e 5% para investimento público, não se devendo verificar qualquer alteração significativa em relação ao ano anterior, embora se admita uma ligeira quebra na quota-parte do consumo em favor do investimento público.

As receitas públicas que se prevê venham a ser absorvidas pelo sector público administrativo em 1978 atingirão 28,8% do produto interno bruto a preços de mercado, contra 27,5% no ano anterior, correspondendo a uma pressão fiscal de 27,2% e 25,8%, respectivamente.

A parcela do rendimento disponível absorvida pela tributação directa sobe de 13,9% para 15%, enquanto a percentagem de impostos indirectos incluídos nos preços dos bens de consumo e de capital se eleva de 11,8% para 12,4%, baixando, no entanto, essa percentagem para 8,7% e 9%, respectivamente, se aos impostos indirectos deduzirmos, como é lógico, o valor dos subsídios concedidos às empresas públicas e aos produtos que integram o «cabaz de compras».

Uma vez que a tributação directa (incluindo as contribuições para a segurança social) crescerá a uma taxa superior à da tributação indirecta (33,2% e 29,5%, respectivamente), assistiremos a uma alteração da posição relativa destes dois modos de tributação, passando os impostos directos a ter predominância sobre os indirectos (a relação entre impostos directos e indirectos passa de 0,98, em 1977, para 1,01, em 1978).

Se dos impostos directos excluirmos as contribuições para a segurança social, a relação de equilíbrio entre os dois modos de tributação altera-se profundamente, sobressaindo a predominância da tributação indirecta, de qualquer modo inferior no ano de 1978 (a relação entre impostos directos e indirectos passará de 42%, em 1977, para 47,6%, em 1978).

Conscientes do peso relativo representado pelo orçamento do sector público administrativo no conjunto da economia, cinjamo-nos agora ao subsector mais restrito, designado por «Estado-Orçamento Geral do Estado», que engloba o conjunto dos chamados serviços dependentes ou sem autonomia da Administração Central, pois é este que é objecto da proposta de lei em discussão nesta Assembleia.

Já foi aqui afirmado pelo Sr. Ministro das Finanças e do Plano que a elaboração do Orçamento Geral do Estado de 78 obedeceu aos seguintes princípios gerais:

- 1) Equilíbrio do orçamento corrente do sector público administrativo (de facto este objectivo não está completamente atingido na medida em que apresenta um *deficit* de 4,9 milhões de contos, que se espera venha a ser recuperado durante a execução orçamental, devido à natural quebra na realização das despesas públicas correntes);
- 2) Manutenção do consumo público (despesas em bens e serviços) em termos reais (estas despesas atingem 115,7 milhões de contos, revelando um acréscimo de 21,8% em relação ao ano anterior que, deduzido da taxa de quebra da execução orçamental — que se admite ser da ordem dos 5% — se admite constituir o índice de preços implícito no consumo público). Portanto, não há aumento do consumo público em termos reais;
- 3) Contenção do recurso ao crédito junto do sistema bancário por parte do sector público administrativo (o qual não ultrapassará 1/3 do crédito total a conceder pelo sistema bancário a toda a economia em 1978).

Para atingir tais objectivos tornou-se necessária uma forte contenção das despesas públicas e uma melhoria das receitas, que se espera conseguir através do agravamento proposto para a fiscalidade e de uma maior comparticipação nos lucros das empresas públicas, nomeadamente, as do sector bancário. O conhecimento que se tem das cobranças verificadas nos dois primeiros meses deste ano leva-nos a concluir que as nossas estimativas de receita estão correctas.

No domínio das receitas procurou-se, antes de alterar a fiscalidade, actualizar os preços dos bens e serviços fornecidos pelo Estado e obter o máximo de comparticipação possível das empresas públicas, mas os resultados conseguidos ficaram muito aquém das metas pretendidas, pelo que se tornou necessário, em última instância, recorrer ao agravamento dos impostos, tanto directos como indirectos, procurando fugir à tentação de buscar apenas nos indirectos, porque mais anestesiantes e camouflados, aquilo de que se necessitava, antes tendo a coragem de agravar também a tributação directa, onde a visibilidade do imposto é maior e se presta, portanto, a maior resistência por parte do contribuinte e dos seus legítimos representantes.

Está, porém, o Governo consciente da necessidade de prosseguir uma política de verdade e também nos impostos se procedeu de igual modo, tornando perfeitamente visível o esforço fiscal a solicitar ao povo português.

Não se deixou, porém, a nível dos impostos cedulares, de discriminar a favor dos rendimentos provenientes do trabalho, propondo adicional inferior ao dos restantes impostos (10 % contra 15 %). Deste modo, os impostos que incidem sobre os rendimentos provenientes do trabalho assumirão, em 1978, a mesma posição relativa (45 %) que apresentaram em 1976, ano em que também vigorou um adicional único de 10 % sobre a maioria dos impostos directos.

Apesar da enorme carência de receitas não se desperdiçou a oportunidade para propor algumas medidas de desagravamento fiscal, que temos por justas, não tendo sido possível ir tão longe quanto se desejaría em virtude da enorme perda de receita que implicariam tais medidas.

Estou a referir-me, por exemplo, às deduções à matéria colectável do imposto complementar relativas ao próprio contribuinte (que passará de 60 para 70 contos), ao cônjuge (que passará de 20 para 30 contos) e aos filhos (em que passará a haver apenas dois escalões — até 11 anos e mais de 11 anos —, aplicando-se a ambos os anteriores e cada um mais elevados, isto é, 8 e 16 contos, respectivamente).

Mas corrigiram-se muitas situações de injustiça que a administração fiscal corrente nos foram aconselhando. No domínio da contribuição predial urbana, por exemplo, para poder beneficiar da isenção não só se deixou de exigir a ocupação imediata dos prédios destinados a habitação dos adquirentes quando funcionários públicos ou beneficiários de instituições de previdência, como se actualizaram os quantitativos dos rendimentos dos mesmos prédios; reviu-se o escalonamento dos rendimentos de 240 para 300 contos e de 400 para 500 contos, sendo estes valores em termos de rendimentos colectáveis e não de valo-

res locativos, ao mesmo tempo que as actuais taxas passam de médias a marginais — como hoje se faz em relação ao imposto complementar —, desagravando assim significativamente a incidência deste imposto; introduziu-se, para aqueles que não têm condições da isenção, um esquema de redução a 50 % das taxas, por um período de dois a quatro anos, a fim de incentivar a construção, ampliação e melhoria dos prédios urbanos. No imposto profissional elevou-se o limite de isenção de 60 para 80 contos — para ter em conta a recente fixação do salário mínimo nacional —, ajustando-se a tabela das taxas de modo que os rendimentos até 100 contos pagariam 2 %, até 150 contos 4 % e até 200 contos 6 %, o que constituiu um desagravamento para os rendimentos entre os 125 e 150 contos (que pagavam 5 % e agora só pagariam 4 %) e um agravamento para os rendimentos entre 150 e 160 contos (que pagavam 5 % e passam a pagar 6 %), sendo os primeiros certamente em muito maior número de contribuintes. Também algumas actividades até aqui tributadas em contribuição industrial (psicólogos e parapsicólogos, sociólogos, astrólogos, dietistas, videntes, fisioterapeutas, etc.) passarão a ser tributados em imposto profissional, ao mesmo tempo que se abandona o sistema dos rendimentos mínimos presumidos para se assentar na tributação real do rendimento.

A fim de garantir uma maior justiça fiscal entre os contribuintes que auferem rendimentos conhecidos (nomeadamente os empregados por conta de outrem) e os que têm possibilidade de esconder os seus rendimentos (profissões liberais, pequenos e médios comerciantes e industriais, homens de negócios, etc.) bem como entre os cidadãos honestos que procuram satisfazer o seu dever cívico de pagar os impostos e os cidadãos desonestos que praticam a fuga e a fraude fiscais, procurar-se-á intensificar a fiscalização tributária, não só organizando melhor os serviços, mas utilizando técnicas mais modernas, incluindo o uso do computador. Devo dizer que a entrada em informática do imposto complementar — secção B do ano de 1974 — permitiu detectar, por comparação com o ficheiro de empresas de outras instituições uma ausência de 12 000 empresas, admitindo-se que o número de ausências possa ter crescido nos anos subsequentes, e sobre as quais se vai exercer uma fiscalização «exemplar».

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — As potencialidades da informática neste domínio dos impostos são enormes e a sua utilização é decisiva para a entrada em execução da reforma da tributação directa por aplicação de um imposto único sobre o rendimento das pessoas físicas e das empresas, cujos estudos prosseguem a ritmo lento, mas seguro, esperando-se, ainda este ano, apresentar uma proposta de lei sobre as bases de tal sistema fiscal, de modo a poder fazer-se uma aplicação, em 1979, aos rendimentos de 1978, a título experimental, podendo entrar em execução plena em 1980. Aos problemas decorrentes de uma reforma fiscal desta envergadura somam-se os que resultam de uma situação económica e financeira muito difícil para o Estado, que

não pode aventurar-se em esquemas de que venha a resultar qualquer quebra de receitas.

Também se procurará aumentar a comodidade do contribuinte, proporcionando-lhe uma maior proximidade das repartições de finanças, onde poderá não só satisfazer os seus deveres cívicos e patrióticos mas também obter informações, dar sugestões, etc.

No que se refere à tributação indirecta, teve-se o cuidado de, através dela, não provocar qualquer impulso significativo sobre a subida dos preços, limitando-nos a aumentar a taxa geral do imposto de transacções de 12% para 13%, tal é o efeito do aumento do adicional de 20% para 30% aplicado à taxa geral de 10%, que é aquela que justifica cerca de 90% das receitas do maior imposto do sistema fiscal português.

Alargou-se este imposto a alguns serviços considerados menos essenciais e, portanto, procurados por pessoas de nível económico mais desafogado, visando não só obter receita mas também colher experiência para a implantação do futuro imposto sobre o valor acrescentado.

Provavelmente seguir-se-á um processo diferente quanto à prevista tributação das chamadas telefónicas no imposto de transacções, uma vez que será brevemente revisto o seu sistema tarifário e se aproveitará para se utilizar uma solução diferente.

Não se procederão a transferências de produtos de umas listas para outras no imposto de transacções e ajustar-se-ão apenas os *plafonds* daqueles produtos cujos preços entretanto se alteraram, estando previsto também um agravamento do imposto que incidirá sobre a cerveja.

A fim de não alongar mais a minha intervenção, encerrá-la-ei por aqui, reservando para futura oportunidade uma referência mais pormenorizada no que se refere a despesas e ficando desde já à disposição dos Srs. Deputados para quaisquer esclarecimentos complementares.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para fazer alguns pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — O primeiro pedido de esclarecimento que eu queria fazer ao Sr. Secretário de Estado era o seguinte: Disse o Sr. Secretário de Estado que a tributação indirecta ainda tinha um peso relativo superior à tributação directa — isto em relação, portanto, às receitas fiscais totais — e eu queria perguntar se poderia ou não, a partir daqui, concluir que não houve uma alteração suficientemente significativa da política tributária do Governo neste capítulo e que, portanto, continua a existir uma política tributária em que se continuará a dar peso maior, em termos relativos, à tributação directa. E até que ponto é que se considera que isso é ou não uma política de relativa injustiça social, na medida em que a tributação indirecta incide indiscriminadamente sobre todos os consumidores.

Queria também perguntar, relacionadamente com esta primeira questão, até que ponto é o Sr. Secre-

tário de Estado pensa ou não que o facto de haver um tratamento discriminatório em relação às remunerações do trabalho e às do capital — estou a pensar, nomeadamente, no imposto de capitais e no imposto profissional — e se atendermos ainda ao facto de, por exemplo, certos rendimentos de capital não serem levados em linha de conta para efeitos de imposto complementar, se isso nos permite ou não concluir que há aqui uma situação de injustiça relativa. Por outro lado, queria também perguntar se embora se possa utilizar o argumento de que esta será, eventualmente, uma política que tenha como objectivo evitar eventuais fugas de capitais para o exterior até que ponto é que uma política deste tipo, de discriminação entre as remunerações do factor trabalho e certas remunerações do capital, não poderá, por sua vez, contribuir para outro tipo de fugas, isto é, fugas de quadros técnicos competentes para o exterior do nosso país.

Queria ainda colocar uma outra questão que se relaciona precisamente com o problema da contenção do crédito concedido ao sector público administrativo, o qual, no dizer do Sr. Secretário de Estado, não deveria ultrapassar um terço do crédito total a ser concedido. Queria então perguntar se o Sr. Secretário pensa que haverá no futuro condições, em termos de se tornar possível canalizar recursos financeiros, para projectos de investimento minimamente rentáveis, para que a rentabilidade das instituições de crédito seja uma rentabilidade minimamente assegurada ou se, pelo contrário, poderá haver situações de supraliquidex que, no fundo, assentem na inexistência e insuficiência de projectos de investimento suficientemente reprodutivos para os quais se possa canalizar recursos financeiros.

Uma outra questão que eu tinha a colocar ao Sr. Secretário de Estado respeita precisamente aos potenciais efeitos do agravamento de impostos em algumas variáveis macroeconómicas, designadamente no que respeita ao nível de emprego, à evolução da actividade económica e, portanto, às próprias taxas de crescimento do produto interno bruto e ainda no que respeita ao nível geral dos preços. Queria então perguntar se considera ou não que a política tributária, que está subjacente à proposta do Orçamento Geral do Estado apresentada pelo Governo à Assembleia da República, de certa maneira não vai contribuir também para que no futuro se possa enveredar por um modelo de inflação relativamente elevada, havendo, simultaneamente, uma relativa estagnação da actividade produtiva resultante precisamente do modelo deflacionista que é, por sua vez, aplicado, sem que simultaneamente se consiga resolver os problemas existentes ao nível de emprego, o tal modelo a que eu há pouco tive ocasião de fazer referência e que se designa, normalmente, por «estagflação».

Uma outra questão que eu queria colocar ao Sr. Secretário de Estado consiste no seguinte: Considera ou não o Sr. Secretário de Estado que, de certa forma, a maneira mais ou menos privilegiada como são tratados os rendimentos de capital em termos de sistema tributário nos leva, eventualmente, à conclusão de que se pretendemos determinar uma taxa mínima de atratividade que seja suficientemente incentivadora ao investimento, essa mesma taxa mínima de atratividade seja tão elevada que

a única forma de ser obtida seja, pura e simplesmente a de, no futuro, se repercutirem aumentos na estrutura de custos e nos preços de venda das mercadorias e isso poderia, por sua vez, ir ainda alimentar mais o processo inflacionista interno.

Finalmente, queria ainda perguntar ao Sr. Secretário de Estado, muito concretamente em relação às medidas de agravamento previstas na proposta do Orçamento Geral do Estado — nomeadamente no que respeita a algumas das alíneas do artigo 9.º ...

Neste momento regista-se uma ligeira avaria no sistema de gravação.

Posso, a título de exemplo, citar o caso da alínea d), em que se faz referência ao facto de se pretender rever o esquema de benefícios fiscais estabelecidos nos artigos 17.º e 21.º do Código de Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola aplicável aos prédios urbanos construídos de novo, ampliadores e moradias, mas, de facto, não se diz propriamente quais os critérios que irão ser seguidos neste domínio.

Eram estas as questões que eu pretendia colocar ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário de Estado deseja responder já?

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento (Alberto Ramalheira): — Sr. Presidente, prefiro aguardar, pois pode haver mais alguns pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Há mais algum Sr. Deputado que deseje formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário de Estado do Orçamento?

Pausa.

Como não há, dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento: — Quanto às questões postas pelo Sr. Deputado Rebelo de Sousa e no que se refere à primeira questão, que foi se houve ou não alteração significativa na política tributária seguida pelo Governo com o facto de se ter alterado a predominância da tributação directa em relação à indirecta, eu devo dizer que, na realidade, do meu ponto de vista não há uma alteração significativa à política tributária. Essa alteração significativa só se poderá verificar, quanto a mim, com a introdução do imposto único sobre o rendimento das pessoas físicas e das sociedades, visto que o que agora ocorreu foi apenas uns pequenos ajustamentos, foram algumas situações de injustiça que eram detectadas durante a nossa administração fiscal e em que se reconheceu a necessidade de elas virem a ser corrigidas. O facto de a tributação directa ter passado a ser mais significativa de que a indirecta resultou do facto de se ter feito a proposta de um adicional relativamente significativo em relação à tributação directa, mais significativo do que o que se fez em relação ao adicional para a tributação indirecta. Daí que a tributação directa venha a ter agora um peso superior se nela nós incluirmos as contribuições para a segurança social. Mas não posso dali concluir que haja uma alte-

ração significativa. Se não falarmos na existência das contribuições para a segurança social, continua a verificar-se uma predominância da tributação indirecta no sistema fiscal português e essa situação não poderei deixar de a considerar como necessitando de ser corrigida, porquanto todos nós sabemos que a tributação indirecta, pelo facto de se aplicar aos preços e não aos rendimentos, é socialmente mais injusta do que uma tributação directa. Portanto, eu concluo que a actual situação é susceptível de ser melhorada para dar maior peso à tributação directa no sistema fiscal português, o que, espero, venha a acontecer com a introdução do imposto único sobre o rendimento. De qualquer modo, não posso deixar também de referir que a tributação directa é susceptível, muito mais do que a indirecta, de dar origem a determinado tipo de efeitos desincentivadores da actividade do trabalho, da aplicação de capitais, da formação de poupança. Daí que tenhamos de ter muita atenção, no nosso caso concreto, quanto ao peso a assumir pela tributação directa, visto que é dos livros e do conhecimento comum que é extremamente perigosa a tributação directa em países como o nosso. Aliás, devo dizer que, por exemplo, em França se tem vindo a verificar novamente a tributação indirecta vir a ter mais peso do que a directa. O que interessaria também era, juntamente com a análise e o estudo que se está a fazer para a revisão da tributação directa, proceder-se imediatamente aos trabalhos para a revisão da tributação indirecta, a qual é constituída por um grande número de impostos muito disseminados e que urge passarmos para um sistema mais modernizado através do imposto que incide sobre o valor acrescentado. Estamos a preparar-nos para o efeito.

Quanto ao problema da discriminação entre os rendimentos provenientes do capital ou do trabalho, eu queria dizer que há, efectivamente, alguns teóricos que afirmam que não se deveria fazer qualquer discriminação, outros...

Neste momento registou-se novamente uma avaria no sistema de gravação, sendo o orador forçado a suspender a sua intervenção durante alguns minutos, retomando em seguida dizendo:

Quanto à questão que colocou sobre os efeitos do agravamento dos impostos, sobre o emprego, sobre o crescimento e sobre o nível geral de preços, eu penso que é evidente que todos eles têm efeitos maiores ou menores sobre estas variáveis macroeconómicas.

É evidente que os impostos directos, ao reduzirem o rendimento disponível, vão reduzir necessariamente a procura e, reduzindo a procura, necessariamente se reduzirá o nível de actividade económica, a menos que se esteja a produzir para estocar, o que também não é muito racional. Pode, no entanto, aqui fazer-se uma distinção entre que tipos de redução se faz da procura: se se faz a redução da procura de produtos nacionais produzidos internamente ou se se faz predominantemente a redução da procura de produtos externos, que são, portanto, importados. Se assim for, são diferentes os efeitos que cada uma destas reduções de procura, pode ter sobre o nível da actividade económica.

Quanto aos impostos indirectos eu penso que, na medida em que os impostos indirectos de algum modo,

embora não significativamente, aumentam os preços. é evidente que também elas vão reduzir a procura e, reduzindo a procura, têm novamente efeito sobre o ritmo de crescimento. Aliás, diga-se, em abono da verdade, que não se trata mais do que utilizar os instrumentos de política económica que são os impostos. Portanto, utilizá-los, neste caso, para atingir o objectivo global que se preténdia, que era, efectivamente, reduzir a procura, para, por esse processo, se reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos, o que, como se sabe, é objectivo prioritário e fundamental da política económica do Governo.

Também falou quanto à taxa do imposto de capitais. O aumento de custo dos capitais, também se repercutiu, em regra, sobre os preços, e também elle, de algum modo, pode vir a ter incidência sobre uma diminuição na procura.

Quanto às questões que o Sr. Deputado Rebelo de Sousa me pôs para melhor esclarecer o que se passa com as propostas contidas no artigo 9.º, peço desculpa mas não tomei devida nota daquilo que propôs. Contudo, talvez me propusesse dar alguns esclarecimentos gerais sobre o que aqui não está esclarecido.

O Sr. Rebelo de Sousa (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Rebelo de Sousa (PSD): — Desculpe, mas era só uma pequena interrupção, uma vez que me parece que o Sr. Secretário de Estado não terá entendido uma das minhas perguntas — já não concretamente essa questão —, que era da taxa mínima de atraktividade. Falei em taxa mínima de atraktividade, que não era propriamente a taxa do imposto de capitais. Estava relacionado, evidentemente, com esse assunto, mas a questão que eu punha era o possível efeito induzido de uma taxa mínima de atraktividade que deveria ser necessariamente elevada. E uma das razões por que era elevada era, precisamente, não só por causa da política de taxa de juros, mas também devido a se privilegiar os rendimentos de capital da maneira como se privilegia, em termos, designadamente, de depósitos a prazo, e até que ponto é que isso tenha ou não repercussões negativas em termos de processo inflacionista. E já agora aproveito a oportunidade para colocar uma questão adicional que é esta: até que ponto é que isto coincide ou não com os objectivos da política económica global que é, precisamente, o da attenuação do processo inflacionista?

O Orador: — É evidente que tem razão, porque se há uma taxa mínima para atrair os capitais e essa é relativamente elevada, é evidente que isso — e na medida em que se reflecte nos custos, e os custos, por sua vez nos preços — é absolutamente natural que venha a ter alguma influência sobre o nível geral de preços, apesar de um dos objectivos fundamentais para a política económica do Governo ser a contenção do nível da inflação. Simplemente, há outro objectivo que tem prioridade sobre o da contenção da inflação, e esse é, exactamente, o objectivo de reduzir o deficit da balança de transacções correntes. É de se conse-

guir uma maior atraktividade de capitais que possam vir, de alguma maneira, financiar esse deficit e facilitar, portanto, toda a política...

O Sr. Rebelo de Sousa (PSD): — Dá-me licença, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Tenha a bondade, Sr. Deputado Rebelo de Sousa.

O Sr. Rebelo de Sousa (PSD): — Sr. Secretário de Estado, é que não há compatibilidade entre o objectivo da redução do deficit da balança de transacções correntes e o objectivo da attenuação da inflação. Haverá, por exemplo, entre outros, objectivos, no caso de uma expansão significativa da produção e a attenuação do deficit da balança de transacções correntes, mas entre esse dois objectivos económicos globais não há qualquer tipo de compatibilidade; logo, até acções nos dois sentidos se podiam compatibilizar perfeitamente.

O Orador: — Bom, isso é um bocado discutível, mas penso que teria talvez mais interesse voltarmos à questão que pôs sobre os esclarecimentos quanto ao artigo 9.º

Quanto ao artigo 9.º e o que se propõe nas suas várias alíneas, vejamos. Na alínea a), a elevação do valor que aí está vista proporcionar aos sócios que trabalham na empresa melhorar uma remuneração que era de 180 contos, e que é admitida como custo da empresa, para 280 contos. Portanto, isto de alguma maneira é um desagravamento, na medida em que o rendimento que era até aqui cubierto à tributação da contribuição industrial passa a ser submetido à tributação do imposto profissional.

Quanto à alínea b), elevar para 60 contos o limite de 30 contos estabelecido no § 2.º, isto relaciona-se com aquelas pessoas que têm uma actividade normalmente incluída nos grupos B e C, em que não existe contabilidade, o rendimento é determinado administrativamente e visa permitir a dedução de 60 contos, estando em revisão, alá este número para provavelmente, o tornar ajustável ao rendimento mínimo nacional. Portanto, é provável que sobre isto venhamos a tomar ainda alguma decisão.

Quanto aos outros pontos, o Sr. Deputado Rebelo de Sousa não se importava de me especificar concretamente a alínea sobre a qual pedia esclarecimentos?

O Sr. Rebelo de Sousa (PSD): — Com o maior dos prazeres, Sr. Secretário de Estado.

Concretamente, era a alínea d) e a alínea i).

O Orador: — Quando a alínea d), o que se pretende é actualizar os quantitativos dos rendimentos dos prédios urbanos destinados à habitação para efeitos de isenção. Com efeito, para se beneficiar de isenção era necessário que os quantitativos dos rendimentos dos prédios não ultrapassassem determinados limites. Esses limites estão desactualizados e, portanto, vão aplicar-se factores de actualização para os tornar actualizados. Não tenho neste momento aqui exactamente os valores, mas poderei fornecê-los na próxima vez que aqui estejamos em diálogo.

Prende-se também introduzir — e isto eu referi na minha intervenção — um esquema de redução a 50% das taxas de contribuição predial por um período de dois a quatro anos, de que virão a beneficiar os prédios urbanos construídos de novo, ampliados e melhorados. Portanto, são estas as duas medidas que se contêm na alínea d).

Quanto à alínea i) — rever as taxas do imposto profissional no sentido de tornar mais uniforme e justa a sua progressividade, nomeadamente ajustando o limite de isenção ao salário mínimo nacional —, tenho pena que não tivesse estado atento à minha exposição porque, na realidade, eu ali referi que estava prevista a subida do limite de isenção de 60 para 80 contos e que estava prevista a revisão da tabela de aplicação de taxas da seguinte forma: os rendimentos até 100 contos, 2%; até 150 contos, 4%; até 200 contos, 6%, e o resto mantém-se tudo de igual modo. Portanto, é aqui feita a eliminação de um primeiro escalão que era até 75 contos e que desaparece e, entretanto, faz-se aqui um ajustamento em que anteriormente os rendimentos entre 125 e 160 contos estavam submetidos à taxa de 5%. Portanto, dá-se aqui o de-agravamento entre os rendimentos entre 125 e 150 contos, que passam de 5% para 4%. E nos rendimentos entre 150 e 160 contos, que passam de 5% para 6%, dá-se um pequeno agravamento. Admite-se, no entanto, que em geral se trata de um desagravamento, porque o número de contribuintes que estarão no primeiro escalaão serão superiores aos que se encontram no segundo.

Não sei se respondi concretamente àquilo que me era perguntado.

O Sr. Presidente: — Não há mais inscrições?

Pausa.

Visto mais nenhum Sr. Deputado desejar tomar a palavra e serem quase 20 horas, tenho a comunicar à Assembleia que a Mesa recebeu o Projecto de Lei n.º 111/I, relativo aos serviços de apoio do Conselho de Imprensa.

Simultaneamente, foi recebido um ofício que solicita o processo de urgência, redigido nos seguintes termos:

Tendo os Deputados signatários apresentado os Projectos de lei n.ºs 110/I e 111/I, vêm, nos termos regimentais, solicitar de V. Ex.ª que para a discussão dos mesmos seja adoptado o processo de urgência e que os mesmos sejam apreciados em próxima reunião do Plenário.

Este pedido será incluído na próxima ordem de trabalhos.

A próxima reunião está marcada para 3.ª-feira, às 10 horas da manhã.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 55 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
António Fernandes da Fonseca.

António José Pinheiro Silva.
António José Sanches Esteves.
António Miguel Moraes Barreto.
António Riço Calado.
Armando F. C. Pereira Bacelar.
Armando dos Santos Lopes.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Carlos Cardoso Lage.
Dieter Delinger.
Eteivina Lopes de Almeida.
Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
Fernando Abel Simões.
Fernando João Nogueira de Carvalho.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
Gualter Viriato Nunes Basílio.
Herculano Rodrigues Pires.
João Francisco Ludovico da Costa.
João Luís Medeiros.
João da Silva.
João do Rosário Barreto Henriques.
Joaquim Oliveira Rodrigues.
Jorge Augusto Barroso Coutinho.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Medeiros Ferreira.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Patrício Rosado Gonçalves.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel do Carmo Mendes.
Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.
Manuel da Mata de Cáceres.
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
Maria Teresa Madeira Vidigal.
Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
Rui António Ferreira da Cunha.
Rui Pau'l do Vale Valadares.
Telmo Ferreira Neto.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
António das Neves Costa.
António Coutinho Monteiro de Freitas.
António Joaquim Bastos Marques Mendes.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
Fernando Adriano Pinto.
Fernando José da Costa.
João Lucílio Cacela Leitão.
Jorge Ferreira de Castro.
José Alberto Ribeiro.
José Adriano Gago Vitorino.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Bento Gonçalves.
José Ferreira Júnior.
José Gonçalves Sapinho.
José Joaquim Lima Monteiro Andrade.
José Manuel Ribeiro Sérvelo Correia.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Nicolau Gregório de Freitas.
Pedro Manuel da Cruz Roseta.
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António João Pistacchini Gomes Moita.
 Caetano Maria Dias da Cunha Reis.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 João Manuel K. Gomes da Silva Gravato.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 Jocé Manuel Cabral Fernandes.
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglez.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Paiva Jara.
 Lino Carvalho de Lima.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Victor Henrique Louro de Sá.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.

*Deputados que faltaram à sessão:***Partido Socialista (PS)**

Albano Pereira da Cunha Pina.
 António Chaves Medeiros.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.

Carlos Manuel da Costa Moreira.

Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco do Patrocínio Martins.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
 Mário Manuel Cal Brandão.

Partido Social-Democrata (PSD)

António Egídio Fernandes Loja.
 António Manuel Barata Portugal.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Henrique Manuel de Pontes Leça.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Jorge de Figueiredo Dias.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Henrique Pires Fontoura.
 Mário Júlio Montalvão Machado.

Centro Democrático Social (CDS)

António Simões da Costa.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Domingos da Silva Pereira.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco Manuel Farromba Vilela.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Independentes

Carlos Galvão de Melo.

O REDATOR PRINCIPAL,
Manuel Adolfo de Vasconcelos.